



**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE LICENCIATURA
EM LETRAS LÍNGUA
PORTUGUESA**

Resolução n.º 321/2024 – CONSUN/UEMASUL



**CAMINHOS
DO SERTÃO**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO -
UEMASUL
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE ACADÊMICA – PROGESA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS – CCHSL
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOCENTE CAMINHOS DO SERTÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras – CCHSL.

Imperatriz/MA
2024



ESTRUTURA DE GESTÃO UEMASUL

Reitora

Prof.^a Dra. Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves

Vice-Reitora

Prof.^a Dra. Lilian Castelo Branco de Lima

Pró-Reitora de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica – PROGESA

Prof.^a Dra. Márcia Suany Dias Cavalcante

Pró-Reitora de Planejamento e Administração – PROPLAD

Prof. Me José Sergio de Jesus Sales

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PROPGI

Prof. Dr. Allison Bezerra Oliveira

Pró-Reitor de Pró-Reitoria de Extensão e Assistência Estudantil – PROEXAE

Prof. Dr. José Milton Lopes Pinheiro

Coordenadora Geral do Programa de Formação Docente Caminhos do Sertão

Profa. Dra. Diana Barreto Costa

Coordenadora do Curso de Letras Língua Portuguesa Licenciatura

Profa. Esp. Concilda Castro Pinho de Almeida

Núcleo Docente Estruturante – NDE

Profa. Dra. Elizabete Rocha de S. Lima

Profa. Ma. Mônica Assunção Mourão

Profa. Dra. Orleane Evangelista Santana

Profa. Dra. Gilvania Queiroz Madeira de Aguiar

Profa. Esp. Concilda Castro Pinho de Almeida



IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso: Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa

Área: Linguística e Letras

Período de integralização: 08 semestres

Regime letivo: semestral

Turnos de oferta: Diurno (sábado e domingo)

Vagas autorizadas: 160 vagas

Carga horária do curso: 3.245h

Disciplinas do Núcleo Específico: 1.800h

Disciplinas do Núcleo Básico: 660h

Disciplinas Eletivas: 180h

Estágio Curricular Supervisionado: 02 estágios - 405h

Atividades Complementares (AC): 200h

Título acadêmico: Licenciado em Letras Língua Portuguesa

DADOS INSTITUCIONAIS

Nome da instituição: Universidade Estadual da Região Tocantina Do Maranhão

CNPJ: 26.677.304/0001-81

Centro: Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras - CCHSL

Endereço: Rua Godofredo Viana, Nº 1300 – Cep: 65.901-480 **Bairro/Cidade:** Centro, Imperatriz-Maranhão

E-mail: letras.cs@uemasul.edu.br



LISTA DE SIGLAS

ALEMA – Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.

CCA – Centro de Ciências Agrárias.

CCANL - Centro de Ciências Agrárias, Naturais e Letras.

CCENT - Centro de Ciências Exatas, Naturais Tecnológicas.

CCHSL - Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras.

CCHSTL - Centro de Ciências Humanas, Sociais, Tecnológicas e Letras.

CNE - Conselho Nacional de Educação.

FAPEMA - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão.

IDH - Índice de Desenvolvimento dos Municípios.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

MEC - Ministério da Educação.

NEEs – Necessidades Educacionais Especiais.

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional.

PEE/MA - Plano Estadual de Educação Básica do Maranhão.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

PNE - Plano Nacional de Educação.

PROEB - Programa Especial de Formação de Professores para Educação Básica.

PROGESA – Pró- Reitoria de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica.

SECTI - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia Inovação e Ensino Superior.

UEMA - Universidade Estadual do Maranhão.

UEMASUL - Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão.



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da rede urbana do Maranhão.....	27
Figura 2 - Mapa da hierarquia das cidades no Maranhão	27
Figura 3 - Área de abrangência territorial da UEMASUL, definida pelo Decreto Estadual nº 32.396/2016.....	28
Figura 4 - Representação gráfica da matriz curricular do curso.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cursos ofertados no <i>Campus Imperatriz</i>	21
Quadro 2 - Cursos ofertados no <i>Campus Açailândia</i>	23
Quadro 3 - Cursos ofertados no <i>Campus Estreito</i>	23
Quadro 4 – Cursos ofertados nas Unidades Avançadas no “Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão”.	24
Quadro 5 - Alinhamento dos objetivos do curso com o perfil do egresso.	62
Quadro 6 - Componentes curriculares do Núcleo Específico do Curso de Letras Língua Portuguesa do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão	75
Quadro 7 - Componentes curriculares do Núcleo de Estágio do Curso Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão	76
Quadro 8 - Composição do Colegiado do Curso de Letras Língua Portuguesa Licenciatura do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão/UEMASUL, para o biênio 2022-2024.	153

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Número de Docentes na Educação Básica – Ensino Regular, Especial e/ou Educação de Jovens e Adultos (EJA), por Nível de Escolaridade e Formação Acadêmica, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município – 2018.	41
Tabela 2 - Auxílios concedidos aos discentes e cotas.	53
Tabela 3 - Dados inerentes à integralização do curso.....	73
Tabela 4 - Componentes Curriculares do Núcleo Básico a todas as licenciaturas da UEMASUL.	74
Tabela 5 - Componentes curriculares do Núcleo Básico a todas as licenciaturas da UEMASUL.	74
Tabela 6 - Componentes curriculares do Núcleo Básico a todas as licenciaturas da UEMASUL.	75
Tabela 7 - Relação das disciplinas Eletivas Restritivas do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do CCHSL/UEMASUL.	76
Tabela 8 - Demandas, Vagas e forma de ingresso no ano de 2022.	150
Tabela 9 - Ingressantes e vagas ociosas em 2022, Evasões, desistências e quantitativo em 2024.	150
Tabela 10 - Corpo docente, regime de trabalho, titulação e experiência profissional.	167
Tabela 11 - Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica do Corpo Docente do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Programa Caminhos do Sertão/UEMASUL, no período de 2021 a 2023.....	168

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA UEMASUL	14
1.1 Missão	24
1.2 Visão	24
1.3 Valores	24
2. CONTEXTO REGIONAL	26
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO.....	38
3.1 Histórico do Curso	38
3.2 Justificativa do curso	40
3.3 Legislação	42
3.3.1 Legislações Federais	42
3.3.2 Legislações Estaduais.....	43
3.3.3 Normativas institucionais da UEMASUL.....	44
4. POLÍTICA ACADÊMICAS.....	46
4.1 Política de Direitos Humanos.....	46
4.2 Políticas de Educação para as relações étnicos-raciais.....	46
4.3 Políticas de Educação Ambiental	48
4.4 Políticas de Inclusão e Acessibilidade	49
4.5 Políticas de apoio ao discente.....	50
4.5.1 Acolhimento e integração acadêmica.....	53
4.5.2 Auxílio permanência	54
4.5.3 Atuação do Núcleo psicopedagógico	55
4.5.3.1 Atendimento de pessoas com deficiência e Transtorno do Espectro Autista	56
4.5.4 Representação Estudantil	58
5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO	60
5.1 Objetivos do curso	61
5.1.1 Alinhamento dos objetivos do curso com o perfil do egresso.....	62
5.1.2. Articulação dos objetivos do curso ao atendimento às características locais e regionais63	
5.2 Perfil do Egresso	65
5.2.1 Articulação das competências do perfil do egresso com as características locais e regionais66	
5.2.2 O Perfil do egresso e as novas demandas do mercado de trabalho	67
5.3 Ambientes de Atuação	68

5.4 Bases Ético-políticas.....	68
5.5 Estratégias Pedagógicas.....	71
5.6 Bases Epistemológicas	72
5.7 Estrutura curricular do curso	73
5.3.1 Matriz Curricular.....	76
5.3.1.1 Representação Gráfica da matriz curricular do curso.....	80
5.3.2 Ementário	81
DISCIPLINAS ELETIVAS RESTRITIVAS (OPTATIVAS).....	126
5.3.3 Conteúdos Curriculares	132
5.3.4 Integração Curricular.....	132
5.3.5 Interdisciplinaridade.....	133
5.3.6 Compatibilidade entre hora-aula e hora-relógio.....	134
5.5 Metodologia de ensino utilizada no curso.....	135
5.4.1 Práticas pedagógicas Inovadoras.....	137
5.5 Estágio Curricular Obrigatório.....	140
5.6 Atividades Acadêmicas-Ciêntificas-Culturais - AACC	143
5.7 Trabalho de Conclusão de Curso	144
5.8 Tecnologia de Informação e Comunicação (TICs) no Processo de ensino e aprendizagem	145
5.9 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem	147
5.10 Número de vagas	150
5.11 Integração do curso com as redes públicas de ensino.....	150
5.13 Seminários Temáticos	151
6 GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO.....	153
6.1 Colegiado do Curso.....	153
6.2 Núcleo Docente Estruturante.....	154
6.3 Coordenação de Curso	156
6.4 Coordenação Geral do Programa	157
6.5 Coordenação de Centro.....	158
6.6 Conselho do Programa	159
6.6 Gestão Acadêmica do curso e o processo de avaliação interna e externa.....	160
6.7 Coordenação Administrativa e Pedagógica.....	161
7 CORPO DOCENTE.....	165
7.1 Titulação e formação docente	165
7.2 Regime de trabalho docente.....	167

7.3 Produção acadêmica	168
8 INFRAESTRUTURA	169
8.1 Salas de aula	169
8.2 Espaço de trabalho para o Coordenador do Curso	169
8.2.1 Coordenações Locais.....	170
8.3 Sala coletiva de professores.....	170
8.4 Acesso dos alunos a equipamentos de informática	170
8.5 Bibliografia básica e Bibliografia complementar por unidade curricular (UC).	171
8.6 Laboratórios didáticos de formação básica.....	171
8.7 Laboratórios didáticos de formação específica	172
REFERÊNCIAS	174
APÊNDICE A	181
APÊNDICE B.....	2
APÊNDICE C	14
APÊNDICE D	39
APÊNDICE E.....	57

APRESENTAÇÃO

A necessidade de um Projeto Pedagógico de uma escola ou de um curso antecede a qualquer decisão política ou exigência legal. Educadores e membros de instituições devem ter claros os mecanismos para diagnosticar as demandas da região geográfica que abrange, fator decisivo para sua inserção na vida social da região.

O presente documento constitui-se do projeto pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Programa de Formação Docente Caminhos do Sertão, que objetiva produzir e difundir conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, formar professores éticos e competentes, com responsabilidade social, respeitando-se as características socioculturais e políticas da comunidade local.

Este projeto pedagógico de curso, com base nos referenciais teórico-metodológicos contemporâneos da formação docente e em atendimento das metas do PEE/MA, às demandas regionais, se propõe a definir as diretrizes pedagógicas para a organização e o funcionamento do respectivo curso de formação docente da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) que compromete-se a democratizar o acesso ao ensino superior por meio da oferta de cursos de licenciatura, conforme a carência de docentes nas áreas de conhecimento de cada uma das quatro Unidades Avançadas (Amarante do Maranhão, Itinga do Maranhão, Porto Franco e Vila Nova dos Martírios) e, portanto, contribuir para a elevação cultural, social e científica do estado, de acordo com a Resolução nº 031/2018 – CONSUN/UEMASUL, que dispõe sobre as diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão.

Este curso é destinado aos professores, em exercício, e para a comunidade dos municípios de Amarante do Maranhão, Itinga do Maranhão, Porto Franco e Vila Nova dos Martírios localizados na área de abrangência da UEMASUL. Está planejado com o compromisso de formar o profissional docente para atuar na educação básica com uma formação de nível superior - graduação.

O programa consubstancia-se em uma proposta curricular baseada nos fundamentos filosóficos da prática educativa progressista e transformadora na perspectiva histórico-crítica, nas bases legais do sistema educativo nacional e nos princípios norteadores da formação de professores para a educação básica, explicitados na Lei nº 9.394/96 (LDB), no Projeto Político Pedagógico Institucional, bem como nas resoluções, pareceres e decretos que normatizam os cursos de licenciatura no sistema educacional brasileiro.

A construção desse projeto pedagógico foi realizada de forma participativa pela equipe

de professores e coordenadores do Programa e tem relevância ao contribuir para o processo de formação de professores em serviço, buscando garantias de melhoria na qualidade do ensino que as crianças e jovens recebem nas escolas.

Estão presentes, como marco orientador dessa proposta, as decisões institucionais explicitadas no Projeto Político Pedagógico, traduzidas nos objetivos, na função social desta Instituição e na compreensão da educação como uma prática social. Em consonância com a função social da UEMASUL, o programa se propõe promover a formação docente comprometida com os valores fundantes da sociedade democrática, com os conhecimentos referentes à compreensão da educação como uma prática social, com o domínio dos conhecimentos específicos, os significados desses em diferentes contextos e a necessária articulação interdisciplinar. Além disso, valoriza a estreita articulação entre os conhecimentos específicos, os conhecimentos pedagógicos e os saberes da experiência, ou seja, o saber plural (TARDIF, 2002).

Este documento apresenta os pressupostos teóricos, metodológicos e didático-pedagógicos estruturantes da formação docente em consonância do atendimento das metas do PEE/MA, às demandas regionais, visando o avanço no número de matrículas no ensino superior e, conseqüentemente, a formação crítico-reflexiva do professor. Para tanto, os princípios e objetivos aqui apresentados seguem a política nacional de formação de professores de que trata a LDB no art. 61, *caput* e seus incisos I, II e III; PNE; as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação de professores em nível superior, instituídas pela Resolução nº 2 - CNE/CP, de 1º de julho de 2015, bem como o Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE) enquanto política do Ministério da Educação para a qualidade da educação básica no país, e ainda, o PPI (2017 – 2021) da UEMASUL. Explicita, portanto, que o ato de ensinar nas licenciaturas oferecidas pelo Programa de Formação Docente da UEMASUL é concebido como uma atividade humana, técnica, política e ética voltada para a formação da cidadania e para o mundo do trabalho.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA UEMASUL

A Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) é uma autarquia de natureza pública localizada na região sudoeste do Maranhão. Possui autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial. Possui cursos na modalidade presencial com habilitação em bacharelado, licenciaturas e tecnólogos distribuídos nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Engenharias, Linguísticas, Letras e Artes, Ciências Biológicas e Ciências Sociais Aplicadas. A visão da UEMASUL para os próximos 5 (cinco) anos é se tornar uma universidade de referência regional no Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Empreendedorismo, promovendo transformação e desenvolvimento para a Região Tocantina .

A missão da UEMASUL, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2022-2026) é produzir e difundir conhecimentos, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão e formar profissionais éticos e competentes, com responsabilidade social, para o desenvolvimento sustentável da região Tocantina do Maranhão, contribuindo para a elevação cultural, social e científica, do Maranhão e do Brasil.

Possui como valores institucionais, a gestão democrática, promoção de sustentabilidade, ética, estímulo à inovação e ao empreendedorismo, respeito à diversidade, autonomia e responsabilidade social, transparência e compromisso com a sociedade e com o bem público, valorização dos discentes, docentes e técnicos-administrativos, compromisso com a sociedade da Região Tocantina do Maranhão.

Como parte integrante do projeto de regionalização da Educação Superior do Estado do Maranhão, no dia 06 de setembro de 2016, o chefe do Poder Executivo, Governador Flávio Dino, enviou à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA) o Projeto de Lei nº 181/2016, para a criação da UEMASUL. Assim, após debate na Sessão Ordinária da ALEMA, no dia 26 de outubro de 2016, o projeto foi aprovado por unanimidade pelos trinta e dois deputados presentes. Em 03 de novembro de 2016 o Governador assinou a Lei Estadual nº 10.525, que criou a primeira Instituição de Ensino Superior Regional do Estado do Maranhão, incorporando a sua estrutura dois *campi* – Imperatriz e Açailândia, que antes pertenciam à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Continuamente, o Decreto Estadual nº 32.397, de 11 de novembro de 2016, designou a Comissão de Transição e Instalação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, com a missão de diagnosticar as atividades de implantação e dar efetividade à Lei nº 10.525/2016. Nesta mesma data, o Decreto Estadual nº 32.396 definiu que a área de atuação

territorial da UEMASUL abrangeria vinte e dois municípios do Estado do Maranhão.

Então, a UEMASUL, juntamente com a UEMA, o Instituto Estadual do Maranhão (IEMA) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), passou a integrar o Sistema Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, criado pela Lei Estadual nº 7.844, de 31 de janeiro de 2003, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI).

Em 01 de janeiro de 2017, a UEMASUL passou a existir como a primeira Universidade Regional do Estado do Maranhão, conduzida por uma gestão *pró-tempore*, que representou a segunda etapa da sua criação. Nomeada pelo Governador Flávio Dino, a Gestão *pro-tempore* teve vigência até 31 de dezembro do mesmo ano. A posse da primeira reitora, Professora Elizabeth Nunes Fernandes e do vice-reitor Professor Antônio Expedito Ferreira Barroso de Carvalho, ocorreu em solenidade pública, com a presença de representantes de diversos segmentos da sociedade.

Ao decorrer do primeiro ano de funcionamento da UEMASUL alguns fatos foram marcantes para a história desta IES. A Medida Provisória, de autoria do Poder Executivo Estadual nº 227, de 21 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a organização administrativa da UEMASUL, os cargos em Comissão, o Conselho Universitário (CONSUN) e o Conselho Estratégico Social (CONEST), foi transformada na Lei Estadual nº 10.558, de 06 de março de 2017.

Com pouco mais de 70 dias de funcionamento, em 15 de março de 2017, e em meio a planejamento e obras de reforma e expansão, ocorreu a aula inaugural da mais nova Universidade Pública do Brasil. Outro marco importante foi a primeira outorga de grau dos cursos de graduação da UEMASUL, em 05 de abril de 2018. A solenidade foi marcada pela alegria e emoção dos formandos, seus familiares e de toda a comunidade acadêmica, reafirmando a função desta IES na sociedade.

Entre tantos outros acontecimentos importantes, destacam-se a elaboração do primeiro Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2017-2021, resultado do comprometimento de toda a comunidade acadêmica. O primeiro PDI foi aprovado pela Resolução nº 013/2017-CONSUN/UEMASUL. A solicitação de credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação iniciou em julho de 2017. O anúncio do credenciamento aconteceu em 14 de dezembro de 2017, antes da Universidade completar um ano de funcionamento. Com o relatório da Comissão de Avaliação e do parecer favorável da Câmara de Ensino Superior, o plenário do Conselho Estadual de Educação aprovou, por unanimidade, o credenciamento da UEMASUL por cinco anos, prazo máximo que pode ser

dado a uma instituição.

Para alcançar seus objetivos de atuação e desenvolvimento regional, ainda no primeiro ano de UEMASUL, iniciou-se o processo de construção de novo *campus* para o Centro de Ciências Agrárias (CCA), em área doada pelo Sindicato Rural de Imperatriz - SINRURAL. Em 03 de novembro de 2021, o novo *campus* foi inaugurado e está em funcionamento. Expandindo a atuação desta IES, foi criado e instalado o *campus* no município de Estreito.

O chefe do Poder Executivo Municipal de Estreito, o então prefeito Cícero Neco Moraes, com aprovação da Lei Municipal, doou um prédio com 3.336 m², em uma área total de 20.000 m², para a Universidade. Para a escolha dos cursos que seriam ofertados, uma audiência pública foi realizada em 03 de maio de 2017, no município. O novo *campus* recebeu a denominação de Centro de Ciência Agrárias, Naturais e Letras (CCANL), conforme estabelece a Lei Estadual nº 10.694, de 05 de outubro de 2018. Encontra-se em funcionamento desde 2020, ocasião na qual ingressaram as primeiras turmas, com oferta de 120 vagas, divididas entre os cursos de Língua Portuguesa e Literaturas de Línguas Portuguesas; de Ciências Naturais Licenciatura (Física/Matemática); e de Engenharia Agrônômica.

Em agosto de 2017, houve outra Audiência Pública na cidade de Amarante do Maranhão, com representantes da sociedade civil organizada, representantes do Ministério Público Estadual, dos Poderes Executivo e Legislativo e municípios de Buritirana e Sítio Novo, ocasião em que foi apresentada a demanda da região por Ensino Superior.

A UEMASUL, considerando seu comprometimento em democratizar o acesso ao Ensino Superior, por meio de planejamento, estudo e análises de dados educacionais da região, contando também com a experiência obtida nas audiências públicas em 2017, elaborou o Projeto para Formação de Professores - Caminhos do Sertão (Resolução nº 049/2018-CONSUN/UEMASUL), visando ofertar cursos de licenciatura para a comunidade da sua área de atuação territorial, em cooperação com quatro municípios/polos das Unidades Avançadas, a considerar, Amarante do Maranhão, Itinga do Maranhão, Porto Franco e Vila Nova dos Martírios.

O Programa teve sua criação aprovada pelo CONSUN e autorizado seu funcionamento pela Resolução nº 56/2019-CEE-MA do Conselho Estadual de Educação. Em 14 de fevereiro de 2020, em uma solenidade oficial com a participação das Prefeituras, o Programa foi lançado e ocorreu também as assinaturas de Acordos de Cooperação Técnica entre os gestores dos municípios das quatro Unidades Avançadas e a UEMASUL.

No dia 25 de novembro de 2021, foi assinado o contrato nº 026/2021, que tem como objeto o apoio para a execução do Programa juntamente com a Fundação Sônsândrade que terá

o prazo de quatro anos para o seu desenvolvimento. Em virtude da pandemia do COVID-19, o programa foi efetivado somente no ano de 2022, com a realização do seu vestibular.

Ainda em 2017, foi implantado o Restaurante Popular e Universitário (RPU), proveniente de um Acordo de Cooperação firmado entre a UEMASUL e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDES), ofertando 1000 (um mil) refeições diárias, sendo 400 (quatrocentas) destinadas a discentes e servidores(as) da UEMASUL. Para atender ao aumento da demanda, o número de refeições em 2022 foi elevado para 1.100 (um mil e cem).

A terceira etapa da Universidade, denominada Período de Implantação, foi marcada pela Resolução nº 014/2017- CONSUN/UEMASUL, que convocou a comunidade acadêmica para a primeira eleição para reitor e vice-reitor da UEMASUL. Não havendo registros de candidaturas para composição de lista tríplice para a eleição, a Professora Elizabeth Nunes Fernandes e o Professor Antônio Expedito Ferreira Barroso de Carvalho, após consulta à comunidade acadêmica, foram reconduzidos pelo Governo do Estado aos cargos de Reitora e Vice-Reitor, respectivamente.

Foi no segundo ano da UEMASUL que aconteceu a aprovação do primeiro Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, Mestrado Profissional em Letras (PPGLE), criado pela Resolução nº 035/2018 - CONSUN/UEMASUL e aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no primeiro semestre de 2019, tendo a primeira defesa de dissertação em 28 de setembro de 2021.

Criado em 5 de julho de 2018, o Centro de Ciências da Saúde (CCS) foi aprovado na Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA) pela Lei nº 10.880. Nela estão previstos os cursos de Medicina, Farmácia e Saúde Coletiva, todos na modalidade Bacharelado. A criação do CCS foi resultado de um processo intenso de estudos, o curso de Medicina foi criado pela Resolução nº 075/2019-CONSUN/UEMASUL, que também autoriza o funcionamento e aprova o Projeto Pedagógico do curso.

No percurso do quadriênio 2017-2021 foi aprovado o Plano de Internacionalização pela Resolução nº 078/2019-CONSUN/UEMASUL, com o objetivo de fomentar ações de internacionalização, com foco na construção de um ambiente internacional no dia a dia da Universidade. Neste cenário, até então, a UEMASUL se configurava como a única instituição pública de Ensino Superior do Maranhão selecionada para o Programa ETA (Assistentes do Ensino de Língua Inglesa) do Programa *Fulbright*, e o *English Language Fellow* (professor especialista de língua inglesa) da Embaixada Americana.

Em 2019, a composição, atribuições e funcionamento do Conselho Estratégico - CONEST/UEMASUL foi regulamentada pela Resolução nº 089/2019- CONSUN/UEMASUL.

O CONEST, órgão superior consultivo, foi criado para subsidiar a Universidade na gestão de suas políticas públicas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, no âmbito das Unidades de Atuação.

Em 2020, a UEMASUL oficializou sua participação no Contrato Organizativo de Ação de Ensino-Saúde (COAPES). A assinatura do contrato representou avanço, garantindo os cenários de prática para os ingressantes do curso de Medicina, tendo em vista que o COAPES atua no fortalecimento da formação de profissionais de saúde em consonância aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

No mesmo ano, com o enfrentamento da pandemia da COVID-19, no sentido de diminuir os seus impactos nas atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, a Universidade buscou adotar medidas de proteção e controle, assim como a observância das recomendações das autoridades sanitárias e governamentais do Estado.

Em 16 de março de 2020, com a publicação do Decreto Estadual nº 35.662, as atividades presenciais, acadêmicas e administrativas da UEMASUL foram suspensas, criou-se o Comitê de Monitoramento e Avaliação (CMA) em março de 2020, por meio da Portaria nº 134/2020-GR/UEMASUL, para acompanhamento das ações de prevenção e enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, no âmbito da Universidade. Objetivando analisar a situação epidemiológica da COVID-19 e discutir as ações necessárias a serem adotadas na UEMASUL, o CMA foi organizado em 4 Eixos principais, sendo, Administrativo; Ensino, Pesquisa e Extensão; Promoção à Saúde; e, Comunicação.

Em virtude da situação de excepcionalidade decorrente da pandemia, o CONSUN aprovou diretrizes para o ensino emergencial remoto e demais atividades acadêmicas, como a alteração do Calendário Acadêmico de 2020. Ademais, autorizou a realização dos processos seletivos de forma remota para a contratação de professores, no âmbito do Ensino Remoto Emergencial e, em 14 de abril foi realizada a primeira cerimônia remota, conforme definia a Resolução nº 103/2020-CONSUN/UEMASUL.

No enfrentamento da pandemia, para atender à necessidade de manutenção das políticas de ações afirmativas e de inclusão que preceituam o acesso e a permanência nas Universidades Públicas, foi cri

ado o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital. O programa universalizou o fornecimento de *chips* de dados móveis para discentes e docentes, que se inscreveram por meio de edital específico.

No contínuo compromisso com a Região Tocantina, em novembro de 2020, visando atender à demanda de oferta de cursos no *campus* Açailândia, foi instituída comissão que contou

com a participação de membros internos e externos para implantação do curso de Direito (bacharelado). A Portaria nº 233/2020-GR/UEMASUL instituiu a Comissão para acompanhamento técnico da implantação do curso de Bacharel em Direito do Centro de Ciências Humanas, Sociais, Tecnológicas e Letras (CCHSTL).

O ano de 2021 iniciou com a cerimônia de posse das conselheiras e conselheiros do CONEST. De forma remota, essa cerimônia reafirmou o compromisso da UEMASUL com a sociedade, pois é neste Conselho que a comunidade irá participar das discussões relacionadas à Universidade, opinando sobre temas diversos. A pluralidade dos atores é demonstrada na composição do CONEST, pois dele participam representantes de movimentos sociais, entidades sindicais, indústria e comércio, povos indígenas, organizações não governamentais, representantes dos docentes e dos discentes da Educação Básica e dos egressos da UEMASUL.

No mesmo ano, em 2021, também se assinou um importante convênio que criou o Programa de Residência Profissional em Ciências Agrárias. Celebrado entre a FAPEMA, a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca do Maranhão (SAGRIMA), a UEMA e a UEMASUL. O Programa de Residência Profissional proporciona um período de treinamento prático, orientado e supervisionado que une teoria e prática, visando a melhor qualificação e oportunidades de trabalho aos egressos dos cursos-alvo, e com supervisão dos docentes da UEMASUL e da UEMA.

Ainda no ano de 2021, com vistas a ampliação estrutural da UEMASUL, em 1º de julho, foi adquirido pelo Governo do Estado do Maranhão um prédio para atender às demandas dos centros: CCS, CCHSL e CCENT. A área total do prédio adquirido é de 8.415 m², ampliando a estrutura física institucional para as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, bem como as atividades de natureza administrativa.

Também em julho de 2021, a UEMASUL recebeu do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), o registro de Credenciamento Institucional para avaliar Atividades com Animais em Ensino ou Pesquisa Científica (CIAEP). A solicitação foi realizada por meio do Comitê de Ética no Uso de Animais (CEUA), criado em janeiro do mesmo ano. Com o registro do CIAEP, a UEMASUL também poderá avaliar e autorizar outras instituições a realizarem atividades com animais.

Em continuidade, o CCENT, *campus* Imperatriz, recebeu a reestruturação dos espaços para os Laboratórios de Ensino de Matemática (LEMA) e o Laboratório Didático de Formação Básica Magno Urbano de Macedo para atender às necessidades dos cursos de Matemática, Física, Ciências Biológicas e Química. Proporcionando a discentes e docentes ambientes adequados para o desenvolvimento das atividades, contribuindo para a melhoria da formação

acadêmica.

Em setembro de 2021, a UEMASUL e a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) assinaram um Acordo de Cooperação Internacional. O objetivo do acordo é estabelecer o intercâmbio de conhecimentos e assistência técnica e científica, relacionados ao Ensino, a Pesquisa, a Extensão, a Inovação, a administração universitária e a capacitação de recursos humanos entre as duas instituições.

A democracia sempre foi um dos valores norteadores da UEMASUL e, alinhada a esse compromisso, foi iniciada a construção do Estatuto da Instituição. O processo de elaboração se deu mediante uma Estatuinte com regras e normas estabelecidas pelas Resoluções nº 065/2020 - CONSUN-UEMASUL e nº 113/2020- CONSUN/UEMASUL. Um processo no qual a comunidade acadêmica deve participar, para discutir as propostas durante o Congresso Estatuinte da UEMASUL.

Ocorreu também neste mesmo ano a convocação para a eleição de composição da lista tríplice para Reitor(a) e Vice-Reitor(a), pelo Conselho Universitário (CONSUN), por meio da Resolução nº 142/2021 - CONSUN/UEMASUL. A primeira eleição foi realizada em 08 de outubro de 2021, regida pelo edital nº 01/2021 CE-UEMASUL para o período de 2022 a 2025. Houve registro de cinco chapas, sendo a chapa mais votada a composta pelas professoras Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves e Lilian Castelo Branco de Lima, empossadas pelo Governo do Estado para os cargos de Reitora e Vice-Reitora, respectivamente.

Outro importante registro é a ampliação do acervo da instituição com a plataforma Minha Biblioteca, disponibilizando cerca de 11.500 títulos nas áreas de Ciências Exatas, Engenharias, áreas Médicas, servindo de apoio informacional também nos cursos da área Jurídica. Assim, além das bibliotecas físicas nos quatro *campi*, e a biblioteca *Pearson*, já disponibilizada à comunidade acadêmica, a UEMASUL contará com mais uma plataforma, integrada ao sistema SIGAA - a Minha Biblioteca.

No processo de construção deste PDI, já em 2022, a UEMASUL tem passado por transformações significativas no seu desenvolvimento institucional, apresenta-se a reestruturação administrativa, que reconfigurou a gestão da instituição com a criação de 34 novos cargos distribuídos entre as Pró-Reitorias, bem como a criação da Pró Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PROEXAE). Ainda na estrutura organizacional, foram criados a Editora Universitária e o Núcleo de Inovação Tecnológica. Além da criação do primeiro Estatuto, normas de graduação, e novas normas de concursos e seletivos.

Soma-se a essas questões no ano de 2022, a liberação de 40 vagas para concursos em todos os cursos da instituição, a reestruturação no quadro institucional do Centro de Pesquisa

em Arqueologia e História Timbira (CPAHT), construção/reforma de infraestrutura laboratorial, aumento no valor pago para as bolsas estudantis dos programas de Iniciação Científica, Extensão, Inovação Tecnológica, Apoio Técnico Institucional, aumento no valor pago para as bolsas destinadas para a qualificação de docentes de mestrado e doutorado e a implantação do curso de Direito (bacharelado) no CCHSTL.

Além dessas transformações, ratifica-se o papel das políticas de apoio a discentes da UEMASUL, na medida em que foi elevado o quantitativo de auxílios do programa permanência e houve a criação dos auxílios: transporte, alimentação, creche, refeição e moradia. Enquanto parte integrante da política de acompanhamento do egresso da UEMASUL, destaca-se a criação da residência profissional em Engenharias e Arquitetura (Resolução 166/2022 CONSUN/UEMASUL).

Nesse contexto de conquistas institucionais, evidencia-se também o aumento da frota de veículos com vistas à otimização do deslocamento de discentes para atividades acadêmico-científicas. No que se refere aos servidores, como resultado de processo de valorização profissional, tivemos o aumento das gratificações. Para os professores efetivos, a Medida Provisória no 378, 15 de fevereiro de 2022, além de criar a categoria de professor associado, ampliando o plano de carreiras, autorizou a realização de concurso público para 40 novas vagas.

Os cursos de graduação ofertados atualmente nos campi da UEMASUL estão listados nos quadros a seguir:

Quadro 1-Cursos ofertados no *Campus Imperatriz*.

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS – CCA								
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Nº de Vagas Anuais	Turno	Ano de início	Ato de criação	Último Parecer de Reconhecimento
01	Engenharia Agrônômica	Bacharelado	5	40	Int.	2003	Res.116/94 CONSUN UEMA	Res. N° 60/2024 – CEE/MA
02	Engenharia Florestal	Bacharelado	5	30	Int.	2001	Res.804/2010 CONSUN UEMA	Resolução n.º 281/2021 CEE
03	Medicina Veterinária	Bacharelado	5	30	Int.	2003	Res. 116/94 CONSUN UEMA	Resolução n.º 67/2022 CEE

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E LETRAS – CCHSL								
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Nº de vagas anuais	Turno	Ano de Início	Ato de Criação	Último parecer de reconhecimento
01	Administração	Bacharelado	4	35	Vesp Not	1993	Resolução 451/96- CEE	Res. n.º 036/2023- CEE/MA

02	Geografia	Licenciatura	4	40	Not	1995	MP. 938/95- SESU	Res. n.º 091/2021
03	História	Licenciatura	4	40	Mat Not	1992	Res. n.º 100/1992	Res. n.º 61/2016-CEE
04	Letras Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literaturas.	Licenciatura	4	35	Ves Not	1986	Resolução 917/2015 CONSUN UEMA	Res. n.º 108/2022 - CEE/MA
05	Letras Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa	Licenciaturas	4	35	Not	1974	Lei municipal 10/1973 Res.914/2015 CONSUN UEMA	Res. n.º 217/2022- CEE/MA
06	Letras Inglês	Licenciatura	4	40	Ves Not	2020	Res. n.º 073/2019 CONSUN UEMAUSL	Em proceso de recohecimento
07	Pedagogia	Licenciatura	4	40	Mat	2002	Res. n.º 118/1994 CONSUN UEMA	Res. n.º 78/2024 -CEE/MA

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, NATURAIS E TECNOLÓGICAS – CCENT

Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Nº de vagas anuais	Turno	Ano de Início	Ato de Criação do Curso	Último parecer de recohecimento
01	Física	Licenciatura	4	30	Not	2008	Res. n.º 28/2024 – CEE/MA	Res. n.º 93/2019- CEE
02	Ciências Biológicas	Licenciatura	4	40	Mat Ves	2008	Res. n.º 133/2024- CEE/MA	Res. n.º 088/2021-CEE
03	Química	Licenciatura	4	40	Mat Ves	2014	Res. n.º 94/2022 – CEE/MA	Res.141/2016- CEE
04	Matemática	Licenciatura	4	40	Not	2015	Res. n.º 93/2022 – CEE/MA	Res. n.º 89/2016
05	Ciências com Habilitação em Matemática	Licenciatura	4	30	Not	1985	Res. n.º 219/2012 CEE	Res. 152/2012– CEE
06	Ciências com Habilitação em Biologia						Res. n.º 152/2012 CEE	Res. 219/2012- CEE

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – CCS

Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Nº de vagas anuais	Turno	Ano de Início	Ato de Criação do Curso	Último parecer de recohecimento
01	Medicina	Bacharelado	6	80	Int.	2020	Res. 075/2019 CONSUN UEMAS UL	Três anos para o primeiro recohecimento

Fonte: CPP (2020).

Quadro 2 - Cursos ofertados no *Campus Açailândia*

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS, TECNOLÓGICAS E LETRAS – CCHSTL								
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Nº de vagas anuais	Turno	Ano de Início	Ato de Criação do Curso	Último parecer de reconhecimento
01	Administração	Bacharelado	4	60	Vesp Not	2009	Res.663/06-A CONSUM UEMA	Res. n.º 294/2021- CEE/MA
02	Letras Licenciatura com Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa	Licenciatura	4	60	Vesp Not	2006	Res. 663/2006 CONSUM UEMA	Res. 015/2022 – CEE/MA
03	Letras, Licenciatura, em Língua Portuguesa, e Literatura de Língua Portuguesa	Licenciatura	4	40	Vesp/ Not	2016	Res. 910/2015 CONSUM UEMA	-
04	Tecnologia de Gestão Ambiental	Tecnólogo	2	35	Not.	2012	Res. 831/2012 CONSUM UEMA	Res. n.º 116/2022 – CEE/MA
05	Engenharia Civil	Bacharelado	5	80	Int.	2016	Res. 940/2016 CONSUM UEMA	Res. n.º290/2021- CEE
06	Pedagogia	Licenciatura	4	40	Mat.	2020	Resolução 074/2019 CONSUM UEMASUL	Aguardando resolução de reconhecimento, junto ao CEE/MA
07	Direito	B. Sc	5	40	Not.	2022	Res. n.º 156/2021 – CONSUM/UE MASUL	Curso irá solicitar reconhecimento em 2025

Fonte: CPP (2020)

Quadro 3 - Cursos ofertados no *Campus Estreito*.

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, NATURAIS E LETRAS – CCANL								
Ordem	Curso	Modalidade	Duração (anos)	Nº de vagas anuais	Turno	Ano de início	Ato de criação do curso	Último parecer de reconhecimento
01	Letras Língua Portuguesa e Literaturas	Licenciatura	4	40	Not.	2020	Res. 071/2019 CONSUM/ UEMASUL	Dois anos para o primeiro reconhecimento.
02	Ciências Naturais Licenciatura em Matemática ou Física	Licenciatura	4	80	Not.	2020	Res. 072/2019 CONSUM/ UEMASUL	Dois anos para o primeiro reconhecimento.
03	Engenharia Agrônômica	Bacharelado	5	40	Diu	2020	Res. 079/2019 CONSUM/ UEMASUL	Dois anos e meio para o primeiro reconhecimento.
04	Direito	Bacharelado	5	40	Not.	2024	Re. n.º242/2023 CONSUM/U EMASUL	Curso irá solicitar reconhecimento em 2026.

Fonte: CPP (2020)

Quadro 4 – Cursos ofertados nas Unidades Avançadas no “Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão”.

Ordem	Curso	Vagas por Município				Total	Duração (anos)	Início	Ato de criação
		Amarante	Itinga	Porto Franco	Vila Nova dos Martírios				
1	Ciências Biológicas	40	40	40	40	160	4	2020	Res. nº 083/2019–CONSUN/UEMASUL
2	Geografia	40	40	40	40	160	4	2020	Res. nº 082/2019–CONSUN/UEMASUL
3	Licenciatura em Letras Língua Portuguesa	40	40	40	40	160	4	2020	Res. nº 081/2019–CONSUN/UEMASUL
4	Matemática	40	40	40	40	160	4	2020	Res. nº 084/2019–CONSUN/UEMASUL
5	Pedagogia	40	40	40	40	160	4	2020	Res. nº 080/2019–CONSUN/UEMASUL
TOTAL		200	200	200	200	800			

1.1 Missão

Produzir e difundir conhecimentos, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão e formar profissionais éticos e competentes, com responsabilidade social, para o desenvolvimento sustentável da região Tocantina do Maranhão, contribuindo para a elevação cultural, social e científica, do Maranhão e do Brasil.

1.2 Visão

Ser referência regional na formação acadêmica, na produção e promoção da ciência, tecnologia e inovação, nos próximos cinco anos.

1.3 Valores

Os valores norteadores da UEMASUL, que se encontram alinhados com as diretrizes curriculares próprias do MEC e com as demandas da sociedade regional para a promoção do desenvolvimento sustentável, estão expressos a seguir:

- Ética
- Transparência
- Sustentabilidade
- Democracia



- Autonomia
- Inclusão
- Responsabilidade social

2. CONTEXTO REGIONAL

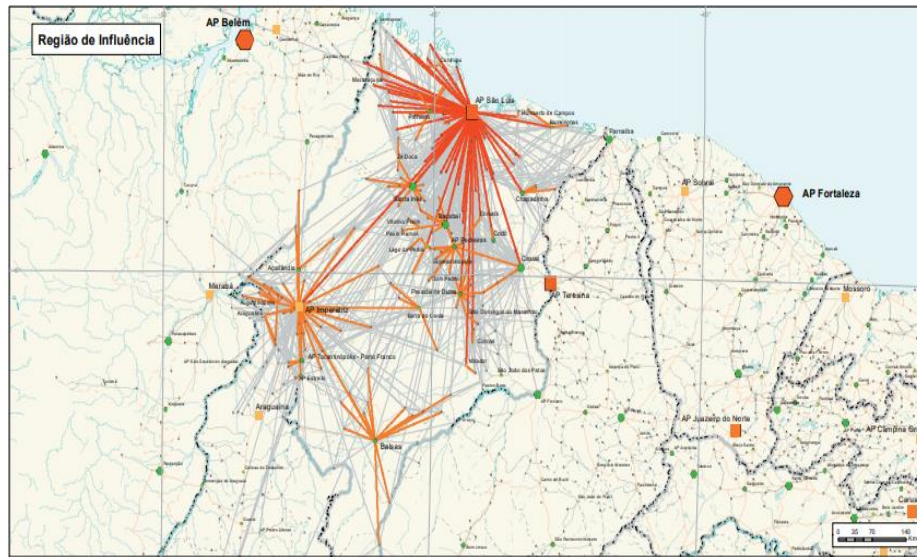
A natureza histórica da ocupação e povoamento do território maranhense legou diferenças e desigualdades que expressam peculiaridades entre as suas regiões, ou seja, entre a região Norte e a porção meridional do Estado do Maranhão. No conjunto dos aspectos que permitem identificar estas diferenças estão os diversos hábitos culturais que se expressam através da conquista e colonização portuguesa, sendo marcantes, principalmente, na porção setentrional (norte) do estado e as desigualdades socioeconômicas que foram construídas historicamente entre esta parte do território maranhense e a região Sul maranhense, demonstrando assim, as parcas preocupações e o distanciamento do governo central, presente na capital São Luís, no que se refere ao desenvolvimento de ações políticas, econômicas e culturais em relação à porção meridional maranhense (SOUSA, 2015, p. 75).

Ademais, as ações de descentralização conduzidas pelo governo estadual, no período atual, muito mais que sinalizar para a consolidação da UEMASUL, têm demonstrado o seu interesse no desenvolvimento maranhense. Prioritariamente, investir na ampliação da oferta de cursos e em um gerenciamento próximo de ações voltadas à Educação Superior, principalmente em áreas com demandas históricas expressivas no âmbito público, como a medicina.

Em discussão sobre desenvolvimento regional e Educação em Imperatriz, Gonçalves (2015, p. 51) assegura que, dado a inserção e influência de Imperatriz para o seu entorno, esta se situa em um patamar de importância regional, por ser uma cidade com população estimada em 259.980 habitantes (IBGE, 2021), e que vem se fortalecendo com sua posição estratégica de localização geográfica, e por ter papel relevante na Educação, para o processo de desenvolvimento local.

Para ilustrar a inserção regional de Imperatriz, dentro da rede urbano-regional do Maranhão, apresenta-se a figura 01 a seguir, constituída a partir do documento que trata da Região de influência das cidades – REGIC/IBGE (2018).

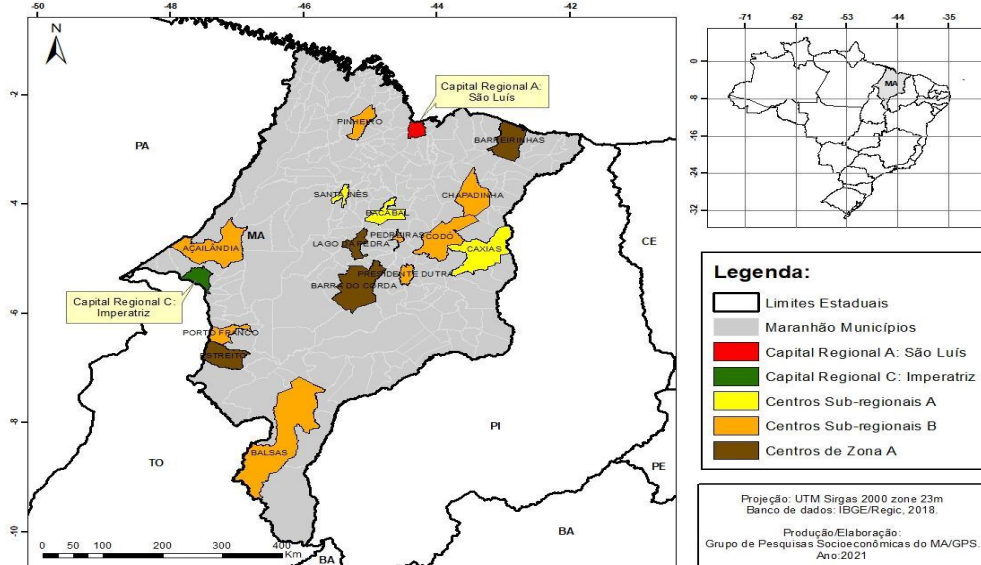
Figura 1– Mapa da rede urbana do Maranhão



Fonte: Regic (IBGE, 2018)

No Maranhão, destacam-se cinco principais níveis de hierarquização das cidades (Figura 01), segundo a pesquisa Regic (IBGE, 2019), quais sejam: Capital Regional A (São Luís, 1.101.884 habitantes); Capital Regional C (Imperatriz, 259.980 habitantes); Centros Sub-regionais A (Santa Inês, 89.489; Bacabal, 104.949 habitantes; Caxias, 164.800 habitantes); Centros Sub-regionais B (Açaílandia, 112.445 habitantes; Pedreiras, 39.191 habitantes; Porto Franco, 24.091 habitantes; Balsas, 95.929 habitantes; Chapadinha, 80.195 habitantes; Codó 122.859 habitantes; Pinheiro, 84.777 habitantes; e Presidente Dutra, 48.036 habitantes); e Centros de Zona A (Estreito, 41.497 habitantes; Barra do Corda, 88.212 habitantes; Barreirinhas, 63.217 habitantes; e Lago da Pedra, 50.616, habitantes).

Figura 2 -- Mapa da hierarquia das cidades no Maranhão

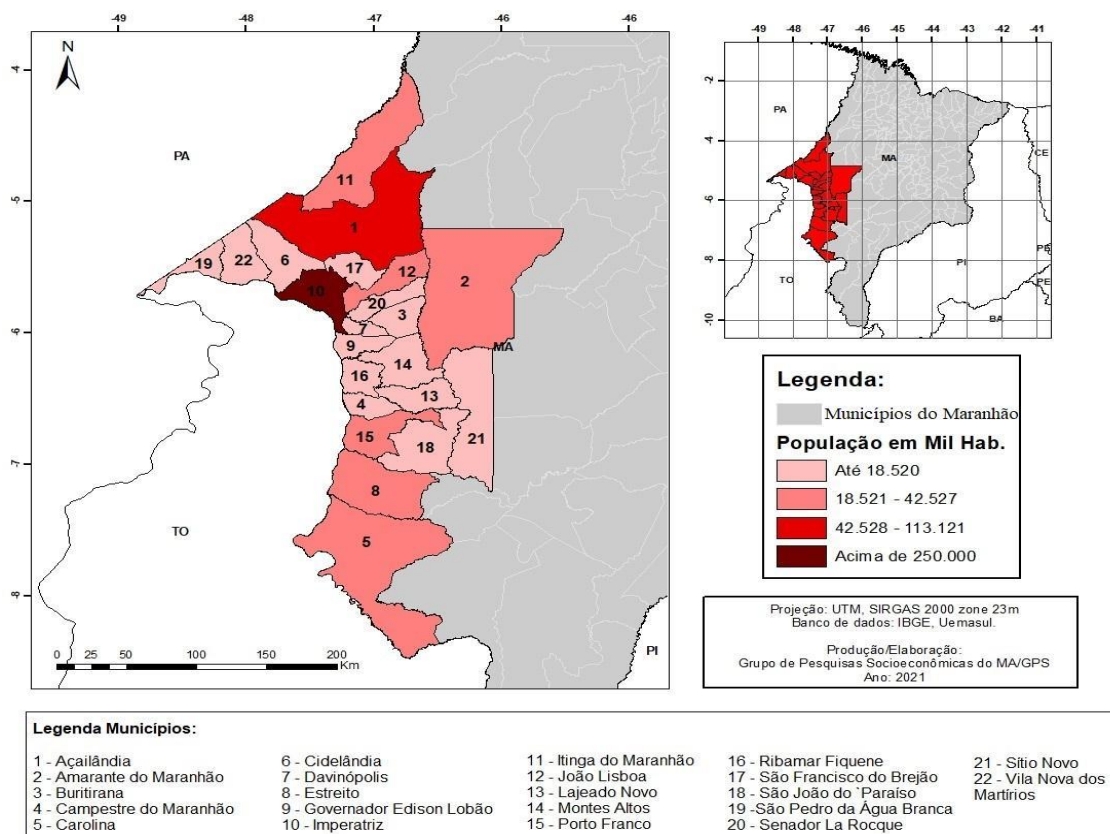


No que diz respeito aos processos de inserção regional da UEMASUL, pode-se afirmar que a sua abrangência territorial está pautada nos seguintes níveis de atuação:

- Cursos presenciais de Graduação Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo;
- Pós-Graduação *lato sensu*;
- Pós-Graduação *stricto sensu*.

A UEMASUL apresenta a sua inserção em um conjunto de 22 (vinte dois) municípios da Região Tocantina, a saber: Açailândia, Amarante do Maranhão, Buritirana, Campestre do Maranhão, Carolina, Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Governador Edison Lobão, Imperatriz, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Porto Franco, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, São João do Paraíso, São Pedro da Água Branca, Senador La Rocque, Sítio Novo do Maranhão e Vila Nova dos Martírios, conforme demonstrado na Figura 03:

Figura 3 - - Área de abrangência territorial da UEMASUL, definida pelo Decreto Estadual nº 32.396/2016.



Dos 22 municípios que se encontram na área de abrangência territorial da UEMASUL, apenas Açailândia, Porto Franco e Imperatriz se enquadram no conjunto de cidades médias¹.

¹ Soares (1999); Corrêa (2007) Spósito (2001) e Spósito (org.) (2007), após mais de três décadas de estudos têm indicado importantes instrumentos e critérios teórico-metodológicos, que têm servido de referência para qualificar

Os demais municípios são de pequeno porte. Eles apresentam em seus quadros demográficos, população total inferior a 30.000 habitantes. Outro dado relevante a ser considerado diz respeito ao período de instalação dos municípios. Dos 22 (vinte e dois) municípios apontados, 15 (quinze) foram instalados após a segunda metade do século XX, sendo que os Municípios de Carolina, Porto Franco e Imperatriz foram instalados ainda no século XIX.

A configuração regional dos municípios que estão sob a responsabilidade da UEMASUL é bastante heterogênea e complexa, refletindo, desse modo, as particularidades de seus processos de formação histórica e social. Os dados expostos na tabela 01 confirmam este fato, ao demonstrar as diferenças relacionadas à composição da densidade demográfica desses municípios. Destarte, pode-se constatar que há municípios que apresentam elevada densidade demográfica, como é o caso de Imperatriz, que contou, no ano de 2010, com 180,82 de habitantes/km². Ao contrário do município de Carolina, que registrou, nesse mesmo período, densidade demográfica equivalendo a 3,71 habitantes/km².

Outro elemento essencial que contribui para explicar a complexidade dos municípios que estão sob a jurisdição da UEMASUL diz respeito às suas diferenças e desigualdades socioeconômicas. Os dados expostos na Tabela 01 revelam esta realidade, ao retratar a composição da renda média desses municípios. Essas informações estão disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013). Elas foram sistematizadas pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro (FJP).

Quanto à composição do Índice de Desenvolvimento dos Municípios (IDHM), com ênfase nos indicadores de Renda e Educação, apresentam-se os dados na Tabela 01 a seguir:

Tabela 01 - Composição do Índice do Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) com ênfase nos indicadores de renda e educação.

MUNICÍPIOS	IDHM (2000)	IDHM (2010)	IDHM Renda (2000)	IDHM Renda (2010)	IDHM Educação (2000)	IDHM Educação (2010)
Açailândia (MA)	0,498	0,672	0,579	0,643	0,311	0,602
Amarante do Maranhão (MA)	0,374	0,555	0,430	0,541	0,217	0,441
Buritirana (MA)	0,376	0,583	0,405	0,540	0,217	0,505
Campestre do Maranhão (MA)	0,441	0,652	0,495	0,611	0,259	0,586
Carolina (MA)	0,476	0,634	0,541	0,600	0,291	0,529
Cidelândia (MA)	0,414	0,600	0,481	0,562	0,242	0,529
Davinópolis (MA)	0,418	0,607	0,461	0,561	0,256	0,535

e caracterizar esses espaços (cidades médias), no interior da dinâmica urbana brasileira. Tratam-se dos espaços (cidades) que dispõem de quantitativo populacional variando entre 100.000 (cem mil) a 500.000 (quinhentos mil) habitantes.

Estreito (MA)	0,468	0,659	0,553	0,666	0,271	0,536
Governador Edison Lobão (MA)	0,422	0,629	0,476	0,589	0,243	0,552
Imperatriz (MA)	0,591	0,731	0,623	0,697	0,465	0,698
Itinga do Maranhão (MA)	0,480	0,630	0,614	0,601	0,290	0,545
João Lisboa (MA)	0,454	0,641	0,511	0,585	0,281	0,573
Lajeado Novo (MA)	0,374	0,589	0,479	0,561	0,172	0,494
Montes Altos (MA)	0,412	0,575	0,484	0,534	0,237	0,486
Porto Franco (MA)	0,504	0,684	0,576	0,664	0,324	0,606
Ribamar Fiquene (MA)	0,402	0,615	0,487	0,592	0,220	0,527
São Francisco do Brejão (MA)	0,424	0,584	0,505	0,556	0,242	0,479
São João do Paraíso (MA)	0,421	0,609	0,489	0,554	0,235	0,542
São Pedro da Água Branca (MA)	0,415	0,605	0,498	0,577	0,237	0,523
Senador La Rocque (MA)	0,392	0,602	0,449	0,570	0,220	0,515
Sítio Novo (MA)	0,376	0,564	0,470	0,509	0,177	0,456
Vila Nova dos Martírios (MA)	0,379	0,581	0,467	0,555	0,192	0,491
Brasil	0,612	0,727	0,692	0,739	0,456	0,637

Fonte: IPEA/FJP (2013). Organização: Jailson de Macedo Sousa (2017).

Conforme os dados dispostos na Tabela acima, constata-se que apenas os Municípios de Açailândia e Imperatriz registraram índices considerados satisfatórios. No conjunto dos municípios que integram a área de abrangência da UEMASUL, os referidos municípios contabilizaram no ano de 2010 maiores avanços no IDHM² e estão em destaque. Dessa forma, os dados revelam o papel desafiador a ser desempenhado pela UEMASUL em planejar ações que concorram para a mudança da realidade regional.

Esse cenário, observado para os municípios de Imperatriz e Açailândia, pode ser explicado por força de seu desempenho nos setores de agricultura, pecuária, extrativismo vegetal, comércio, indústria e serviços. Esses municípios se destacam por serem os grandes polos econômicos, políticos, culturais e populacionais do Maranhão, aglutinados no sudoeste do Estado, norte do Tocantins e sul do Pará.

Os dados econômicos relativos ao desempenho do PIB mostram que essa região tem crescido acima da média do Estado do Maranhão, do nordeste e até mesmo do país. Esse crescimento se deve, em parte, à dinâmica econômica apresentada por setores direta ou

² O IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios é um indicador que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH. O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda e vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. (ATLAS BRASIL, 2013).

indiretamente articulados aos grandes empreendimentos e suas ramificações (carvoarias, guzerias e plantações homogêneas com fins industriais). Tal cenário desafia ainda mais a UEMASUL a se definir nesse espaço geográfico, enquanto instituição promotora de conhecimento científico que visa o desenvolvimento econômico sustentável.

Foi possível entender, diante desses dados, que todos os municípios que se inserem na área de abrangência da UEMASUL apresentaram melhorias significativas em seus indicadores sociais e econômicos. O caso do município de Lajeado Novo é bastante ilustrativo, uma vez que seu IDHM, no ano de 2000, foi de 0,374. Uma década após, no ano de 2010, essa unidade municipal registrou importante crescimento, apresentando um IDHM de 0,589.

Embora sejam perceptíveis as melhorias nos indicadores socioeconômicos dos municípios que integram a região de abrangência da UEMASUL, ainda há muito por fazer para que suas populações apresentem condições de vida dignas e adequadas. Um dos caminhos que poderá favorecer o ordenamento dos municípios dessa região dar-se-á mediante o desenvolvimento de ações que vislumbram um maior equilíbrio econômico e social entre esses municípios.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a Região Tocantina está situada próxima à linha do Equador e com uma grande disponibilidade de energia, luz e água durante a maior parte do ano. Essa região oferece condições excelentes para o rápido crescimento de espécies vegetais adaptadas ao trópico, evidenciando sua força nos setores da agricultura, pecuária, extrativismo vegetal e uso dos recursos naturais como fatores preponderantes para o crescimento e desenvolvimento econômico e social.

A oferta ampliada e democratizada de cursos superiores em nível de graduação e Pós-Graduação constitui importante iniciativa a favor da correção dessas assimetrias apresentadas por meio dos dados dispostos na Tabela 01. A ampliação da Educação Superior nesses municípios deverá zelar pelo reconhecimento das suas potencialidades e fragilidades.

Acredita-se que o governo maranhense, por meio da criação de uma nova Universidade e, conseqüentemente, a ampliação da oferta de cursos superiores, tanto em nível de graduação quanto de Pós-Graduação (*lato sensu/stricto sensu*), ajustará tais disparidades, contribuindo, assim, para o equilíbrio social e econômico dos municípios que se inserem na região de influência da UEMASUL.

Além da reflexão sobre o seu entorno, outro importante passo dessa nova Universidade maranhense, diz respeito à sistematização dos fundamentos filosóficos e técnico-metodológicos que embasam o seu fazer educacional. Assim, com a explicitação desses fundamentos, afirma-se que o fazer universitário desta IES é resultado de uma ação consciente quanto aos princípios

e fins que se deseja alcançar.

Unidades Avançadas: panorama geográfico e social dos municípios

No povoamento, criação e desenvolvimento econômico e social dos 4 (quatro) municípios-sede das Unidades Avançadas da UEMASUL, alguns contabilizam mais de um século de emancipação: Porto Franco (1920), Amarante do Maranhão (1953), e os mais recentes emancipados: Vila nova dos Martírios (1994), Itinga do Maranhão (1996). Existem peculiaridades geográficas, sociais e culturais a serem observadas e consideradas. Uma rápida incursão na história do desenvolvimento econômico de cada um deles, é possível perceber as diferentes problemáticas: ambientais, sociais e culturais. Suportados cada um a seu modo e a seu tempo. Diferem-se também nas potencialidades econômicas e evidentemente, no público de seus municípios.

Amarante do Maranhão e os donos do cocar - texto de Caracterização das Unidades(feito comum a todos os cursos do Caminhos)

Amarante do Maranhão é um município que se distingue dos demais municípios maranhenses, está entre os dez maiores municípios do Estado em abrangência territorial, 7.669,090 km². A população total é de 37.932 (IBGE, 2010) 15.050 estão na zona urbana enquanto 22.882 habitam a zona rural. O IDMH (2010) 0.555, IDMH (2010) 0,441, PIB per capita R\$ (2014) 5.725,12.

Algumas das famílias tradicionais amarantinas originaram-se da chegada de emigrantes no ano de 1916, contudo, a cidade emancipou-se somente em 1953. Os chegantes vieram em busca de terras férteis, propícias para a o cultivo das lavouras de arroz, milho, feijão, e assim formaram os povoados que persistem até hoje: Pindaré, Mundo Novo, Campo Formoso, Grotão, Alvorada, além de mais recentemente, os assentamentos rurais. A economia local tem base na agricultura familiar e na agropecuária. Nas comunidades rurais, as quebradeiras de coco babaçu influenciam diretamente a economia doméstica.

Segundo uma das estrofes do hino municipal de Amarante do Maranhão, “A história de Amarante tem heróis e tradição, e seu povo aguerrido, [...] Homens de outras terras, Fortes bravos pioneiros, no tamanho do teu solo, foram eles os primeiros” (Benedito Batista Pereira). Convém lembrar que o retrato deste povo aguerrido, está composto também por dois povos Indígenas, que habitam a região Amazônica há mais de 300 anos, os Guajajara, do tronco Tupi,

auto intitulados como os “donos do Cocar”, parte dos 413.288ha da Terra Indígena Araribóia estão inseridos neste município. Além do povo Gavião, parte do tronco jê, que habitam 13 aldeias distribuídas na terra Governador, em 41.644 ha.

Entretanto, os indicadores econômicos, sociais e ambientais dos últimos anos colocaram o município na mídia internacional quanto ao desmatamento pela retirada indiscriminada e comércio ilegal de madeira. Crime ambiental que ocorre, inclusive, nas duas terras indígenas (Governador e Araribóia) e entorno, ações que comprometem o desenvolvimento sustentável da região. Neste cenário, Amarante do Maranhão, foi incluído na Operação Arco de Fogo, ação governamental deflagrada em 2015, com o principal objetivo de reprimir a extração e venda de produtos madeireiros com origens ilícitas.

Os dados do IDEB destacam a nota média de 4.2 para os alunos das séries iniciais e os dos últimos anos nota 3. A cidade, comparada as demais do Maranhão, ficou na posição 99 de 217. O IDEB, não aponta sobre educação diferenciada, a avaliação é tomada de forma genérica para todos os municípios matriculados, desconsiderando os distintos públicos educacionais.

Portanto, observa-se que no município de Amarante do Maranhão, no quesito educação, a população não é homogênea, as peculiaridades estão nos modos de vida diferenciados, não indígenas e indígenas. Entretanto, quanto ao tocante a educação indígena oferecida carece observar peculiaridades, são dois povos indígenas distintos entre si, a começar pela língua, (trata-se de dois troncos linguísticos distintos: Macro Jê e Tupi, cosmologia, mitologia e ritos originários de cada povo.

Uma Vila Nova e martírios ancestrais.

As áreas rurais da cidade de Imperatriz nos anos 50 a 60 do século passado, receberam famílias de várias partes do país em busca de uma porção de terra fértil. As grandes extensões de plantações de arroz abonaram o nome da conhecida “Estrada do Arroz”. Nas suas proximidades foram se concentrando aglomerações de trabalhadores, surgindo os povoados, sobretudo, com proximidade aos cursos d’água, a exemplo da comunidade de Vila Nova que se concentrou as margens do rio Martírios. Convém lembrar que, em tempos remotos, este espaço geográfico foi o habitat do povo Gavião, que a partir do contato com os não-indígenas, desceram o rio Tocantins, para aldearem-se em áreas pertencentes ao vizinho estado do Pará, onde permanecem até hoje.

O rio Tocantins foi a principal via de acesso dessas comunidades para o escoamento da produção de arroz e outros gêneros, além da castanha do Brasil e as amêndoas de babaçu. Eram,

inicialmente, escoadas por tropas de animais até as margens do rio, seguindo em “batelões” para centros como Belém. Consideráveis mudanças ocorreram com a implantação da Belém-Brasília.

A bovinocultura marca economicamente o município que adequou os campos antes coberto pelas plantações de arroz, logo substituídos pelo capim que sustenta os rebanhos bovinos, para corte ou leite. O babaçu marca a presença das mulheres no campo, e na economia das famílias. A proximidade com o estado do Pará, uma faixa considerável de terrenos alagadiços, favorável ao desenvolvimento da palmeira de açaí nativa e abundante na região. O fruto roxo é outro mote econômico que faz a diferença entre as famílias que realizam o extrativismo das sementes, enfatizada por eles como “ouro preto”. A paisagem da MA 125 é marcada pelos empreendimentos familiares que comercializam parte da produção do fruto.

Em Vila Nova dos Martírios, o desenvolvimento foi marcado pelo melhoramento das estradas, através da pavimentação de uma rodovia estadual, a edificação de uma ponte para romper seguramente a travessia do rio Martírios, a construção de escolas, foram esquadrinhando a comunidade que se emancipou cidade, através da Lei 6.181 de 10 de novembro de 1994. O município conta com uma população estimada de 13.227 pessoas e território de 1.188,781 km².

Os vila-novenses convivem com os trilhos da estrada de ferro Carajás, que corta parte do município. Não existe estação de embarque ou desembarque de passageiros na cidade, apenas transporte de carga, em uma situação que já faz parte da paisagem. Do mesmo modo, vem se naturalizando as grandes faixas de terra coberta pelas fazendas de eucaliptos. A silvicultura implantada na região busca atender a demanda de empresas de celuloses. Nos empreendimentos de silvicultura, algumas vagas de empregos são ocupadas por parte dos munícipes, entusiasmando a economia local.

As inquietações com educação, se iniciaram com a formação do povoado, a chegada de Jose Ferreira, capixaba que assumiu a sala de aula ainda embaixo de uma latada de babaçu, prosseguiram com a elevação de escolas e creches que recebem o alunato de todas as series da educação infantil, fundamental e ensino médio. A formação continuada do quadro dos educadores é marcada pela carência de formação superior acessível e de qualidade.

Segundo os dados do IDEB, em 2015 os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.2. Para os alunos dos anos finais essa nota foi de 3.2. O ranking estadual foi de 99 de 2017.

Porto Franco – antigas veredas, novos caminhos do desenvolvimento

Antes da chegada dos colonizadores, a margem direita do rio Tocantins era habitada casualmente pelos índios Apinaye, que improvisavam a travessia de uma margem a outra utilizando as ubás, canoas confeccionadas a partir de um tronco de uma única árvore. Os contatos belicosos com os colonizadores empurraram a população Apinaye para o centro das matas do cerrado, até hoje habitado por eles, concentrados do lado esquerdo do rio.

A abundância de peixes ofertada pelo rio Tocantins, a fertilidade das terras próximas às suas margens, e o curso navegável do segundo maior rio Brasil, influenciou o surgimento de mais um povoado ribeirinho, que servia como ponto de abastecimento e comércio de especiarias, correspondente a atual cidade de Porto Franco-MA. A abertura da Belém-Brasília, nos anos 60, significou historicamente no processo do povoamento da região. Muitos que trabalharam na abertura da estrada, cravaram suas raízes, implantaram seus modos de vida, acendendo a cultura local.

As festividades do Divino Espírito Santo já marcaram o calendário das festividades religiosas, porém hoje ocorre timidamente. Presentemente, o município é evidenciado pela festa de momo, quando Porto Franco recebe uma grande quantidade de foliões para o carnaval de rua. Além das festas de peão, organizadas e realizadas pelos agropecuaristas da região. As festas juninas também aglomeram uma quantidade de brincantes e expectadores. A economia local, percebe o efeito positivo destes eventos.

Porto Franco já sediou importante área de comércio varejista usando o rio como via de transporte de secos e molhados, tecidos e sal. Na atualidade, a centenária e bucólica pracinha com palmeiras de babaçu leva o nome do poeta maranhense Gonçalves Dias, construída próximo à margem do rio Tocantins, é herança da antiga formação da cidade, divergindo da atual composição urbana, que exhibe quilômetros de trilhos da ferrovia Carajás, cortando a cidade em todo o seu perímetro urbano. A cidade conta com um Pátio Multimodal que acomoda empresas multinacionais responsáveis pela comercialização e escoamento e transporte dos grãos, oriundos da região sul maranhense. O escoamento da produção ocorre via ferroviária até o porto de Itaqui, na capital do Estado.

Cabe lembrar que Porto Franco está jusante da Usina Hidrelétrica de Estreito, sofrendo impactos ambientais no seu curso d'água, notada pelos moradores e visitantes. Em alguns pontos do rio Tocantins, que já foi navegável, é difícil a travessia até pelos pequenos barcos. Os pescadores antes abundantes no rio, diminuíram consideravelmente, excluindo uma categoria de trabalhadores, os pescadores.

Nas questões ligadas à educação, o município conta com um Campus Avançado do Instituto Federal do Maranhão – IFMA, que disponibiliza cursos para formar tecnólogos em

Agronegócio (Subsequente), Administração (Integrado), Informática (Subsequente) e Meio Ambiente (Integrado). Os cursos do PROEJA são integrados e direcionados para pessoas fora da idade escolar que têm apenas o Ensino Fundamental completo.

Após concluir o ensino médio, os porto-franquinos para adentrarem ao ensino superior, concorrem com os tocantinenses nas vagas dos cursos de Pedagogia, Ciências Sociais, Educação Física e Educação do Campo, ofertados pela Universidade Federal do Tocantins, - UFT no Campus de Tocantinópolis, TO. Ou ainda, migram para outras cidades vizinhas que oferecem ensino superior, a exemplo de Imperatriz.

Itinga do Maranhão – Uma floresta, povos originários versus avanços econômicos.

Na língua Tupi, o topônimo Itinga significa rio de águas branca ou claras. Foi às margens do rio Itinga, que se edificou de um Posto de fiscalização estadual. Em pouco tempo, aglomerou algumas famílias, e surgiu um típico povoado, alcançando presentemente o quarto município mais populoso da Microrregião de Imperatriz. O território de Itinga do Maranhão é de 3.596,99 km², sendo o 19º maior município em extensão territorial do estado.

Localizado na região Amazônica, seus habitantes perfazem o total de 25.518 habitantes, segundo estimativas de 2016 do IBGE. Quase um quarto (23,7%) dos moradores de Itinga são oriundos de outras localidades do Brasil. Foi elevado a cidade pela Lei Nº 6.147, de 10 de novembro de 1994, desmembrado do município de Açailândia. O município é fronteiriço, limitando-se ao Norte com Estado do Pará; a Leste, Oeste e ao Sul com o município de Açailândia.

Tem como principal fonte de renda a indústria madeireira (com destaque ao polo moveleiro - um dos maiores empregadores da cidade), pecuária e o setor de serviços. Recentemente, o novo estímulo econômico do município, ancora-se no agronegócio, com produção de monoculturas de milho e soja.

As características culturais e sociais dos itingueses, aproximam-se dos vizinhos paraenses, mantendo uma convivência e herdando costumes habituais. As estrofes do hino de Itinga Maranhão, destacam a chegada dos pioneiros, “os pioneiros que aqui chegaram, se admiraram de sua beleza” enfatiza as belezas naturais da região e se preocupa com as futuras gerações de itingueses “Cidade de um orgulho imenso, que abraçara futuras gerações”, Nas estrofes finais, arremata sobre a flora e fauna amazônica, “Preserve para sempre essa grandeza, para teus filhos que precisam respirar”

Nota-se que em tese, o hino municipal sublinha a necessidade da preservação das riquezas

oferecidas pela natureza, destoando da realidade local, pois a retirada e comercialização de madeira, retratam a problemática da intensa exploração da região. As clareiras abertas oferecem ambiente para a implantação de pastagens e lavouras.

Algumas áreas que permanecem preservadas encontram-se ao norte do município, em uma importante área de preservação ambiental, a Reserva Biológica de Gurupi. O comércio indiscriminado de madeira gera conflitos entre os atravessadores e órgãos de fiscalização. A Reserva Biológica de Gurupi, agrupa o povo indígena Awà, (Tupi) que resiste à ações criminosas de madeireiros, gerando uma problemática que recebe notoriedade internacional. Referente a educação, os municípios têm acesso a escolarização na rede municipal até o ensino médio. O IDEB, registra nota 4.8 para os alunos das séries iniciais e para os alunos das séries finais, 3.7 em comparação com os outros municípios Itinga ocupa a posição 57 de 217.

Os históricos dos municípios, apresentados de forma abreviadas, manifestam as lacunas existentes na educação ofertada a uma considerável parcela de maranhenses. Os municípios, visando atender a demanda da educação, implantam creches, escolas de educação básica ao ensino médio. Contudo, os egressos do ensino médio, convivem com a limitação na sua formação. Mesmo pretendendo ocupar uma vaga no ensino superior, não o fazem, pois precisam migrar para centros maiores, impactando economicamente a vida das famílias.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

3.1 Histórico do Curso

O Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa está respaldado em uma visão contextualizada de educação, baseada nas finalidades da Educação Superior que é regida pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, fundamentando os princípios básicos da prática educativa, cultural e política da sociedade. Com efeito, diz o Art. 62 dessa lei:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 1996, p.18).

O cenário político, sociocultural, econômico, científico e educacional, projetados para os próximos tempos, exige uma universidade atenta aos paradigmas da ciência contemporânea, buscando nos mesmos sustentação em seu projeto pedagógico para a qualificação exigida pelo exercício profissional da docência no ensino regular dos sistemas, sendo condição *sine qua non* do que está disposto no Art. 67, face aos sistemas públicos, constante do Título VI da Lei: Dos profissionais da Educação.

Convém lembrar que as transformações por que vem passando a sociedade, resultantes das alterações na esfera da produção em nível mundial, colocam em risco os paradigmas até então vigentes e aceitos nas Ciências Sociais.

É preferível elaborar a própria concepção de mundo de uma maneira crítica e consciente, escolher a própria esfera de atividade particular quanto a produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente a marca da própria realidade (GRAMSCI, 2007, p.12).

A modernidade se define, enfim, pela globalização. O mundo é global, como no passado foi trilateral. Permanece desigual, heterogêneo, cabendo ao homem acompanhar e entender as mudanças e, se preciso for, adaptá-las às suas necessidades, transformando-as. Compromissado com a região, o curso se empenha em formar, capacitar e atualizar profissionais integrados com a realidade local, tornando-os autênticos promotores do desenvolvimento regional, promovendo uma melhor qualidade de vida e buscando estreitar os laços entre a instituição e a comunidade na qual está inserido. A modernidade se define, enfim, pela globalização do desenvolvimento regional, promovendo uma melhor qualidade de vida e buscando estreitar os laços entre a instituição e a comunidade na qual está inserido.

Moraes (1997), ao analisar os desafios da Educação no mundo globalizado, propõe o



paradigma construtivista, interacionista, sociocultural e transcendente como ponto de partida para se repensar a Educação. Esse paradigma, cujos princípios acham-se, essencialmente, ligados à teoria quântica e à teoria da relatividade, traduz os valores emergentes, considerando o sujeito e o objeto como organismos vivos e interativos.

Além disso, considera a necessidade de diálogo do indivíduo consigo próprio e com o mundo que o cerca, buscando a comunhão com o universo. Esses valores definem as necessidades do homem de hoje, inserido num contexto em que o mundo e as formas de poder se afirmam enquanto capacidade de se estabelecer relações; um contexto cujos valores de troca se definem, em última análise, em termos de informação, conhecimento e criatividade.

De acordo com a autora, no mundo globalizado ou na era das relações, requer-se:

[...] uma nova ecologia cognitiva, traduzida na criação de novos ambientes de aprendizagem que privilegiem a circulação de informações, a construção do conhecimento pelo aprendiz, o desenvolvimento da compreensão e, se possível, o alcance da sabedoria objetivada pela evolução da consciência individual e coletiva (MORAES, 1997, p. 27).

Nessa perspectiva, o professor como transmissor de conhecimento desaparece para dar lugar à figura do mediador. Cabe ao docente, mais do que transmitir o saber, articular experiências em que o aluno vivencie e reflita sobre suas relações com o mundo e o conhecimento, assumindo o papel ativo no processo ensino-aprendizagem. O desafio está, dessa forma, na incorporação de novas tecnologias a novos processos de aprendizagem, em que o aluno seja considerado em suas relações com o mundo. Isso significa oportunizar ao aprendiz atividades que exijam não apenas o investimento intelectual, mas também o emocional, o sensitivo, o intuitivo, o estético, dentre outros.

O que vem de encontro com a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que foi homologada pelo Ministério da Educação (MEC) em dezembro de 2017, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, advém de um forte processo de discussão e colaboração com os diferentes sujeitos que fazem a educação brasileira. A mesma visa orientar os entes federados na elaboração de suas propostas curriculares, cujo foco deve estar alicerçado nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral do aluno (a) da educação básica.

A nova prática exige ambientes que extrapolem o espaço da sala de aula, ocupando, de modo assíduo, não apenas os laboratórios e os espaços sociais da escola ou instituição, mas também os disponíveis na comunidade. É necessária a realização de atividades colaborativas, em que as experiências sejam vivenciadas individualmente e em grupo, atividades que

privilegiem a dinâmica de projetos, que invistam o aluno de responsabilidades reais ante o seu aprendizado e o mundo que o cerca.

Para melhor compreensão ao ato de aprender do aluno, convém ressaltar a concepção de currículo, pois este deve estar relacionado com a vivência cotidiana do aluno, que envolve as múltiplas escalas geográficas das escolas, da comunidade, da cidade, do Estado, do país e do município.

3.2 Justificativa do curso

A luta pela ampliação do acesso e a busca pela universalização da educação básica no Brasil deverão estar intrinsecamente ligadas tanto a um processo de ampliação de direitos/garantias individuais que caracterizam o desenvolvimento humano, quanto aos arranjos sociopolíticos e ao crescimento econômico característicos da sociedade moderna.

Nesse sentido, a elevação do padrão de escolaridade da população brasileira, incluindo a expansão do ensino superior, apresenta-se como uma estratégia para assegurar o aumento da qualidade de vida da população e a redução da exclusão social e cultural, além do desenvolvimento de competência nacional em ciência e tecnologia, condição essencial para o desenvolvimento não subordinado.

Portanto, uma das metas do Plano Nacional de Educação é o de garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência uma política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

O Estado do Maranhão e a região de abrangência da UEMASUL se insere nesse contexto, cujos problemas educacionais são visíveis, sobretudo, com destaque para a preparação de professores para atuar nas áreas específicas da educação básica, com a devida formação profissional exigida para a docência, o que tem contribuído para agravar os problemas de qualidade de ensino. O atendimento a essas mudanças tem provocado reformulações no setor educacional e na legislação, nas políticas, programas e leis que orientem a organização e o funcionamento das instituições de educação, em todos os níveis e modalidades de ensino. No âmbito de abrangência da UEMASUL, a oferta do Curso Superior de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Programa de Formação Docente.

Assim, atentos aos desafios e às demandas históricas no que tange ao acesso ao ensino superior público maranhense, a UEMASUL buscou através de um estudo aprofundado quanto ao caráter histórico, social, e da educação, as justificativas para a criação do Curso Licenciatura em Letras Língua Portuguesa nos municípios de Amarante do Maranhão, Itinga do Maranhão, Porto Franco e Vila Nova dos Martírios em atendimento ao Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMASUL (PDI 2017-2021).

Quanto aos dados relacionados à quantidade de estabelecimentos, matrículas e número de professores da educação básica dos municípios sedes das Unidades Avançadas, de acordo com CENSO ESCOLAR (INEP, 2018) o município de **Amarante do Maranhão**, tem 719 matrículas no ensino Infantil com um contingente de 44 professores distribuídos em 18 escolas. Já no ensino Fundamental tem 3.016 matrículas com 234 docentes e 26 estabelecimentos de ensino. No ensino Médio conta 501 matrículas e 67 docentes em apenas 03 escolas. Em de **Itinga do Maranhão** há 31 estabelecimentos de ensino Infantil com 1.272 matrículas e 62 docentes. No ensino Fundamental o município tem 4.165 matrículas e 244 professores distribuídos em 40 escolas, já no ensino Médio tem 04 escolas com 1.077 matrículas e 57 professores. Prosseguindo o levantamento feito pelo Censo Escolar, o município de **Porto Franco** apresenta no ensino Infantil 1.734 matrículas, 86 docentes e 27 estabelecimentos de ensino. No ensino Fundamental 4.208 matrículas, 250 professores e 31 escolas. Já no ensino Médio 1.129 matrículas, 76 professores fazem parte do quadro de 03 escolas.

O município de **Vila Nova dos Martírios** possui 05 escolas de ensino Infantil, com 657 matrículas onde atuam 30 professores. Ainda possui 06 escolas de ensino Fundamental, com 1.878 matrículas e 80 docentes. Há 16 professores que atuam no ensino Médio, em 02 estabelecimentos de ensino que contam 408 matrículas. Vale ressaltar, que o relatório do Censo Escolar 2018 aponta que no Maranhão 42,7% dos professores que atuam no Ensino Fundamental não possuem formação de nível superior e na área de abrangência da UEMASUL 30% não possuem essa formação.

Tabela 1 - Número de Docentes na Educação Básica – Ensino Regular, Especial e/ou Educação de Jovens e Adultos (EJA), por Nível de Escolaridade e Formação Acadêmica, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município – 2018.

Unid.de Fed.	Município	Número de Docentes na Educação Básica								
		Escolaridade/ Formação Acadêmica								
		Total	Fund.	Ens. médio	Ensino Superior					
					Graduação			Pós-graduação		
					Total	Com Licenciatura	Sem Licenciatura	Especialização	Mestrado	Doutorado

MA	Amarante do Maranhão	612	8	340	264	255	9	67	-	-
MA	Itinga	362	1	153	208	207	1	136	2	-
MA	Porto Franco	440	1	137	302	284	18	187	15	3
MA	Vila Nova dos Martírios	123	-	55	68	68	-	39	1	-

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica 2018

3.3 Legislação

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa foi elaborado em conformidade com a legislação das normativas Federais, Estaduais e Institucionais:

3.3.1 Legislações Federais

- Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências;
- Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências;
- Lei nº 11.645, de 10 março de 2008, altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena";
- A Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência;
- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;

- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012- Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;
- As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012;
- A Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007/CNE - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências;
- Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
 - Parecer CNE/CES nº 492, de 03 de abril de 2001, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.
 - Resolução CNE/CES 18, de 13 de março de 2002 que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.

3.3.2 Legislações Estaduais

- Lei nº 10.558, de 06 de março de 2017, dispõe sobre a organização administrativa da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), criação de cargos em comissão, e dá outras providências;

- Lei nº. 10.694, de 05 de outubro de 2017, cria o CCANL, dispõe sobre a organização administrativa da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), cria cargos efetivos e cargos em comissão e dá outras providências;
- Resolução CEE/MA nº 109, de 17 de maio de 2018 - Estabelece normas para a Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão e dá outras providências;
- Resolução CEE/MA nº 63, de 07 de abril de 2019 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental no Sistema de Ensino do Estado do Maranhão;
- Resolução CEE/MA nº 166, de 01 de outubro de 2020, estabelece orientações complementares à implementação das Diretrizes para Extensão Universitária nas instituições de ensino superior pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino do Maranhão, a partir das normas prescritas na Resolução CNE/CES nº 7/2018 e regulamenta o processo de avaliação com fulcro nessa Resolução e na Resolução nº 109/2018 – CEE/MA.

3.3.3 Normativas institucionais da UEMASUL

- Resolução nº12/2017 - CONSUN/UEMASUL, Institui o Núcleo Docente Estruturante no âmbito da gestão acadêmica dos cursos de Graduação - Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo – da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão;
- Resolução nº 031/2018 – CONSUN/UEMASUL, cria as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão – UEMASUL;
- Resolução nº 053/2018- CONSUN/UEMASUL, “Aprova o Programa Institucional de Bolsas de Extensão - PIBEXT, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL”;
- Resolução nº 060/2018- CONSUN/UEMASUL, que “Regulamenta o estágio não obrigatório a discente do ensino superior, no âmbito da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL”;
- Resolução nº 062/2018-CONSUN/UEMASUL, que “Disciplina a concessão de monitoria a discentes do Ensino de Graduação no âmbito da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL e dá outras providências”;
- Resolução nº185/2022 – CONSUN/UEMASUL - Dispõe sobre o Regimento Geral do Ensino de Graduação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL;

- Resolução nº186/2022- CONSUN/UEMASUL Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL 2022-2026;
- Resolução nº 216/2022 - CONSUN/UEMASUL - Dispõe sobre a instituição e a regulamentação das atividades de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL;
- Resolução nº 217/2022 - CONSUN/UEMASUL Cria o Programa de Acompanhamento dos Egressos dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão e estabelece suas políticas.

4. POLÍTICA ACADÊMICAS

4.1 Política de Direitos Humanos

Formar um profissional qualificado que, ao dominar o conhecimento da língua e literatura, possa servir à comunidade com consciência de ser humano, educado e cidadão, que possa servir à sociedade nas diversas habilidades de sua área de atuação.

A descrição de política e estudos referente ao tema dos direitos humanos incluído as relações étnico-raciais, equidade e diversidade de gênero e o combate a violência contra a mulher (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2016), a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, Lei nº 11.645. A resolução nº 031/2018 CONSUN/UEMASUL, essa política ganha espaço privilegiado no currículo dos cursos de Licenciatura da UEMASUL, a partir da criação das disciplinas de Língua Brasileira de Sinais, Relações étnico-raciais e Direitos Humanos e Educação Especial e Inclusiva.

Neste processo, essas transformações devem buscar a configuração de um sistema de ensino que priorize a qualidade, objetivando, deliberadamente, que o ensino e aprendizagem seja agente a participar na construção da condição de cidadania em nossa gente, visto que, essa condição não é atributo intrínseco da espécie humana, não é característica congênita dos indivíduos, pelo contrário, precisa ser conquistada, construída e coletivamente exercida, levando-se em conta todas as características presentes numa sociedade historicamente determinada. Daí vem o papel fundamental do profissional Licenciada em Letras.

O curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa é elemento que pode mediatizar a instauração dessa condição de cidadania, preparando as novas gerações para que elas assumam seu papel no trabalho, na vida social e no contato com a cultura da subjetividade, de modo que, essa inserção concorra para criação de um universo social plenamente humano, em que os homens possam fruir de todos os elementos objetivos/subjetivos que implicam em sua existência. Portanto, entende-se que a questão da instrumentalização para a cidadania, não pode ser relegada a segundo plano. Pelo contrário, deve ser colocada como prioridade na lista dos objetivos atribuídos do professor licenciado em Letras Língua Portuguesa.

4.2 Políticas de Educação para as relações étnicos-raciais

Em ciência da Lei Federal 10.639/03, cujo teor altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/96), a qual determina a obrigatoriedade do estudo sobre



a cultura e história afro-brasileira e africana nas instituições públicas e privadas de ensino no âmbito de todo o território nacional.

Nesse viés, a situação problema identificada e a ser investigada está relacionada aos conflitos que ocorrem em detrimento das questões raciais no âmbito escolar. O ensino de forma geral dentro do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, visa identificar essa problemática presente no contexto escolar, que incide na necessidade de mudança curricular para que se efetive na prática a implementação da Lei 10.639/03, pois se entende que seu posicionamento deve estar atrelado aos conteúdos específicos e disciplinares das áreas do conhecimento aplicando a inclusão étnico-racial.

Em relação ao curso de nível superior é determinado que as instituições em sua organização curricular (licenciaturas), destinado à formação de professores para a educação básica, a História e Cultura Afro-brasileira devem ser obrigatórias. As origens da desigualdade entre africanos e demais povos não se restringem ao início das conquistas ultramarinas capitaneadas por Portugal, no século XVI, visto que o imaginário cultural europeu, baseado numa perspectiva espaço-cultural eurocêntrica, polarizou posições entre civilizações ocidentais e orientais, ou seja, no eixo leste-oeste, deixando de lado o sentido norte-sul. Um exemplo bastante eficaz é a cartografia estabelecida por Ptolomeu, no período helenístico e recuperada na Idade Média, com a representação de apenas três continentes conhecidos, ou seja, Europa, Ásia e África. A Ásia expressaria a contradição entre civilização e seu oposto e a África, a relação entre natureza e selvageria (SERRANO & WALDMAN, 2007: 21-22) que, ao longo de diversos momentos históricos, relegou ao outro – representado por bárbaros, tártaros, mongóis, ciganos, judeus, muçulmanos, negros africanos e outras minorias – o papel de exclusão e desqualificação.

As literaturas Africanas, passam a ser a voz literária para desconstruir valores outrora impostos a sociedade. De um modo geral, no entanto, a importância de ensinar a literatura decorreu de duas funcionalidades a ela atribuídas: a aquisição e consolidação do conhecimento da língua; e a sua participação na construção de um imaginário nacional.

Na verdade, a preocupação em reservar espaço ao específico do literário no ensino – “Na defesa, pois, da especificidade da literatura, torna-se necessário agora ratificar a importância de sua presença no currículo do ensino médio (importância que parece ter sido colocada em questão)” (BRASIL, 2006, p.49-50) – é a assunção de que se vive uma indefinição a respeito do lugar que autores, obras e leitura ocupam (ou podem ocupar) em nossa sociedade.

A inserção da literatura no contexto mais amplo da leitura pode indicar, ao lado da convivência necessária com diferentes gêneros textuais, a existência de desafios a serem



enfrentados quando se trata da recepção de obras literárias nas escolas. Contudo, são antigos os debates em torno da existência de uma carência crônica de leitores no Brasil, a ponto de essa questão ter se tornado um dos principais motivos de apreensão entre educadores.

4.3 Políticas de Educação Ambiental

A Resolução nº 2 CNE/CES, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, visa orientar a aplicação da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que determina a Educação Ambiental em todos os níveis de educação, e da Resolução nº 63/2019 CEE/MA é flagrante a necessidade de conscientização dos sujeitos sobre a importância da preservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

A preocupação com a preservação ambiental está diretamente ligada ao planejamento estratégico de produtos, processos e serviços, com vistas a sua proteção. Utilizar produtos que causem o menor impacto possível ao ambiente é a base do princípio de Universidade sustentável, seja pela diminuição de seu impacto, pelo menor uso de substâncias tóxicas, consumo de energia reduzido, reciclagem e descarte de embalagens, ou por acreditar que a prevenção ainda é a melhor solução.

A política de gestão ambiental da UEMASUL, obedece à Lei nº 9.795, 27, de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Assegurada legalmente e embasada em princípios que respeitam a conservação e preservação ambiental, pretende-se que as ações desta IES impactem não somente a comunidade interna, mas toda a região sul maranhense. Assim, consolidando uma educação crítica e transformadora que ultrapasse os muros da Instituição.

As atividades do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, referentes à formação de um profissional apto para agir e intervir em situações cotidianas da sua comunidade, preveem os usos da leitura e da escrita como práticas sociais. Para isso, nas disciplinas que envolvem as diversas literaturas dentro do curso os acadêmicos do Curso podem analisar como o conteúdo dos livros e outros materiais didáticos, adotados nas escolas públicas, levando em consideração o que determina o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências sobre a política nacional de educação ambiental. E, a partir disso, podem, quando houver necessidade de intervenção, desenvolver atividades extensionistas no âmbito escolar e da universidade de modo a contemplarem o que está posto no Artigo 1º e no Artigo 5º do Decreto em questão.

Levando em conta ainda o que está posto na resolução CEE nº 63 de 07 de abril de 2019, que estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental no Sistema de Ensino do Estado do Maranhão.

4.4 Políticas de Inclusão e Acessibilidade

Nas últimas décadas, foi possível observar mudanças enormes no cenário educacional, a começar pela inclusão de pessoas que até então, não possuíam o direito de frequentar a escola regular, a saber: estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (BRASIL, 2008).

Neste contexto, os anos 90 configuraram-se como marco histórico para a educação inclusiva, já que neste período foram elaborados diversos documentos que vão ao encontro do ideal de escola inclusiva Vaz et al. (2012). Dentre eles, destacam-se a Declaração de Educação para Todos – assinada em Jomtien em 1990 – e a Declaração de Salamanca – elaborada em Salamanca em 1994, as quais ampliaram significativamente o escopo de atendimento da inclusão. Assim, enquanto temos a definição do conceito de Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) que engloba todos os indivíduos que, por alguma razão, encontram-se privados da inserção no ensino regular, a Declaração de Salamanca propõe, entre outras questões, que “as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar...” (UNESCO, 1994, p. 8-9).

Contudo, para discutir tais questões faz-se premente apresentar, ainda que brevemente, o papel que o ensino de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa desempenha hoje na sociedade no âmbito da educação inclusiva. Compreendemos que a Literatura, como parte constituinte da sociedade de um tempo passado e um tempo moderno, assume papel relevante na consolidação de determinados “traços” sociais. Nessa perspectiva, o professor de Letras é considerado o gestor da educação inclusiva na escola, e sua formação deve adquirir caráter prático e instrumental. Adicionalmente, uma das tarefas destinadas a esses sujeitos é a inclusão de alunos que historicamente, foram excluídos do ambiente escolar, tornando efetivo o direito de todos à educação.

A educação inclusiva visa para além da inserção do aluno com necessidades educacionais especiais em sala de aula regular, possibilita ainda pensar estratégias para uma condução do processo de ensinar e de aprender, e principalmente propor metodologias e ações pedagógicas que sejam estruturadas em vias de atender as necessidades não somente dos alunos incluídos, mas de todos que frequentam a sala de aula regular.



Ponderando os objetivos como indispensáveis ao trabalho docente, uma vez que estes conduzem o professor em seu agir pedagógico, envolvendo-o com a problemática da educação, a fim de compreender de que maneira a literatura é abordada pelos professores e aplicada com os alunos. Assim, acredita-se que o investimento em recursos e a formulação de estratégias que buscam aliar cognição, afetividade e imaginação, como é o caso da literatura, se conduzidos com criatividade e criticidade pelo educador, podem engrandecer o processo pedagógico e auxiliar na formação de cidadãos que compreendam a diferença como aspecto inerente à condição humana,

A Inclusão no Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa é um trabalho planejado de forma coletiva, realizado de forma singular por cada profissional que compõe UEMASUL. A universidade inclusiva merece destaque em relação às demais, tendo como objetivo fazer com que esses jovens atinjam o seu potencial máximo de aprendizagem. Nessas instituições, os professores tornam-se cada vez mais próximos a esses alunos, conhecendo as suas dificuldades. Esses profissionais buscam formas interativas para a transmissão do conteúdo e contam com o apoio de outros profissionais como: pedagogos, assistentes social e/ou psicólogos por Unidade Avançada.

Paulo Freire (1996, p.28) declara que, "A leitura de mundo precede a leitura da palavra e a leitura desta implica a comunidade da leitura daquela". Orientada pelo desejo de garantir a todos uma educação que contemple os aspectos humanos integralmente, a educação inclusiva apresenta-se como alternativa para que seja democratizado não somente o acesso à escola, mas que seja democratizada também as condições de aprendizagem a todos os educandos.

A educação inclusiva apresenta-se como uma tentativa de tornar a sociedade mais humana, mais integrada e solidária, mais respeitosa com as especificidades de cada indivíduo. Sob esta ótica, o conhecimento precisa tomar linha de frente nas ações educacionais com intuito de não propagar os estigmas e paradigmas existentes por interpretações equivocadas.

4.5 Políticas de apoio ao discente

A UEMASUL, desde o primeiro momento de sua implantação, tem procurado desenvolver uma política de assistência estudantil, visando ampliar o acesso e garantir a permanência acadêmica. A política de atendimento aos discentes da UEMASUL tem como objetivo diagnosticar, gerenciar e atender necessidades acadêmicas discentes por meio de estudos e proposições de programas, em conformidade com o planejamento acadêmico, financeiro e técnico. Este objetivo visa implantar processos que otimizem o tempo e a qualidade



de acolhimento aos alunos no que se refere às suas reivindicações administrativas, pedagógicas e sociais, dentro das atribuições legais da UEMASUL, enquanto instituição pública de caráter regional.

A UEMASUL compreende que o seu corpo discente está na centralidade da missão institucional, é a sua razão de existir. A partir dessa compreensão, a instituição tem buscado responder às distintas demandas que o público atendido pela UEMASUL apresenta, por meio de elaboração de políticas de atendimento. Essas políticas têm levado em consideração a diversidade das necessidades do universo estudantil, visando a auxiliar aqueles que enfrentam mais dificuldades, seja no processo de escolarização ou referentes às vulnerabilidades que estejam expostas.

Para atuar diretamente na assistência estudantil, foi criada a Pró-Reitoria de Extensão e Assistência Estudantil (PROEXAE), sendo esta estruturada da seguinte maneira:

- a) Coordenadoria de Sustentabilidade e Integração Social (CSIS) – integrada pela Divisão de Acesso e Permanência Estudantil (DAPE), Divisão de Extensão Universitária (DIVEXT), Divisão de Recreação e Desporto (DRD) e pelo Restaurante Universitário (RU);
- b) Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Cidadania (CDRC);
- c) Coordenadoria de Assistência à Saúde e Acessibilidade (CASA) - Divisão de Serviço Social e Médico (DSSM);
- d) Coordenadoria de Patrimônio Histórico e Cultural (CPHC) - Divisão de Etnologia e Divisão de Arqueologia.

Gerida pela Pró-Reitoria de Extensão e Assistência Estudantil (PROEXAE), a Política de Apoio aos Discentes, passa a contemplar pois, os programas que seguem:

- a) Programa de Tutoria para o Cursinho Popular;
- b) Programa de Extensão Universitária (PIBEXT);
- c) Programa Institucional de Bolsas Permanência (PBP);
- d) Programa Institucional de Bolsa MAIS IDH;
- e) Restaurante Universitário (RU);
- f) Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI).

Além dos programas supracitados, há outras ações que contribuem para atendimento e apoio ao discente da UEMASUL, a saber:

- a) Programa de Estágio Não Obrigatório (PROGESA);
- b) Programa de Monitoria Acadêmica (PROGESA);
- c) Programa de Iniciação Científica (PIBIC) (PROPGI);

A política de apoio ao discente é constituída pelas várias ações institucionais, que incluem as modalidades de auxílio por critério socioeconômico, a saber:

Auxílio Creche: Regulamentado pela Resolução n.º 292/2024 – CONSUN/UEMASUL, sendo ofertados 100 (cem) auxílios com vagas distribuídas para todos os campi, atualmente no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), vide Resolução n.º 276/2023 – CONSUN/UEMASUL, e com duração de 12 meses, podendo ser renovado. Dos critérios mínimos para concessão do auxílio, além da comprovada vulnerabilidade socioeconômica, é necessário que o discente e tenha filho menor de 6 (seis) anos e detenha a guarda.

Auxílio Moradia: Regulamentado pela Resolução n.º 292/2024 – CONSUN/UEMASUL, sendo ofertados 270 (duzentos e setenta) auxílios com vagas distribuídas para todos os *campi*, atualmente no valor de R\$ 360,00 (trezentos reais), vide Resolução n.º 276/2023 – CONSUN/UEMASUL, e com duração de 12 meses, podendo ser renovado. Dos critérios mínimos para concessão do auxílio é necessário que o estudante tenha família residindo em outro estado ou município diferente do *Campus* da UEMASUL em que está matriculado.

Auxílio Alimentação: Regulamentado pela Resolução n.º 292/2024 – CONSUN/UEMASUL, sendo ofertados 370 (trezentos e setenta) auxílios com vagas distribuídas para todos os *Campi*, atualmente no valor de R\$ 360,00 (trezentos reais), vide Resolução n.º 276/2023 – CONSUN/UEMASUL, e com duração de 12 meses, podendo ser renovado. Dos critérios mínimos para concessão do auxílio é necessário que o estudante esteja matriculado nos *Campi* que não dispõem de restaurante universitário.

Auxílio Refeição: Regulamentado em consonância com a Resolução n.º 292/2024 – CONSUN/UEMASUL, sendo ofertados 200 (duzentos) auxílios distribuídos para os *Campi* da UEMASUL, atualmente no valor de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), vide Resolução n.º 276/2023 – CONSUN/UEMASUL, e com duração de 12 meses, podendo ser renovado. Dos critérios mínimos para concessão do auxílio, é necessário que o estudante esteja matriculado em cursos presenciais regulares de graduação no *campus* que dispõe do Restaurante Popular e/ou Universitário.

Auxílio Transporte: Regulamentado em consonância com a Resolução n.º 292/2024 – CONSUN/UEMASUL, sendo ofertados 250 (duzentos e cinquenta) auxílios distribuídos para os *Campi* da UEMASUL, atualmente no valor de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), vide Resolução n.º 276/2023 – CONSUN/UEMASUL, e com duração de 12 meses, podendo ser renovado. Dos critérios mínimos para concessão do auxílio é necessário que o estudante esteja matriculado em cursos presenciais regulares de graduação nos *Campi* da UEMASUL.

Tabela 2 - Auxílios concedidos aos discentes e cotas.

Resolução CONSUN nº	Bolsa	Quotas
268/2023	Auxílio Permanência	210
292/2024	Auxílio Creche	500
292/2024	Auxílio Moradia	300
292/2024	Auxílio Alimentação	370
292/2024	Auxílio Refeição	240
292/2024	Auxílio Transporte	250

Fonte: Site da UEMASUL, 2024.

Auxílio Emergencial de Inclusão Digital: Além dos auxílios regularmente oferecidos, diante do cenário de pandemia, e com vistas a garantir acesso às aulas por meio de plataformas digitais, a UEMASUL disponibilizou SIM CARDS aos discentes e docentes. Inicialmente foram distribuídos 3.000 (três mil) SIM CARDS, com plano mensal de dados móveis (3G/4G), via Serviço Móvel Pessoal (SMP), com pacotes de dados de 50GB e 30GB mensais, objetivando minimizar os impactos com as condições técnicas de acesso à internet. Com o retorno do ensino presencial, este auxílio foi suspenso e poderá ser ativado caso haja novo decreto que suspenda as aulas presenciais.

4.5.1 Acolhimento e integração acadêmica

A UEMASUL através do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão compreendendo a importância de acolher seus(suas) acadêmicos(as) proporcionou uma experiência inovadora desde o primeiro contato deste(a) com a academia. Para tanto foi desenvolvida a 1ª Jornada Integrativa no início do curso com programações que objetivaram recepcionar os(as) discentes recém-chegados(as) à Instituição, bem como apresentá-los(as) as normas acadêmicas e os programas de assistência estudantil, por exemplo. Na oportunidade houve Aula Magna proferida pelo Prof. Dr. Allison Bezerra sobre “A interiorização do Ensino Superior” a fim de despertar nos discentes a conscientização sobre os reais objetivos e valores agregados no âmbito do Programa Caminhos do Sertão, garantindo assim não só o alinhamento estratégico, como também o desenvolvimento coletivo de discentes e docentes envolvidos.

Posteriormente, no início de todo semestre ocorrem sequencialmente as Jornadas Integrativas em paralelo à Semana de Integração. As Jornadas têm como foco:

- Melhorar a ambientação pedagógica e organizacional através do incentivo a construção de relações de colaboração entre os acadêmicos despertando um sentimento de familiaridade entre eles. Com isso, a tendência é que o ambiente acadêmico torne-se cada vez mais um lugar agradável, onde os discentes estejam dispostos a se ajudar e

fiquem à vontade entre os colegas.

- Incentivar a integração com outros cursos, estabelecendo relacionamentos entre discentes de diferentes cursos da Unidade e desenvolvendo conexões que, de outra forma, não haveria oportunidade de ocorrer devido a rotina acadêmica. Com isso, a integração entre discentes de cursos distintos aumenta consideravelmente, contribuindo também para o bom clima institucional.
- Melhorar a comunicação interna: também como consequência de uma maior integração entre discentes, a comunicação interna é favorecida, disseminando melhor as informações relevantes relativas ao programa.
- Reforçar a missão e valores da instituição: os eventos de integração visam ajudar a reforçar a missão e os valores da própria UEMASUL, destacando aspectos acadêmicos relevantes e aumentando a sensação de pertencimento do funcionário em relação à instituição.

O curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa junto às demais coordenações dos cursos do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão buscam organizar mesas redondas, oficinas e palestras visando apresentar aos(as) discentes o mercado de trabalho, bem como atualizá-los(as) quanto às tendências relacionadas ao exercício profissional em constante modernização.

4.5.2 Auxílio permanência

Quanto à assistência estudantil, para o atendimento aos acadêmicos, a UEMASUL atuava por meio da Pró-Reitoria de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica (PROGESA), da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação (PROPGI), estabelecendo políticas e programas que visavam fomentar o acesso e a permanência discente na instituição, contribuindo, dessa forma, para a melhoria da qualidade do ensino da pesquisa e da extensão. Em fevereiro de 2022, para dinamizar a atuação junto aos discentes, foi criada a Pró-Reitoria de Extensão e Assistência Estudantil (PROEXAE), que, a partir de então, passou a gerir a política de apoios aos discentes.

Entre essas, podemos destacar o programa de estágio não obrigatório, o Programa de Tutoria para o Cursinho Popular, o Programa de Extensão Universitária (PIBEXT), o Programa de Iniciação Científica (PIBIC), o Programa Institucional de Bolsa Permanência, o Bolsa de Apoio Técnico Institucional (BATI), Programa Institucional de Bolsa MAIS IDH UEMASUL e o Programa de Monitoria Acadêmica (PMA).

Na UEMASUL, a tarefa de estímulo à permanência discente é realizada por meio de programas desenvolvidos pela PROEXAE, por meio das Coordenadoria de Sustentabilidade e Integração Social e suas Divisões de Acesso e Permanência Estudantil, de Extensão, pela Coordenadoria de Assistência à Saúde e Acessibilidade (CASA) e pela Divisão de Serviço Social e Médico. Estes programas estão em conformidade com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pelo Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010).

A assistência estudantil da UEMASUL tem seus objetivos definidos pelo PNAES, que são:

- ✓ Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública;
- ✓ Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e na conclusão da educação superior;
- ✓ Reduzir as taxas de retenção e evasão;
- ✓ Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Como critérios gerais para concessão do benefício, o discente deverá estar regularmente matriculado em cursos regulares de graduação e estar em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Regulamentado pela Resolução n.º 11/2017 – CONSUN/UEMASUL que cria o programa Bolsa Permanência, alterada pela Resolução n.º 091/2019 – CONSUN/UEMASUL, pela resolução n.º 163/2022, pela Resolução n.º 268/2023 e pela Resolução n.º 276/2023 – CONSUN/UEMASUL, que reajusta os valores dos Programas e bolsas destinados aos discentes da UEMASUL. A Resolução n.º 169/2022 – CONSUN/UEMASUL ampliou o quantitativo de bolsas de 168 para 210 (duzentas e dez) bolsas com vagas distribuídas para todos os campi, sendo 200 (duzentas) bolsas universais no valor de R\$ 775,00 (setecentos e setenta e cinco reais) e 10 (dez) para estudantes indígenas e quilombolas no valor de R\$ 1.510,00 (mil quinhentos e dez reais), com duração de 12 meses, podendo ser renovada por períodos sucessivos, desde que o discente continue atendendo aos critérios do programa, observado o prazo máximo para integralização curricular.

4.5.3 Atuação do Núcleo psicopedagógico

Para implementar a política de inclusão e corresponder a uma exigência do Ministério da Educação e Cultura, a UEMASUL criou em sua estrutura o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP).

O Núcleo é regido por um projeto próprio e deve ser composto por uma Coordenação

e por profissionais das áreas da Pedagogia, Psicopedagogia, Psicologia e Assistência Social. Tem como objetivo, assistir o corpo discente e docente da Universidade, nos aspectos pedagógicos e políticos. Ainda na perspectiva da inclusão, a UEMASUL criou em sua estrutura o Núcleo de Acessibilidade Educacional (NACE), que tem como objetivo dar o suporte educacional aos estudantes com deficiência. Na construção de uma Universidade cada vez mais inclusiva, são propostas diretrizes que orientam a UEMASUL a avançar na garantia de igualdade de oportunidades para esse público.

Além disso, o Programa Caminhos do Sertão em cada uma das Unidades Avançadas, dispõe de uma orientadora psicossocial. Os requisitos para ocupar a função é ter formação em Pedagogia, Psicologia ou Assistência Social, com pós graduação. Essa profissional realiza um trabalho de acompanhamento contínuo junto aos discentes e docentes. As atribuições desenvolvidas pela orientadora psicossocial são as seguintes:

- Desenvolver ações que visem à melhoria da qualidade do processo ensino aprendizagem;
- Desenvolver ações que combatam a evasão escolar e promovam o acesso e a permanência dos graduandos no Programa;
- Trabalhar no sentido de contribuir para o desenvolvimento de ações mais assertivas de professores, educadores e equipes diretivas;
- Realizar atividades coletivas, envolvendo toda a comunidade acadêmica;
- Desenvolver capacitações e formações a educadores, professores e coordenadores, em conjunto com a assessoria pedagógica;
- Promover e participar de capacitações e formações, em conjunto com a assessoria pedagógica, trabalhando aspectos do desenvolvimento humano, bem como temas pertinentes à psicologia e ao serviço social;
- Atuar em prol da promoção, autonomia e emancipação de todos os cidadãos, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

4.5.3.1 Atendimento de pessoas com deficiência e Transtorno do Espectro Autista

O Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Programa de Formação Docente Caminhos do Sertão, atende ao disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que protege os Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A política de inclusão de alunos portadores de transtorno do espectro autista é desenvolvida em todos os tripés que caracterizam um curso ofertado por uma universidade que são o ensino-pesquisa-extensão,

através de ações educativas, realização de pesquisas acadêmicas, palestras informativas, desenvolvimento de mecanismos facilitadores de aprendizagem, entre outros. Essas ações serão desenvolvidas com base nas principais dificuldades apresentadas pela pessoa com transtorno de espectro autista e em suas características. A saber:

- Acadêmicas: limitações ou alterações na maneira como pessoas com autismo respondem aos estímulos, apresentando tendência a prestar atenção em detalhes o que torna difícil o estabelecimento de relações entre as partes e o todo. Outras características são a rigidez dos pensamentos e pouca flexibilidade no raciocínio, demonstrada pela dificuldade que autistas apresentam em criar coisas novas, fazer um raciocínio inverso, dar sentido além do literal, associar palavras ao seu significado, compreender a linguagem falada e generalizar a aprendizagem;
- Interações sociais: são inábeis em entender regras complexas de interação social; parecem ingênuos, podem não gostar de contatos físicos, dificuldade em manter contato visual, não entendem brincadeiras, ironias ou metáforas, pouca habilidade para iniciar e manter conversações, comunicação deficiente;
- Interesse restrito: tendem a 'leitura' implacável nas áreas de interesse e perguntam insistentemente sobre os mesmos; dificuldade para avançar nas ideias; seguem suas próprias inclinações; às vezes recusam-se a aprender qualquer coisa fora de seu campo de interesse;

É importante ressaltar que os Transtornos do Espectro Autista (TEA) apresentam uma ampla gama de severidade e prejuízos, ou seja, há uma grande heterogeneidade na apresentação fenotípica do TEA, tanto com relação à configuração e severidade dos sintomas comportamentais, o que torna imperativo uma avaliação e acompanhamento específico de cada caso, antes do planejamento das ações a serem adotadas para cada aluno.

É premente a implementação de ações que demonstrem que o Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Programa de Formação Docente Caminhos do Sertão esteja atuando para evolução na educação inclusiva na educação superior. Dessa forma a UEMASUL, pretende promover a democratização do ensino e destacar, neste caso específico, ações de inclusão do aluno portador do transtorno do espectro autista, a realização de algumas ações, tais como:

- Realizar palestras educativas acerca do tema tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade em geral;
- Intensificar palestras, oficinas, capacitações que adotem a temática da convivência, do respeito, da diversidade entre pessoas com e sem autismo;
- Favorecer a cooperação e envolvimento entre os alunos e demais profissionais da

instituição;

- Mostrar a comunidade acadêmica as dificuldades sofridas pelos TEAS e, também, destacar as potencialidades dos alunos portadores de autismo;
- Estimular a aceitação da diversidade evitando comportamentos preconceituosos comumente percebidos na sociedade;
- Desenvolver possibilidades de interação, socialização e construção do conhecimento, de forma a favorecer a aprendizagem e construção da autonomia de pessoas com autismo na realização de atividades acadêmicas;
- Fomentar projetos de pesquisa que visem investigar a acessibilidade do aluno com autismo na Educação Superior;

Para efetivação das ações pedagógicas de inclusão de alunos portadores de autismo, o curso conta com o apoio do Núcleo de Atendimento aos Psicopedagógico-NAP e o Núcleo de Acessibilidade - NACE, que em parceria com a coordenação de curso, irá desenvolvendo estratégias para o desenvolvimento dos portadores de TEA, como também atendendo aos demais alunos do curso, que necessitem deste atendimento.

4.5.4 Representação Estudantil

Segundo o Regimento Geral do Ensino de Graduação da UEMASUL, resolução n.º 185/2022- CONSUN/UEMASUL, em seu artigo 79, o corpo discente da Universidade será constituído por todos os alunos matriculados em seus cursos, portanto, sendo constituído por estudantes matriculados em cursos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu oferecidos pela Universidade, com observância de todos os requisitos necessários à obtenção dos correspondentes diplomas.

Logo mais, em seu art. 80, o mesmo regimento estabelece ainda que são Órgãos de Representação Estudantil, com organização e competências definidas no Regimento Interno, o Diretório Central dos Estudantes (DCE), os Diretórios Acadêmicos e os Centros Acadêmicos, visto que o disposto neste artigo não impede a criação de outras entidades estudantis.

O representante de turma (líder e vice-líder) no Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão são eleitos semestralmente pela turma. Quando o semestre inicia os alunos sinalizam interesse em concorrer, após eleição, os acadêmicos mais votados, representam a turma. A eleição é coordenada pela Coordenação de Unidade e o professor que está atuando em sala, após preencherem a Ata, a mesma é assinada por todos os presentes. Os representantes de turma atuam no encaminhamento das demandas da turma para a Coordenação de curso.

Além disso, há participação de um discente nas reuniões de Colegiado, podendo emitir opiniões, sugestões e críticas, tendo o direito ao voto nas decisões a serem tomadas juntamente com os docentes. Este representante é escolhido por meio de eleição entre os representantes de turma das quatro Unidades Avançadas do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa. A fim de representar a todos, há um grupo de whatsapp, onde os representantes de turma conversam entre si, e o representante de Colegiado leva para as reuniões as opiniões, sugestões e críticas que foram apresentadas pelos colegas de todas as Unidades Avançadas.

5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO

O curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa é uma graduação de nível superior oferecida com as titulações de licenciatura. A formação é toda pensada para oferecer aos estudantes o conhecimento necessário para realizarem atividades que envolvam técnicas de expressão escrita e falada na língua portuguesa.

O curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Programa de Formação Docente de acordo com a Resolução nº 049/2018 - CONSUN/UEMASUL, funcionará na modalidade especial, aos sábados e domingos. A carga horária será cumprida conforme determina a Resolução nº 25/2017 - CONSUN/UEMASUL, ou seja, mensura-se em horas de 60 (sessenta) minutos o trabalho acadêmico. São 14 (quatorze) aulas de 50 (cinquenta) minutos de efetivo trabalho docente e 4 (quatro) de atividades orientadas, totalizando 18 horas-aulas por encontro. Serão necessários 24 quatro encontros em finais de semana para disciplinas de 60 horas, com integralização do curso em 4 anos.

A formação pedagógica, além de suas especificidades, contemplará uma visão geral da educação e dos processos formativos dos educandos. Enfatizando ainda, a instrumentação para o ensino de Língua Portuguesa no nível fundamental e médio. Neste contexto, os componentes curriculares mínimos para curso de Letras em núcleo de formação básica são de 660 horas. O núcleo de formação básica objetiva proporcionar conteúdos do campo de saber que forneçam o embasamento teórico e prático para que o acadêmico possa, a partir de uma formação base sólida, direcionar a sua formação específica buscando, assim, construir sua identidade profissional. Deve “privilegiar atividades obrigatórias de campo, e adequa-se a análise de textos e sua estrutura, bem como outros saberes vinculados ao estudo da Língua Portuguesa.

O núcleo de formação específica são 1.800 horas, que se constitui de conteúdos e atividades essenciais para a formação do licenciado (a) em letras definindo a sua identidade profissional e dando-lhe perfil adequado a sua atuação no ensino nas áreas de humanas. O curso conta ainda, com 4 Seminários Temáticos como componente curricular interdisciplinar articulador das temáticas discutidas durante as disciplinas do período e a realidade educacional dos municípios onde serão ofertados os cursos.

5.1 Objetivos do curso

Visa profissionalmente formar professores para atuarem em escolas de Ensino Fundamental e Médio das redes Públicas e particulares bem como formar cidadãos críticos capazes de transformar a sociedade. O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa está estruturado a partir dos seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

- ✓ Formar profissionais de Língua Portuguesa capazes de dominar a norma culta padrão e de compreender a organização e o funcionamento da Língua Portuguesa nos planos linguístico e literário, no interior da sociedade brasileira, desenvolvendo práticas que os possibilitem a serem aptos ao desenvolvimento da pesquisa em educação, na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico.

Objetivos Específicos:

- ✓ Compreender, na leitura do texto escrito o significado, as relações dos fatos elaborados, estabelecendo relação com outros textos e seu universo de referência (de acordo com as condições de produção/recepção);
- ✓ Ler, interpretar e reconhecer diferentes gêneros textuais (literários, jornalísticos, técnico-científicos, instrucionais, epistolares, humorísticos, publicitários, digitais, etc.) associando-os às sequências discursivas básicas (narração, exposição, argumentação, descrição e injunção).
- ✓ Produzir textos com coerência e coesão, considerando as condições e especificidades da produção e utilizando recursos próprios da escrita, em função do projeto textual;
- ✓ Reconhecer a língua materna como veículo de participação social e geradora de significação que contribui para documentação e legitimação da cultura através dos tempos;
- ✓ Ampliar o domínio da Língua Portuguesa em termos de leitura, escrita, compreensão e expressão oral de diferentes tipos de textos;
- ✓ Conhecer e compreender as diferentes teorias e instrumentos linguísticos que sustentam as práticas de Língua Portuguesa na sociedade brasileira;
- ✓ Compreender o funcionamento da Língua Portuguesa, sincrônica e diacronicamente, em

seus diferentes níveis e modalidades, sistematizando, descrevendo e analisando os fatos linguísticos;

- ✓ Compreender a história de países africanos de língua portuguesa e sua inter-relação na construção de identidades afro-brasileiras;
- ✓ Proporcionar novos saberes a alunos e professores sobre a cultura afro-brasileira;
- ✓ Despertar para a africanidade brasileira na religião, culinária, língua, arte, como elementos da formação da cidadania;
- ✓ Identificar manifestações culturais locais como agentes determinantes na formação da comunidade;
- ✓ Apresentar ao aluno contato com obras clássicas da literatura universal, literatura contemporânea brasileira e literatura Maranhense para que ele possa desenvolver através de resenhas, artigos ou TCC seu espírito crítico;
- ✓ Estudar os principais períodos literários;
- ✓ Proporcionar ao aluno uma visão diacrônica dos movimentos estéticos literários, subsidiando-o para articular literatura e contexto histórico;
- ✓ Sensibilizar o aluno às reflexões sobre historicidade literária.

5.1.1 Alinhamento dos objetivos do curso com o perfil do egresso

Os objetivos do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, estão alinhados com o perfil do egresso, conforme quadro a seguir:

Quadro 5 - Alinhamento dos objetivos do curso com o perfil do egresso.

OBJETIVOS DO CURSO	COMPETÊNCIAS DO PERFIL DO EGRESSO CORRESPONDENTES AO OBJETIVO
Conhecer e compreender as diferentes teorias e instrumentos linguísticos que sustentam as práticas de Língua Portuguesa na sociedade brasileira;	Desenvolver a parte teórica e prática em consonância com os avanços nas áreas de Linguística e Literatura, que lhe permita contribuir para a difusão e a melhoria da qualidade do ensino da Língua Portuguesa.
Produzir textos com coerência e coesão, considerando as condições e especificidades da produção e utilizando recursos próprios da escrita, em função do projeto textual;	Habilitar para que sejam profissionais com domínio dos conhecimentos teóricos e práticos sobre a Língua Portuguesa e suas Literaturas, possibilitando aos licenciandos o conhecimento de conceitos, princípios e estruturas da área de Letras para que atuem com competência e habilidade no seu fazer

	docente.
Ler, interpretar e reconhecer diferentes gêneros textuais (literários, jornalísticos, técnico-científicos, instrucionais, epistolares, humorísticos, publicitários, digitais, etc.) associando-os às sequências discursivas básicas (narração, exposição, argumentação, descrição e injunção).	Aperfeiçoar a competência de leitor a partir da compreensão, da interpretação/análise de textos de diversos gêneros;
Proporcionar novos saberes a alunos e professores sobre a cultura afro-brasileira;	Propiciar conhecimentos teórico-metodológicos sobre a aprendizagem na área da literatura, mantendo um diálogo com outras artes e outras áreas do conhecimento e que contemplem e privilegie as tradições indígenas, africanas e afro-brasileiras, nos aspectos educacionais, linguísticos e literários, promovendo um movimento de (re)conhecimento da herança histórica e cultural desses povos, que atuaram e atuam na formação do povo brasileiro.
Proporcionar ao aluno contato com obras clássicas da literatura universal, literatura contemporânea brasileira e literatura Maranhense para que ele possa desenvolver através de resenhas, artigos ou TCC seu espírito crítico;	Aprimorar a competência crítica, tanto no campo teórico como investigativo, acerca das questões regionais, nacionais e gerais relacionando as diversas obras literárias.
Compreender, na leitura do texto escrito o significado, as relações dos fatos elaborados, estabelecendo relação com outros textos e seu universo de referência (de acordo com as condições de produção/recepção);	Expandir a competência teórica e investigativa acerca dos elementos linguísticos, fonológico, morfosintático, léxico e semântico.
Ampliar o domínio da Língua Portuguesa em termos de leitura, escrita, compreensão e expressão oral de diferentes tipos de textos;	Adquirir a competência de leitor e compreensão, análise e oralidade de diferentes tipos de textos.
Reconhecer a língua materna como veículo de participação social e geradora de significação que contribui para documentação e legitimação da cultura através dos tempos;	Entender a língua portuguesa como manifestações de diversas culturas e participação social.

5.1.2. Articulação dos objetivos do curso ao atendimento às características locais e regionais

O percurso acadêmico do graduado em Letras, de acordo com os documentos oficiais que tratam da formação inicial em nível superior, deve ser marcado por uma formação constituída por múltiplas competências e habilidades (BRASIL, 2001). No âmbito do ensino da língua portuguesa, a noção de competência tem sido muito discutida, principalmente, no que se refere ao desenvolvimento da competência comunicativa, que diz respeito à capacidade do professor em compreender e de se expressar de modo apropriado, seja na forma oral ou escrita

em situações diversas.

No currículo do Curso de Letras Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa da UEMASUL, o elenco das competências linguístico-comunicativas (HYMES, 1979), das teóricas e profissionais (ALMEIDA FILHO, 1998) norteou-se pelas recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Letras (BRASIL, 2001) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (BRASIL, 2015). Por seu turno, as habilidades indispensáveis ao profissional e aprendiz no contexto do ensino aprendizagem de língua portuguesa estão relacionadas ao domínio da leitura, escrita, oralidade e audição. No Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, estas serão trabalhadas de forma integrada de modo que, para atender às demandas locais, o licenciado construa e mobilize as competências e habilidades de:

- ✓ Proporcionar ao aluno contato com obras clássicas da literatura universal, literatura contemporânea brasileira e literatura Maranhense para que ele possa desenvolver através de resenhas, artigos ou TCC seu espírito crítico;
- ✓ Identificar manifestações culturais locais como agentes determinantes na formação da comunidade;
- ✓ Aprimoramento de sua competência sociolinguística para que seja capaz de se expressar e entender enunciados de modo apropriado;
- ✓ Formação de leitores proficientes em língua portuguesa a partir da diversidade de textos que circulam socialmente;
- ✓ Desenvolvimento a competência teórica e investigativa acerca dos elementos linguísticos, fonológico, morfosintático, léxico e semântico da língua portuguesa;
- ✓ Gerenciamento de situações-problema no cotidiano da sala de aula;
- ✓ Elaboração e desenvolvimento de propostas de intervenção pedagógica adequada ao nível de conhecimentos e à realidade social dos alunos;
- ✓ Elaboração de avaliação condizentes com as diferentes situações de aprendizagem;
- ✓ Desenvolvimento de iniciativas de autoformação permanente, de modo a aprimorar seu aprendizado da língua portuguesa bem como sua performance como profissional deste idioma.

A partir do acima exposto, o Curso prevê um egresso com competências, suficientemente eficazes, para agir e intervir criticamente nas demandas sociais, locais e regionais, sem desprezar as características dos sujeitos aprendizes.

5.2 Perfil do Egresso

Espera-se que o profissional egresso do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa tenha um perfil com as seguintes características:

- Desenvolver a parte teórica e prática em consonância com os avanços nas áreas de Linguística e Literatura, que lhe permita contribuir para a difusão e a melhoria da qualidade do ensino da Língua Portuguesa.
- Garantir uma formação humanística que contribua para o desenvolvimento de uma educação linguística da sociedade, pautada no respeito às diferentes variedades linguísticas e à pluralidade cultural;
- Exibir uma formação filosófica que lhe permita compreender o magistério em uma dimensão social transformadora;
- Desenvolver o domínio de conhecimentos teóricos e práticos de língua e de literaturas em língua portuguesa que permitam a proposição de situações educativas pautadas na ação – reflexão – ação;
- Desenvolver o domínio do uso da língua portuguesa em termos de sua estrutura e funcionamento;
- Identificar na língua portuguesa em seus vários usos e a capacidade de analisar, interpretar e aplicar seus recursos expressivos, situando textos em relação a seus contextos, constitui o embasamento indispensável à formação integral da pessoa e à conquista da cidadania;
- Aprofundar conhecimentos em língua portuguesa, literaturas em língua portuguesa e de culturas indígena, afro-brasileira e africana, componentes do processo de ensino e aprendizagem no Ensino Fundamental e Médio e em cursos de português para falantes de outras línguas;
- Produzir conhecimentos científicos na área da Linguística e da Literatura, com capacidade de reflexão crítica adequada à tríade ensino-pesquisa-extensão;
- Explicitar uma formação ética que contribua para o seu comprometimento com a construção de uma sociedade mais justa;
- Operacionalizar novas tecnologias, com o fim de melhorar o processo de ensino aprendizagem;
- Apresentar uma visão crítica e reflexiva do contexto educacional em que estará inserido;
- Construir uma visão crítica sobre as perspectivas teóricas adotadas em investigações linguísticas e literárias;
- Classificar os conteúdos básicos de língua portuguesa e de literaturas de língua portuguesa

incluídos nos programas curriculares do ensino fundamental e médio;

- Ministrar os conteúdos básicos de língua portuguesa, de literaturas de língua portuguesa e de cultura afro-brasileira que são objeto de ensino-aprendizagem em cursos de português para falantes de outras línguas;
- Manifestar métodos e técnicas de ensino que permitam uma transposição didática eficaz de conteúdos de língua, literaturas de língua portuguesa e cultura afro-brasileira em diferentes níveis de ensino;
- Mostrar a percepção de diferentes contextos interculturais que permita lidar, sem etnocentrismo, com as diferentes manifestações linguísticas e culturais;
- Refletir criticamente sobre a língua como fenômeno psicológico, sócio histórico e ideológico;
- Estabelecer relações entre os conhecimentos de língua portuguesa e de literatura com conhecimentos provenientes de outras áreas do saber;
- Produzir conhecimentos científicos na área da linguística e da literatura.

5.2.1 Articulação das competências do perfil do egresso com as características locais e regionais

O graduado em Letras, tanto em língua materna quanto em língua estrangeira clássica ou moderna, nas modalidades de bacharelado e de licenciatura, deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela. Nesse sentido, visando à formação de profissionais que demandem o domínio da língua estudada e suas culturas para atuar como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades, o curso de Letras Português do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, deve contribuir para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- domínio do uso da língua portuguesa ou de uma língua estrangeira, nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;
- reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;

- preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho; • percepção de diferentes contextos interculturais;
- utilização dos recursos da informática;
- domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino.

O resultado do processo de aprendizagem deverá ser a formação de profissional que, além da base específica consolidada, esteja apto a atuar, interdisciplinarmente, em áreas afins. Deverá ter, também, a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. O profissional de Letras deverá, ainda, estar comprometido com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Finalmente, deverá ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca permanente da educação continuada e do desenvolvimento profissional.

A concepção de competência é nuclear na orientação do curso de professores, pois não basta ter conhecimentos sobre seu trabalho, é preciso que saiba mobilizar esses conhecimentos transformando-os em ação. É necessário não apenas o domínio dos conhecimentos específicos em torno dos quais deverá agir, mas também, compreensão das questões envolvidas em seu trabalho, sua identificação e resolução, autonomia para tomar decisões, responsabilidades pelas opções feitas.

5.2.2 O Perfil do egresso e as novas demandas do mercado de trabalho

O egresso do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa é um profissional apto a exercer a docência de língua Portuguesa e Literaturas nas seguintes áreas: Ensinos Fundamental e Médio, cursos preparatórios e cursos profissionalizantes de áreas diversas, visto que a necessidade de professores na área de letras na região que as Unidades Avançadas atuam existe uma carência, pois esse profissional possui uma carga horária grande e muitas vezes não tem professores formados em número suficiente na área para suprir as demandas.

Terá capacidade de ir além dos limites, levando-se em conta as possibilidades de pesquisas em Linguística Aplicada e os avanços nos estudos dos Novos Letramentos, o egresso do Curso pode integrar grupos de estudos e pesquisas na sua área de formação.



5.3 Ambientes de Atuação

Os licenciados no curso de Letras Língua Portuguesa da UEMASUL poderão exercer:

- Ministrar aulas em instituições de ensino de educação básica em disciplinas de Língua Portuguesa e Literaturas em Língua Portuguesa;
- Ministrar aulas em cursos livres de Língua Portuguesa como língua materna ou Língua Portuguesa como segunda língua ou como língua estrangeira;
- Realizar assessoria pedagógica em Língua Portuguesa e em Literatura para instituições de natureza pública ou privada;
- Atuar na área editorial como revisor de textos, crítico literário e cinematográfico, podendo trabalhar com produção e avaliação de material didático-pedagógico em Língua Portuguesa e Literatura;
- Atuar como assessor cultural;
- Dar continuidade aos estudos em nível de pós-graduação, com desenvolvimento de pesquisas na área de Linguística ou de Literatura, possibilitando o ingresso na carreira de ensino superior;

5.4 Bases Ético-políticas

A base ético-política que o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras CCHSL/UEMASUL, no momento em que, neste centro, estão sendo implantadas reformas educacionais e medidas administrativas para o alcance de competências, uma das palavras-chave é Qualidade.

O valor da aprendizagem escolar está justamente na capacidade de “... *introduzir os alunos nos significados da cultura e da ciência por meio de mediações cognitivas e internacionais providas pelo professor*” (LIBÂNEO, 1998, p. 28). Este deve, portanto, refletir os valores e atitudes que posicione a comunidade acadêmica no contexto da sociedade. As novas exigências educacionais pedem às universidades um novo professor capaz de ajustar sua didática às novas realidades do conhecimento e do aluno.

O professor precisa, no mínimo, adquirir uma sólida cultura geral, capacidade de aprender a aprender, competência São muitas as preocupações dos professores: capacitação, formas de lidar com os alunos, salários, condições de trabalho etc. Porém, a natureza formadora da docência, que não pode reduzir-se a puro processo técnico e mecânico de transferir conhecimentos, enfatiza a exigência ético-democrática do respeito ao pensamento, ao gosto,



aos receios, aos desejos, à curiosidade do educando.

Respeito, contudo, não pode eximir o educador, enquanto autoridade, de exercer o direito de ter o dever de estabelecer **limites**, de propor **tarefas**, de **cobrar a execução** das mesmas. Limite sem os quais as liberdades correm o risco de perder-se em licenciosidade, da mesma forma como, sem limites, a autoridade se extravia e vira autoritarismo. (FREIRE, 1997. p. 39)

A impossibilidade de a educação escolar ser neutra coloca aos professores a imperiosa necessidade política de optar, de decidir, de romper, de escolher. Mas isso tudo lhe coloca a necessidade de ser coerente com a sua opção. Coerência que jamais podendo ser absoluta, cresce no aprendizado que o professor faz pela percepção e constatação das incoerências em que se depara na sua ação. É descobrindo a incoerência em que cai, que avança no sentido de ser coerente. Esse exercício de busca e de superação é, em si, já, um exercício ético.

As bases ético-políticas norteadoras do planejamento e da ação do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa são:

- **Preparação para o mundo do trabalho.** Formar para o trabalho significa capacitar o indivíduo a viver de forma cooperativa e útil na sociedade em que está inserido. Que articule o conhecer, o valorar e o agir.
- **Formação para a cidadania crítica.** Formar o profissional cidadão-trabalhador capaz de interferir na realidade para transformá-la e não apenas para integrar o mercado de trabalho.
- **Modificar a ideia de uma escola e de uma prática pluridisciplinar para uma prática interdisciplinar.** A atitude interdisciplinar como propõe Fazenda (1994), significa não só eliminar as barreiras entre as disciplinas, mas também as barreiras entre as pessoas, de modo que os profissionais da educação escolar busquem alternativas para se conhecerem mais e melhor, troquem experiências e conhecimentos entre si, tenham humildade diante da limitação do próprio saber, envolvam-se e comprometam-se em projetos comuns, modifiquem seus hábitos já estabelecidos em relação à busca do conhecimento, questionando, duvidando, dialogando consigo mesmos.
- **Conhecer estratégias do ensinar a pensar e ensinar a aprender.** A ideia do “ensinar a pensar” está associada a ideia dos professores em prover os meios da auto-sócio-construção do conhecimento pelos alunos. Muitos alunos desenvolvem por si próprios, procedimentos alternativos aprendizagem ou modos de pensar. Outros, no entanto, têm dificuldades de usar os conceitos, organizar ou reestruturar o pensamento, adquirir métodos próprios de trabalho Nisbet e Shucksmith, (1994). É certo, assim, que a tarefa de ensinar a pensar requer dos educadores o conhecimento de estratégias de ensino e de desenvolvimento de suas próprias experiências de

pensar. Se o professor de habilidades de pensamento se é incapaz, ele próprio, de organizar e regular suas próprias atividades de aprendizagem, será impossível ajudar os alunos a potencializarem suas capacidades cognitivas.

- **Ajudar os alunos a buscarem a perspectiva crítica dos conteúdos.** Capacidade de problematizar. Trata-se de uma abordagem crítico-social dos conteúdos em que os objetos do conhecimento são apreendidos nas suas propriedades e características próprias e, ao mesmo tempo, nas suas relações com outros fatos e fenômenos da realidade, ou seja, contextualizar um tema de estudo buscando compreender suas ligações com a prática humana.
- **Assumir a sala de aula como um processo de responsabilidade comunicativa.** Os requisitos pedagógicos da comunicação escolar já eram conhecidos dos educadores, antes mesmo que ocorresse maior aproximação entre teoria da educação e teoria da comunicação. Todavia, a concorrência a que o professor se obriga com outros meios de comunicação requer dele aprofundar-se nas técnicas de comunicação, tais como formas mais eficientes de expor e explicar conceitos e de organizar informações, de mostrar objetos ou demonstrar processos, bem como o domínio da linguagem informacional, postura corporal, controle da voz, conhecimento e uso dos meios de comunicação na sala de aula.
- **Reconhecer o impacto das novas tecnologias da comunicação e da informação na sala de aula.** A escola continuará durante muito tempo dependendo da sala de aula, do quadro e dos cadernos. Mas as mudanças tecnológicas terão um impacto cada vez maior na vida cotidiana e na escola. Não se pode mais ignorar a televisão, o vídeo, a internet e outros veículos modernos de comunicação, sob o risco de serem considerados retrógrados. Os meios de comunicação social fazem parte do conjunto das mediações culturais que caracterizam o ensino. Como tais, são portadores de ideias, emoções, atitudes, habilidades e, portanto, traduzem-se em objetivos, objetivose métodos de ensino Resende & Fusari, (1994). Os meios de comunicação segundo Libâneo (1998) apresentam-se, pedagogicamente, sob três formas conjugadas: como conteúdo escolar, como competência e atitudes profissionais dos professores e como meios tecnológicos de comunicação humana. A tecnologia está para subsidiar o professor e não para substituí-lo.
- **Atender à diversidade cultural e respeitar as diferenças no contexto da escola e da sala de aula.** O respeito à diversidade de pensamento deve assegurar a convivência na diversidade. Essa atitude diz respeito à preocupação de vincular o trabalho que se faz na sala de aula à vida que os alunos levam fora da escola, sem, contudo, permitir que as diversidades sejam motivos de exclusão.

- **Investir na atualização científica, técnica e cultural, como ingrediente do processo de formação continuada.** O exercício do trabalho docente requer, além de uma sólida formação geral, um esforço contínuo de atualização científica na sua disciplina e em campo de outras áreas relacionadas, bem como a incorporação das inovações tecnológicas.
- **Integrar a dimensão afetiva no exercício da docência.** A cultura escolar inclui também a dimensão afetiva. A aprendizagem de conceitos, habilidades e valores envolve sentimentos e emoções, ligados aos demais campos onde o aluno está integrado. Zemelman (1994) enfoca a dimensão científica/dimensão afetiva ao recomendar, na formação do ser humano, a articulação entre a dimensão estritamente cognitiva, suscetível de uma linguagem analítica, inclusive formal, com a dimensão gnosiológica. *“Não podemos trabalhar somente com linguagens analíticas, mas saber articular linguagens simbólicas que nos mostram realidades diferentes”*. Proporcionar uma aprendizagem significativa supõe, por parte do professor, conhecer e compreender motivações, interesses e necessidades de alunos diferentes entre si, capacidade de comunicação com o mundo do outro, sensibilidade para situar a relação docente no contexto físico, social e cultural do aluno.
- **Desenvolver comportamento ético e político e saber orientar os alunos em valores e atitudes em relação à vida, ao ambiente, às relações humanas.** Explicitando valores e atitudes por meio das atividades escolares. Trata-se de formar valores e atitudes ante o mundo da política e da economia, o consumismo, o sexo, as drogas, a degradação ambiental, a violência e também perante as formas de exploração que se mantêm no capitalismo contemporâneo.

5.5 Estratégias Pedagógicas

O Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, através de ações integradas de docentes e discentes, apoiadas pelo Colegiado e Direção de Curso, deve incentivar participação em atividades de ensino extensão, e pesquisa. A vivência de tais atividades é indispensável para a formação de um profissional com o perfil desejado. Cabe à comunidade docente oportunizar condições para que o desenvolvimento acadêmico dos alunos se realize nessas três grandes áreas de ação da Universidade.

Considera-se, portanto, que para a formação em Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, pesquisa-ensino-extensão são indissociáveis. Estimular a ampla participação dos acadêmicos em aulas teóricas, aulas práticas, seminários, congressos, conferências, cursos extracurriculares, estágios profissionais, iniciação científica, trabalhos de extensão, monitorias, grupos de estudos, e outras atividades, que possam contribuir para a formação dos Licenciados

em Letras Língua Portuguesa, deve ser uma meta constante dentro do Curso.

5.6 Bases Epistemológicas

Se por epistemologia entende-se a parte da filosofia cujo objeto é o estudo reflexivo e crítico da origem, natureza, limites e validade do conhecimento humano, o Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa se pautará, antes de tudo, por uma forma de conhecimento que privilegie a apropriação da realidade, através da investigação da Própria Língua Materna interrogue-se sobre seu próprio discurso, entendido não só como um tipo de linguagem, como léxico, sintaxe e semântica, mas também conjunto de modelos (científicos, argumentativos e interpretativos) de organização lógica que a regulam procurando pôr às claras os seus diversos componentes e a característica de sua especificidade, reconhecendo que isso se delinea no cruzamento de um pluralismo de ideias em que o discurso científico, ideológico-político e filosófico se coloque, nem sempre, de maneira pacífica, mas tensional, não equilibrado, cheio de oposições.

Ao referir-se ao conhecimento, Paulo Freire afirma que o homem se constrói e chega a ser sujeito na medida em que, integrado em seu contexto, reflete sobre ele e com ele se compromete, tomando consciência de sua historicidade.

A elaboração e o desenvolvimento do conhecimento estão ligados ao processo de conscientização. O conhecimento é elaborado e criado a partir da mútua relação pensamento e prática. Como processo e resultado, consiste ele na superação da dicotomia sujeito-objeto.

MIZUKAMI (1996, p. 91) ao se referir ao conhecimento na concepção Freiriana afirmou:

O processo de conscientização é sempre inacabado, contínuo e progressivo, é uma aproximação crítica da realidade que vai desde as formas de consciência mais primitivas até a mais crítica e problematizadoras. Implica a possibilidade de transcender a esfera da simples apreensão da realidade para chegar a uma esfera mais crítica, na qual o homem assume uma posição epistemológica: a realidade se dá como objeto cognoscível ao homem.

Conhecimento, pois, para Paulo Freire, implica e consiste, conscientização, portanto, um progressivo desvelamento da realidade. “... *quanto mais se desvela a realidade, mais se penetra na essência fenomenológica do objeto que se pretende analisar*” (FREIRE, 1974, p. 30), o curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, desse modo, torna-se um saber mais atento, mais ativo na pesquisa sobre a sua própria teoria.

5.7 Estrutura curricular do curso

O Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão é constituído por componentes curriculares que buscam descrever e explicar o fenômeno da linguagem sob diferentes perspectivas teóricas. Ocupa-se da formação profissional específica, visando à inserção no mundo do trabalho; é constituído por componentes curriculares necessários à formação do professor para a educação básica. Esses componentes são obrigatórios e direcionados tanto para a integração das dimensões teóricas e práticas quanto para o processo de ensino-aprendizagem.

Os conteúdos curriculares são relevantes, atualizados e coerentes com os objetivos do curso e com o perfil do egresso. O dimensionamento da carga horária para o seu desenvolvimento foi adaptado para atender ao curso de formação docente que acontecerá com carga horária de 18 horas/semana, concedendo ao egresso a formação apenas em licenciatura plena.

A carga horária total do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa será de 3.245 horas/aula e 4 seminários temáticos:

Tabela 3 - Dados inerentes à integralização do curso.

NÚCLEOS DE FORMAÇÃO	CH
Componentes curriculares de Núcleo Básico, Fundamentos da Educação	360
Componentes curriculares de Núcleo Básico, Política e Gestão Educacional	120
Componentes curriculares de Núcleo Educação Inclusiva	180
Componentes curriculares de Núcleo Específico do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa	1.800
Componente curriculares livre – Disciplinas Eletivas Restritivas	120
Componente curriculares livre – Disciplina Eletiva Universal	60
Seminários Temáticos	-
Atividade Acadêmico-Científico-Cultural	200
Estágios Supervisionados	405
Carga Horária Total Mínima	3.245

Compõem a parte fixa do currículo:

- 2.640 horas/aula de disciplinas com conteúdos curriculares de natureza

científico-cultural.

b) 405 horas/aula de estágio curricular supervisionado no Ensino Fundamental e Ensino Médio, desenvolvido a partir do 7º semestre.

c) A parte lexível do currículo é constituída por 200 horas/aula de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), cujas formas e critério de computação serão estabelecidos por Instrução Normativa de AACC do programa Caminhos do Sertão comum a todos os cursos, referendadas conforme estabelecido pela resolução nº 031/2018-CONSUN/UEMASUL.

Os Núcleos de Formação do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, estão organizados conforme Tabelass abaixo:

- **Componentes Curriculares do Núcleo Básico, Fundamentos da Educação**

Tabela 4 - Componentes Curriculares do Núcleo Básico a todas as licenciaturas da UEMASUL.

Disciplinas	CH	CR
Filosofia da Educação	60	4
Sociologia da Educação	60	4
Psicologia da Educação	60	4
Didática	60	4
Métodos de Pesquisa no Espaço Escolar	60	4
Produção Acadêmica Científica	60	4

- **Componentes Curriculares do Núcleo Básico, Política e Gestão Educacional**

Tabela 5 - Componentes curriculares do Núcleo Básico a todas as licenciaturas da UEMASUL.

Disciplina	CH	CR
Gestão dos Sistemas Educacionais	60	4
História e Política da Educação Brasileira	60	4

- **Componentes Curriculares do Núcleo Básico, Educação Inclusiva**

Tabela 6 - Componentes curriculares do Núcleo Básico a todas as licenciaturas da UEMASUL.

Disciplinas	CH	CR
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	60	4
Educação Especial e Inclusiva	60	4

• **Componentes Curriculares do Núcleo Específico**

Quadro 6- Componentes curriculares do Núcleo Específico do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão

ORD.	DISCIPLINAS	CH	CRÉDITO				
			T	PT	PCC	E	TOTAL
1	Estudos do Texto Poético (NE)	60	3	-	1	-	4
2	Poesia Brasileira I (NE)	60	4	-	-	-	4
3	Fundamentos da Linguística (NE)	60	3	-	1	-	4
4	Poesia Brasileira II (NE)	60	4	-	-	-	4
5	Estudos do Texto Ficcional (NE)	60	3	-	1	-	4
6	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa (NE)	60	3	-	1	-	4
7	Poesia Brasileira III (NE)	60	4	-	-	-	4
8	Lusofonia (NE)	60	3	-	1	-	4
9	Estudos do Texto Dramático (NE)	60	3	-	1	-	4
10	Morfologia da Língua Portuguesa I (NE)	60	3	-	1	-	4
11	Sintaxe da Língua Portuguesa I (NE)	60	3	-	1	-	4
12	Ficção Brasileira I (NE)	60	4	-	-	-	4
13	Morfologia da Língua Portuguesa II (NE)	60	4	-	1	-	4
14	Sociolinguística (NE)	60	3	-	1	-	4
15	Sintaxe da Língua Portuguesa II (NE)	60	3	-	1	-	4
16	Ficção Brasileira II (NE)	60	3	-	1	-	4
17	Tópicos de Crítica Literária (NE)	60	4	-	-	-	4
18	Linguística Aplicada (NE)	60	4	-	-	-	4
19	Semântica da Língua Portuguesa (NE)	60	3	-	1	-	4
20	Literatura Afro-Brasileira (NE)	60	3	-	1	-	4
21	Ficção Brasileira III (NE)	60	3	-	1	-	4
22	Análise do Discurso (NE)	60	4	-	-	-	4
23	Literatura Infanto-Juvenil (NE)	60	3	-	1	-	4

24	Elaboração de Projeto de TCC	60	4	-	-	-	4
25	Representações de Regionalidade: Literatura Indígena	60	4	-	-	-	4
26	Ficção Portuguesa (NE)	60	3	-	1	-	4
28	Literatura e Ensino (NE)	60	3	-	1	-	4
29	Poesia Portuguesa (NE)	60	4	-	-	-	4
31	Cinema e Ensino (NE)	60	3	-	1	-	4
32	Estilística (NE)	60	4	-	-	-	4
TOTAL		1.800	102	0	19	0	120

• **Componentes Curriculares do Núcleo de Estágio Supervisionado**

Quadro 7 - Componentes curriculares do Núcleo de Estágio do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão

ORD.	DISCIPLINAS	CH	CRÉDITO				TOTAL
			T	PT	PC	E	
1	Estágio de Língua Portuguesa Ensino Fundamental (NE)	180	-	-	-	4	4
2	Estágio de Língua Portuguesa Ensino Médio (NE)	225	-	-	-	5	5

Tabela 7 - Relação das disciplinas Eletivas Restritivas do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do CCHSL/UEMASUL.

ORD.	CÓD.	DISCIPLINAS NÚCLEO DE ELETIVAS (NEL)	CRÉDITO				
			CH	T	PC	E	TOTAL
1		Gênero Textuais e Ensino (NEL)	60	4	-	-	4
2		Historiografia Linguística (NEL)	60	4	-	-	4
3		Literatura e Cultura Popular (NEL)	60	4	-	-	4
4		Pesquisa em Sociolinguística (NEL)	60	4	-	-	4
5		Dramaturgia Brasileira (NEL)	60	4	-	-	4
6		História e Literatura (NEL)	60	4	-	-	4

5.3.1 Matriz Curricular

ORD.	CÓD	1º PERÍODO – DISCIPLINAS	CH	CRÉDITO			
				T	PCC	E	TOTAL
1		Estudos do Texto Poético (NE)	60	3	1	-	4
2		Filosofia da Educação (NB)	60	3	1	-	4
3		Sociologia da Educação (NB)	60	4	-	-	4
4		Psicologia da Educação (NB)	60	4	-	-	4
5		Produções Acadêmico-Científicas (NB)	60	4	-	-	4

6	Poesia Brasileira I (NE)	60	4	-	-	4
TOTAL		360	22	2	0	24

				CRÉDITO			
ORD.	CÓD.	2º PERÍODO – DISCIPLINAS	CH	T	PCC	E	TOTAL
1		Relações étnico-raciais e Direitos Humanos (NB)	60	4	-	-	4
2		Fundamentos da Linguística (NE)	60	3	1	-	4
3		Poesia Brasileira II (NE)	60	4	-	-	4
4		História e Política da Educação Brasileira (NB)	60	4	-	-	4
5		Estudos do Texto Ficcional (NE)	60	3	1	-	4
6		Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (NB)	60	3	1	-	4
SEMINÁRIO TEMÁTICO			-	-	-	-	-
TOTAL			360	21	3	0	24

				CRÉDITO			
ORD.	CÓD.	3º PERÍODO – DISCIPLINAS	CH	T	PCC	E	TOTAL
1		Gestão dos Sistemas Educacionais (NB)	60	3	1	-	4
2		Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa (NE)	60	3	1	-	4
3		Poesia Brasileira III (NE)	60	4	-	-	4
4		Lusofonia (NE)	60	3	1	-	4
5		Estudo do Texto Dramático (NE)	60	3	1	-	4
6		Morfologia da Língua Portuguesa I (NE)	60	3	1	-	4
TOTAL			360	19	5	0	24

				CRÉDITO			
ORD.	CÓD.	4º PERÍODO – DISCIPLINAS	CH	T	PCC	E	TOTAL
1		Sintaxe da Língua Portuguesa I (NE)	60	3	1	-	4
2		Ficção Brasileira I (NE)	60	4	-	-	4
3		Morfologia da Língua Portuguesa II (NE)	60	4	-	-	4
4		Didática (NB)	60	3	1	-	4
5		Sociolinguística (NE)	60	3	1	-	4
6		Educação Especial e Inclusiva (NB)	60	4	-	-	4
SEMINÁRIO TEMÁTICO			-	-	-	-	-
TOTAL			360	21	3	0	24

				CRÉDITO			
ORD.	CÓD.	5º PERÍODO – DISCIPLINAS	CH	T	PCC	E	TOTAL
1		Sintaxe da Língua Portuguesa II (NE)	60	3	1	-	4
2		Ficção Brasileira II (NE)	60	3	1	-	4
3		Tópicos de Crítica Literária (NE)	60	4	-	-	4
4		Linguística Aplicada (NE)	60	4	-	-	4
5		Semântica da Língua Portuguesa (NE)	60	3	1	-	4

6	Literatura Afro-Brasileira (NE)	60	3	1	-	4
TOTAL		360	20	4	0	24

				CRÉDITO			
ORD.	CÓD.	6º PERÍODO – DISCIPLINAS	CH	T	PCC	E	TOTAL
1		Ficção Brasileira III (NE)	60	3	1	-	4
2		Análise do Discurso (NE)	60	4	-	-	4
3		Literatura Infanto-Juvenil (NE)	60	3	1	-	4
4		Poesia Portuguesa (NE)	60	4	-	-	4
5		Representações de Regionalidade: Literatura Indígena (NE)	60	1	3	-	4
6		Ficção Portuguesa (NE)	60	3	1	-	4
SEMINÁRIO TEMÁTICO			-	-	-	-	-
TOTAL			360	18	6	0	24

				CRÉDITO			
RD.	CÓD.	7º PERÍODO – DISCIPLINAS	CH	T	PCC	E	TOTAL
1		Estágio de Língua Portuguesa Ensino Fundamental (NE)	180	-	-	4	4
2		Literatura e Ensino (NE)	60	3	1	-	4
3		Eletiva Universal	60	4	-	-	4
4		Eletiva Restritiva I	60	4	-	-	4
5		Elaboração de Projeto de TCC I	60	4	-	-	4
6		Métodos de Pesquisa no Espaço Escolar (NB)	60	2	2	-	4
TOTAL			480	17	3	4	24

				CRÉDITO			
ORD.	CÓD.	8º PERÍODO – DISCIPLINAS	CH	T	PCC	E	TOTAL
1		Estágio de Língua Portuguesa Ensino Médio (NE)	225	-	-	5	5
2		Cinema e Ensino (NE)	60	3	1	-	4
3		Estilística (NE)	60	4	-	-	4
4		Eletiva Restritiva II	60	4	-	-	4
5		Atividades Acadêmico-Científico - Culturais – AACC (NE)	200	-	-	-	-
6		Trabalho de Conclusão de Curso II-TCC II	-	-	-	-	-
SEMINÁRIO TEMÁTICO			-	-	-	-	-
TOTAL			605	11	1	5	17
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			3245	149	27	9	185

Ch Teórica	2235
Ch Prática como componente curricular - PCC	405
Ch de Estágio Curricular – EC	405



Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACC (NE)	200
Carga Horária Total	3245

5.3.1.1 Representação Gráfica da matriz curricular do curso

Figura 4 - Representação gráfica da matriz curricular do curso

1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO
Estudos do Texto Poético	Relações étnico-raciais e Direitos Humanos	Gestão dos Sistemas Educacionais	Sintaxe da Língua Portuguesa I	Sintaxe da Língua Portuguesa II	Ficção Brasileira III	Estágio de Língua Portuguesa Ensino Fundamental	Estágio de Língua Portuguesa Ensino Médio
Filosofia da Educação	Fundamentos da Linguística	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	Ficção Brasileira I	Ficção Brasileira II	Análise do Discurso	Literatura e Ensino	Cinema e Ensino
Sociologia da Educação	Poesia Brasileira II	Poesia Brasileira III	Morfologia da Língua Portuguesa II	Tópicos de Crítica Literária	Literatura Infanto-Juvenil	Eletiva Universal	Estilística
Psicologia da Educação	História e Política da Educação Brasileira	Lusofonia	Didática	Linguística Aplicada	Poesia Portuguesa	Eletiva Restritiva I	Eletiva Restritiva II
Produções Acadêmico-Científicas	Estudos do Texto Ficcional	Estudo do Texto Dramático	Sociolinguística	Semântica da Língua Portuguesa	Representações de Regionalidade: Literatura Indígena	Elaboração de Projeto de TCC I	Atividades Acadêmico-Científico - Culturais – AACC
Poesia Brasileira I	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	Morfologia da Língua Portuguesa I	Educação Especial e Inclusiva	Literatura Afro-Brasileira	Ficção Portuguesa	Métodos de Pesquisa no Espaço Escolar	Trabalho de Conclusão de Curso II–TCC II

 Núcleo Específico

 Núcleo Comum

 Núcleo Eletivas Restritivas

 Núcleo Supervisionado

 Núcleo Integrador

5.3.2 Ementário

1º PERÍODODisciplina: **ESTUDOS DO TEXTO POÉTICO**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Discussão do conceito de literatura: teoria mimética e formalismo russo. Elementos do processo de criação literária: obra, autor, contexto e leitor. Visão clássica e moderna dos gêneros literários. Poesia e Poema/Prosa e Verso: concepções e diferenciações. Estrutura poemática (verso, estrofe, metro, rima, ritmo). Poema, linguagem, metáfora e imagem poética. Análise literária de textos poéticos.

Bibliografia Básica

ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. **A poética clássica: arte poética (Aristóteles), arte poética (Horácio), Do sublime (Longin)**. Trad. Jaime Bruna. Introd. Roberto de Oliveira Brandão. São Paulo: Cultrix, 2014.

BLOOM, Harold. **A angústia da influência: uma teoria da poesia**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COUTINHO, Afrânio. **Notas de teoria literária**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOLDSTEIN, Norma. **Versos, sons, ritmos**. São Paulo: Ática, 2007. (Série Princípios, 06).

PAZ, Octávio. **O arco e a lira**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

Bibliografia Complementar

CÂNDIDO, Antonio. **O estudo analítico do poema**. São Paulo: Humanitas, 2009.

ELIOT, T.S. **O uso da poesia e o uso da crítica**. São Paulo: É Realizações, 2015.

HAMBURGER, Michael. **A verdade da poesia**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

LIMA, Luiz Costa. **A ficção e o poema**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária: poesia e prosa**. São Paulo: Cultrix, 2012.

ROSENFELD, Anatol. **Texto/Contexto I**. São Paulo: Perspectiva, 1996. (Coleção Debates, 7)

Disciplina: **FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Pressupostos filosóficos que fundamentam a educação no ocidente. Educação e ideologia. Filosofia crítica da educação. A filosofia pós-moderna e o campo educacional. Filosofia da educação e pensamento pedagógico brasileiro. Perspectivas e desafios do pensamento pedagógico na atualidade.

Bibliografia Básica

ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da educação.** 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

LUCKESI, C. **Filosofia da educação.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, D. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. 19 Ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2021. (Biblioteca Virtual Pearson)

Bibliografia Complementar

BROTHERHOOD, Karina (org.). **Filosofia da educação.** 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos, 2024. (Biblioteca Virtual Pearson)

CHAUI, M. **Convite à filosofia.** 14 ed. São Paulo: Ática, 2019.

DALBOSCO, C. A.; CASAGRANDA, E. A.; MÜHL, E. H. (org.). **Filosofia e pedagogia:** aspectos históricos e temáticos. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2023. (Biblioteca Virtual Pearson)

FARIA, A.A. **Educação em filosofia na contemporaneidade:** produção de materiais e sistemas de ensino em filosofia. 2. ed. Curitiba, PR: Intersaberes, 2023. (Biblioteca Virtual Pearson)

LARROSA, J. **Pedagogia profana:** danças, piruetas e mascaradas. São Paulo: Autêntica, 2017. (Biblioteca Virtual Pearson)

Disciplina: **SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Sociologia e Sociologia da Educação. Aspectos históricos e epistemológicos da Sociologia da Educação. Educação, hominização e cultura. Educação escolar, seus atores, seus limites. A dimensão sociológica das trajetórias escolares. Educação, culturas e estratificação social. Sociedade em redes, sociedade da informação e os novos desafios para a escola.

Bibliografia Básica

BROTHERHOOD, K. (org.). **Sociologia da Educação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2024. (Biblioteca Virtual Pearson)

NAUROSKI, E.A. **Teorias sociológicas e temas sociais contemporâneos**. 2. ed. Curitiba, PR: Intersaberes, 2023. (Biblioteca Virtual Pearson)

RODRIGUES, A. T. **Sociologia da Educação**. 7 ed. Rio de Janeiro. Lamparina, 2018.

Bibliografia Complementar

ARROYO, M. G. **Outros Sujeitos, outras pedagogias**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2023. (Biblioteca Virtual Pearson)

KELLER, Reiner. **O paradigma interpretativo: uma introdução**. 1. ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2023. (Biblioteca Virtual Pearson)

ILLICH, I. **Sociedade sem escola**. São Paulo: Vozes, 2018. (Biblioteca Virtual Pearson)

MARCUSSO, R.A. **Estigma social do lugar**. 1. ed. Jundiaí: Paco e Littera, 2021. (Biblioteca Virtual Pearson)

Disciplina: **PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Psicologia e Psicologia da Educação. Aproximações críticas entre Psicologia e educação escolar. Principais teorias psicológicas que subsidiam a educação contemporânea. As dimensões cognitiva, afetiva e histórico-cultural dos processos de aprendizagem e de desenvolvimento humano e social. Psicologia e o ensino de geografia nas escolas. Preconceitos, estereótipos e mitos sobre o fracasso, violência e disciplina nos espaços escolares. Memórias, identidades, subjetividades e educação.

Bibliografia básica

BALBINO, V.C.R. **Psicologia e psicologia escolar no Brasil:** formação acadêmica, práxis e compromisso com as demandas sociais. São Paulo: Summus Editorial, 2008.

CARRARA, K. (Org.). **Introdução à psicologia da Educação:** seis abordagens. Campinas: Avercamp, 2004.

GOULAR, I.B. **Psicologia da Educação:** fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

Bibliografia Complementar

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GUILHERME, A.A. (org.). **Psicologia escolar e educacional:** um guia didático. Porto Alegre: ediPUCRS, 2021. (Biblioteca Virtual Pearson)

LA TAILLE, Y.de; OLIVEIRA, M. K; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky e Wallon:** Teorias Psicogenéticas em Discussão. 28 ed. São Paulo: Summus, 2019.

MARTINS, L.M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar:** contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2021. (Biblioteca Virtual Pearson)

RACY, P.M.P.B. **Psicologia da educação:** origem, contribuições, princípios e desdobramentos. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. (Biblioteca Virtual Pearson).

Disciplina: **PRODUÇÃO ACADÊMICO CIENTÍFICA**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Compreensão e produção de textos acadêmicos na perspectiva da metodologia científica e dos gêneros discursivos.

Bibliografia Básica

HENRIQUES, C. C.; SIMÕES, D. (Orgs.) **A redação de trabalhos acadêmicos:** teoria e prática. 8 Ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019.

NASCIMENTO, L. P. do. **Elaboração de projetos de pesquisa:** Monografia, Dissertação, Tese e Estudo de Caso, com Base em Metodologia Científica. Editora Cengage Learning, 2012.

SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. 24 Ed. São Paulo: Cortez, 2016.

Bibliografia Complementar

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia científica:** princípios e fundamentos. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2021. (Biblioteca Virtual Pearson)

ANDRADE, M.M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 1ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LIRA, Bruno Carneiro. **O passo a passo do trabalho científico.** 2. ed. São Paulo: Vozes, 2018. (Biblioteca Virtual Pearson)

MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2023. (Biblioteca Virtual Pearson)

Disciplina: **POESIA BRASILEIRA I**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Dos ritos de colonização à construção de brasilidade: escritos quinhentistas em diálogo com a Poesia Pau-Brasil, o Movimento Antropofágico e o Tropicalismo. A poesia barroca satírica e a poesia árcade em diálogo com outros períodos, movimentos e expressões artísticas.

Bibliografia Básica

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2015.

CANDIDO, Antonio. **A Formação da Literatura Brasileira. Momentos decisivos 1750-1880**. São Paulo: FAPESP/Ouro sobre Azul, 2017.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil. Volume I - Preliminares e Generalidades**. São Paulo: Global, 2004.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil. Volume II - Era Barroca /Era Neoclássica**. São Paulo: Global, 2004.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil. Volume V - Era Modernista**. São Paulo: Global, 2004.

Bibliografia Complementar

AGUIAR, Joaquim. **Poesia da Canção**. São Paulo: Scipione, 1998.

ANDRADE, Oswald. **Pau Brasil**. São Paulo: Globo, 2003.

ANDRADE, Oswald. **Manifesto Antropofágico**. São Paulo: Editora Penguin-Companhia, 2017.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MATOS, Gregório de. **Poemas escolhidos de Gregório de Matos Guerra – Seleção e Prefácio de José Miguel Wisnik**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MOISÉS, MASSAUD. **A literatura Brasileira através dos textos**. São Paulo: Cultrix, 1990.

RONCARI, Luiz. **Dos primeiros Cronistas aos últimos românticos**. São Paulo: Editora EDUSP, 2004.

SANT'ANNA, Afonso Romano de. **Música Popular Moderna Poesia Brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

2º PERÍODODisciplina: **RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DIREITOS HUMANOS**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Direitos Humanos e democracia. Multiculturalismo, Universalismo e Relativismo Cultural. Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. História dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. Documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. Educação e direitos humanos frente às políticas neoliberais. As questões étnico-raciais na contemporaneidade. A proteção dos grupos vulneráveis: a criança e o adolescente, homossexuais e transexuais, mulheres, povos indígenas, população afro-brasileira, idosos, refugiados e pessoa com deficiência. Políticas de ações afirmativas. Elaboração de projetos e práticas educativas promotoras da cultura de direitos.

Bibliografia Básica

ARROYO, M. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOREIRA, A.F.; CANDAU, V.M. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 9. ed. São Paulo: Vozes, 2011. (Biblioteca Virtual Pearson).

SCHILLING, F. (org.). **Direitos Humanos e Educação: outras palavras, outras práticas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação/SECAD. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SEPPPIR, SECAD, 2005.

GOHN, M. da G.; BRINGEL, B. M. **Movimentos sociais na era global**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2013. (Biblioteca Virtual Pearson).

GONÇALVES, A.E.B. **Ética e moral na questão dos direitos humanos e movimentos sociais**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. (Biblioteca Virtual Pearson).

MELLO, C.M; BORDINHA, P. **Desigualdade de gênero: igualdade, violência de gênero, direitos humanos**. 1. ed. [S.l.]: Processo, 2023. (Biblioteca Virtual Pearson).

Disciplina: **FUNDAMENTOS DA LINGUÍSTICA**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: O estudo científico da linguagem: noções básicas. Língua e cultura. Linguística como ciência: objetivos, modalidade e natureza. Linguística Formal e Linguística Funcional. Língua Padrão. Atitudes e preconceito linguístico. Competência comunicativa.

Bibliografia Básica

FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística I: objetos teóricos**. 5. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Introdução à linguística II: princípios de análise**. 4. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2012.

Bibliografia Complementar

DUBOIS, Jean. MATHÉE, Giacomo. **Dicionário de linguística**. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 2014.

MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.) **Introdução à linguística: vol. 1. – domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Introdução à linguística: vol. 2. – domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Introdução à Linguística: vol. 3. – Fundamentos Epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2012.

WEEDWOOD, Bárbara. **História Concisa da Linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

Disciplina: **POESIA BRASILEIRA II**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Manifestações da lírica amorosa e religiosa na poética barroca, árcade, romântica, moderna e contemporânea em diálogo com outras expressões artísticas. Representações do indígena e do negro na poética brasileira a partir dos escritos quincentistas à contemporaneidade em diálogo com outras expressões artísticas.

Bibliografia Básica

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2015.

CANDIDO, Antonio. **A Formação da Literatura Brasileira**. Momentos decisivos 1750-1880. São Paulo: FAPESP/Ouro sobre Azul, 2017.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil**. Volume II. Era Barroca /Era Neoclássica. São Paulo: Global, 2004.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil**. Volume III. Era Romântica. São Paulo: Global, 2004.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil**. Volume V. Era Modernista. São Paulo: Global, 2004.

Bibliografia Complementar

AGUIAR, Joaquim. **Poesia da Canção**. São Paulo: Scipione, 1998.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LAJOLO, Marisa (Org.). **Antologia de Poesias: Poesia Romântica Brasileira**. São Paulo: Editora Salamandra, 2005.

MATOS, Gregório de. **Poemas escolhidos de Gregório de Matos Guerra – Seleção e Prefácio de José Miguel Wisnik**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MOISÉS, MASSAUD. **A literatura Brasileira através dos textos**. São Paulo: Cultrix, 1990.

RONCARI, Luiz. **Dos primeiros cronistas aos últimos românticos**. São Paulo: Editora EDUSP, 2004

Disciplina: **HISTÓRIA E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: A educação colonial e as relações de gênero, raça/etnia e grupos sociais. O ensino secundário no Brasil Império e seus determinantes políticos, sociais e de gênero. A educação republicana e as políticas educacionais. Reformas e políticas educacionais no Brasil: aspectos históricos, legais, normativos e organizacionais. As políticas educacionais no contexto do Estado neoliberal e da terceira via. Legislação Educacional na atualidade.

Bibliografia Básica

GHIRALDELLI JUNIOR, P. História da Educação Brasileira. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LIBÂNEO, J. C. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

REGO, T.C. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Lei nº 9394 de 1996 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC/INEP, 1998.

MÉSZÁROS, I. A Educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

ROMANELLI, O.O. História da educação no Brasil (1930/1973). 40. ed. São Paulo: Vozes, 2014. (Biblioteca Virtual Pearson).

Disciplina: **ESTUDOS DO TEXTO FICCIONAL**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: O texto narrativo e sua natureza. Estrutura do texto narrativo: personagem, narrador, espaço/ambiente, tempo. Narrativa, dialogismo e intertextualidade. Análise literária de textos narrativos.

Bibliografia Básica

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2017.

CÂNDIDO, Antonio. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelo bosque da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

REUTER, Yves. **Análise da narrativa. O texto, a ficção e a narração**. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2018.

Bibliografia Complementar

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BRAIT, Beth. **A personagem**. São Paulo: Contexto, 2017.

LEITE, Lígia Chiappini Moares. **O foco narrativo**. São Paulo: Ática, 2007 (Série Princípios).

LOPES, Ana Cristina M. & REIS, Carlos Antônio Alves dos Reis. **Dicionário de Narratologia**. Lisboa: Almedina, 2002.

NUNES, Benedito José Viana da Costa. **O tempo na narrativa**. São Paulo: Loyola, 2013.

REUTER, Yves. **Introdução à análise do romance**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAMUEL, Rogel (org.). **Novo manual de teoria literária**. Petrópolis: Vozes, 2011.

Disciplina: **LÍNGUA BRASILEIRA DOS SINAIS – LIBRAS**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: História dos movimentos políticos organizados por associações de surdos e suas conquistas. A diferença entre linguagens e língua e as implicações para se pensar os processos identitários. A Língua Brasileira de Sinais, suas singularidades linguísticas e seus efeitos sobre o desenvolvimento, aquisição da língua(gem) e produções culturais. O campo e objetos dos "Estudos Surdos em Educação" bem como suas relações com a Psicologia Educacional. As bases epistemológicas das diferentes formas de se entender a inclusão de pessoas surdas.

Bibliografia Básica

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

SANTANA, A.P. **Surdez e linguagem**. 5. ed. São Paulo: Summus, 2019. (Biblioteca Virtual Pearson)

THOMA, A.; LOPES, M. (Orgs). **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

SILVA, R.D. (org.). **Língua brasileira de sinais: libras**. São Paulo: Pearson, 2015. (Biblioteca Virtual Pearson)

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre Necessidades Educativas**.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. (Conferência de Joimtien) Brasília: Ministério da Educação, 1990.

BRASIL. **Decreto Federal nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei 10.436/2002 que oficializa a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm> Acesso em: 12 de. 2018.

BRASIL. **Lei Federal n.10.436 de 24 de Abril de 2002**. Reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais e da outras providencias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm> Acesso em: 12 dez. 2018 Brasília: Ministério da Educação, 1990.

PEREIRA, M.C.C. *et al.* **Libras: conhecimento além dos sinais**. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2011. (Biblioteca Virtual Pearson).

3º PERÍODODisciplina: **GESTÃO DOS SISTEMAS EDUCACIONAIS**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: A gestão educacional no âmbito do federalismo. Teorias da Administração e Gestão Educacional. Financiamento da educação e gestão escolar. Gestão escolar e a organização da escola na perspectiva democrática. Projeto Político Pedagógico Escolar. A organização do trabalho escolar: linguagem, tempo, espaço.

Bibliografia Básica

LUCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 9. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

PARO, V. H. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. 2 ed. rev. São Paulo: Intermeios, 2018.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2002.

Bibliografia Complementar

GOES, M. C. R.; SMOLKA, A. L. B. (org.). **A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento**. 1. ed. Campinas: Papyrus, 2022. (Biblioteca Virtual Pearson).

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 6. ed. São Paulo: Heccus Editora, 2018.

LÜCK, H. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. 8. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

SOUZA, S.V.M. **Gestão escolar: concepções e práticas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. (Biblioteca Virtual Pearson).

STOLTZ, T. **As perspectivas construtivista e histórico-cultural na educação escolar**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. (Biblioteca Virtual Pearson).

Disciplina: **POESIA BRASILEIRA III**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: O gótico romântico e seus desdobramentos, bem como as inquietações existencialistas do ser, do outro e do mundo, na poesia simbolista, moderna e contemporânea em diálogo com outras expressões artísticas. Perspectivas crítico-sociais e metapoéticas na poesia brasileira moderna e contemporânea em diálogo com outras expressões artísticas

Bibliografia Básica:

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2015.

CANDIDO, Antonio. **A Formação da Literatura Brasileira**. Momentos decisivos 1750-1880. São Paulo: FAPESP/Ouro sobre Azul, 2017.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil. Volume III**. Era Romântica. São Paulo: Global, 2004.

_____. **A Literatura no Brasil. Volume IV**. Era Realista/Era Transição. São Paulo: Global, 2004.

_____. **A Literatura no Brasil. Volume V**. Era Modernista. São Paulo: Global, 2004.

Bibliografia Complementar:

AGUIAR, Joaquim. **Poesia da Canção**. São Paulo: Scipione, 1998.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CALCANHOTO, Adriana. **É agora como nunca** – Antologia Incompleta da Poesia Contemporânea Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

JUNQUEIRA, Ivan (Org.). **Roteiro de poesia anos 30**. São Paulo: Global, 2010.

LAJOLO, Marisa (Org.). **Antologia de Poesias: Poesia Romântica Brasileira**. São Paulo: Editora Salamandra, 2005.

LYRA, Pedro. **Roteiro de poesia anos 60**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MOISÉS, Massaud. **A literatura Brasileira através dos textos**. São Paulo: Cultrix, 1990.

NETO, Afonso Henriques. **Roteiro de poesia anos 70**. São Paulo: Global, 2010.

RONCARI, Luiz. **Dos primeiros cronistas aos últimos românticos**. São Paulo: Editora EDUSP, 2004.

ROSA, Luciano Gonçalves (Org.). **Roteiro de poesia anos 40**. São Paulo: Global, 2010.

Seffrini, André (Org.). **Roteiro de poesia anos 50**. São Paulo: Global, 2010.

Disciplina: **FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Fonética. Fonologia. Aparelho fonador. Estudo fonético-fonológico da língua portuguesa, em uso no Brasil, tendo por referência compreensão de variações e variedades de seus registros escritos e orais como recursos expressivos. Fonética e Fonologia Aplicadas ao ensino de Língua Portuguesa.

Bibliografia Básica

CAGLIARI, Luis Carlos. **Análise fonológica**. 1 ed. Mercado de Letras, 2009.

CALLOU, Dinah. LEITE, Ionne. **Iniciação à Fonética e à Fonologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Fonética, Fonologia e Ortografia: conceitos, estruturas e exercícios com respostas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2018.

ROBERTO, Mikaela. **Fonologia, fonética e ensino – Guia introdutório**. Coleção Estratégias de Ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

SILVA, Thaís Cristófar. **Fonética e Fonologia do Português – Roteiro de Estudos e Guia de Exercícios**. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

Bibliografia Complementar

FRANCO, Blandina. LOLLO, José Carlos. **Crônicas da Norma: pequenas histórias gramaticais – Fonética e Morfologia**. São Paulo: Callis, 2013.

HORA, Dermeval da. MATZENAUER, Carmem Lúcia. (org.). **Fonologia, fonologias: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2017.

SIMÕES, Darcília. **Considerações sobre a fala e a escrita – Fonologia em nova chave**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

SILVA, Thaís Cristófar. **Dicionário de Fonética e Fonologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

SEARA, Izabel Christine. **Para conhecer fonética e fonologia do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015.

Disciplina: **LUSOFONIA**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Abordagem histórica e sociolinguística da Língua Portuguesa. Lusofonia, aproximação linguística e distanciamento cultural. Língua Portuguesa: identidade e cultura. Perspectiva político-linguística: Europa, África, Ásia e América.

Bibliografia Básica

BASTOS, Neusa Barbosa. **Língua portuguesa e lusofonia**. São Paulo: EDUC, 2014. (Série Eventos).

_____. **Língua Portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários**. São Paulo: EDUC, 2012. (Série Eventos).

FARACO, Carlos Alberto. **História Sociopolítica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

GONÇALVES, Rodrigo Tadeu; BASSO, Renato Miguel. **História concisa da língua portuguesa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LAUB, Michel; TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. Trad. Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Bibliografia Complementar

BASTOS, Neusa Barbosa Bastos (Org). **Língua Portuguesa: lusofonia – memória e diversidade cultural**. São Paulo: EDUC, 2008. (Série Eventos).

BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro (Orgs.). **História Entrelaçada 4: Os discursos das produções linguístico-gramaticais dos países lusófonos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

FREIXO, Adriano de. **Minha pátria é a língua portuguesa: a construção da idéia da lusofonia em Portugal**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed., 1. reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

NOGUEIRA, Sônia Maria. **Língua portuguesa no Maranhão do século XX sob o enfoque historiográfico**. São Luís: EdUEMA, 2015.

Disciplina: **ESTUDO DO TEXTO DRAMÁTICO**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: O teatro e suas origens mítico-religiosas. O mito de Dionísio e o teatro grego. Formas dramáticas fundamentais: tragédia e comédia. Estrutura do texto dramático: personagens, diálogo, espaço, tempo. O trágico: natureza, concepções e elementos. Ocômico: natureza e manifestações. Leituras do trágico e do cômico em expressões artísticas diversas.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, Junito de Souza. **Teatro grego: tragédia e comédia**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GAZOLLA, Rachel. **Pensar mítico e filosófico: estudos sobre a Grécia Antiga**. São Paulo: Edições Loyola, 2011. (Coleção Leituras Filosóficas)

HELIODORA, Bárbara. **O teatro explicado aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

HUBERT, Marie-Claude. **As grandes teorias do teatro**. São Paulo: Martins Fontes, 2013. (Coleção Teoria e Crítica de Cinema e Teatro).

MAGALDI, Sábado. **Iniciação ao teatro**. São Paulo: Ática, 2000. (Série Fundamentos, 6).

UBERSFELD, Anne. **Para ler o teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Coleção Estudos, 217).

VEIGA, Guilherme. **Teatro e teoria na Grécia Antiga**. Brasília: Thesaurus, 2008.

Bibliografia Complementar

HELIODORA, Bárbara. **Caminhos do teatro ocidental**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

MAFRA, Johnny José. **Cultura clássica grega e latina: temas fundadores da literatura ocidental**. Prefácio de Audemaro Taranto Goulart. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2010.

MAGALDI, Sábado. **Panorama do teatro brasileiro**. São Paulo: Global, 2004.

PEIXOTO, Fernando. **O que é teatro**. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos, 10).

Disciplina: **MORFOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA I**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Forma, função e sentido. Estrutura mórfica do português. Processos de formação de palavras. Morfologia Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa.

Bibliografia Básica

CAMARA JR., Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 47 ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

BASÍLIO, Margarida. **Formação e Classes de Palavras no português do Brasil**. São Paulo: Contexto. 2014

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2018.

MONTEIRO, José Lemos. **Morfologia portuguesa**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2017.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. **Estruturas Morfológicas do Português**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

Bibliografia Complementar

BASÍLIO, Margarida. **Teoria Lexical**. Coleção Princípios. 8 ed. Rio de Janeiro: Ática, 2007.

CUNHA, Celso. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 7 ed. Rio de Janeiro: Lexicon Editorial, 2017.

HOLANDA, Aurélio Buarque. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5 ed. Curitiba, PR: Editora Positivo, 2014.

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à morfologia**. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Maria Cristina Figueiredo. MEDEIROS, Alessandro Boechat de. **Para conhecer Morfologia**. São Paulo: Contexto, 2016.

4º PERÍODODisciplina: **SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA I**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Estudo da estrutura e das relações sintáticas do período simples da Língua Portuguesa por meio de enfoques formais e/ou funcionais. Distinção entre Frase, Oração e Período. Sintaxe Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa.

Bibliografia Básica

AZEREDO, José Carlos de. **Iniciação à sintaxe do português**. 9 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática da Língua Portuguesa**. 38 ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2015.

_____. **Lições de português pela análise sintática**. 19 ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2014.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Sintaxe: estudos descritivos da frase para o texto**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2018.

PINHEIRO, João Batista Gonçalves. **Análise Sintática – Teoria e Prática**. 14 ed. São Paulo: Cabral Editora Universitária, 2016.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Wemylla de Jesus. **Língua Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX: sintaxe do advérbio em uma perspectiva historiográfica**. In: CAVALCANTE, Márcia Suany Dias (*et al.*) (orgs.) *Lingua(gem), Discurso e Ensino: Concepções Teóricas e Ressignificações da Prática Docente*. Goiânia: Gráfica e Editora América, 2016.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **A palavra e a sentença: estudo introdutório**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

MIOTO, Carlos. SILVA, Maria Cristina. Figueiredo. LOPES, Ruth. **Novo manual de sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2013.

NEVES, M. H. de M. **A Gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

OTHERO, Gabriel de Ávila. KENEDY, Eduardo. **Sintaxe, Sintaxes – Uma Introdução**. São Paulo: Contexto, 2015.

Disciplina: **FICÇÃO BRASILEIRA I**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Pressupostos históricos e estético-ideológicos que norteiam as manifestações artístico-literárias românticas, realistas e naturalistas, enfatizando as relações de poder nas instituições familiares, religiosas e estatais. Estudos de obras representativas do séc. XIX em diálogo com outros períodos, movimentos e expressões artísticas.

Bibliografia Básica

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CÂNDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira I e II**. São Paulo: MartinsFontes, 2007.

CÂNDIDO, Antonio. **Iniciação à Literatura Brasileira**. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

Bibliografia Complementar

COUTINHO, Afrânio. (Org.) **A literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986. 6v.

MOISÉS, Massaud. História da Literatura Brasileira: Vol. I - Das Origens ao Romantismo. **São Paulo: Cultrix, 2001**.

MOISÉS, Massaud. A literatura brasileira através dos textos. **São Paulo: Cultrix, 2012**.

PEDROSA, Celia. **Antonio Candido: a palavra empenhada**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

Disciplina: **MORFOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA II**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Estudo das Classes de Palavras do Português. Classificação das palavras a partir de critérios formais, funcionais e semânticos. Morfologia Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa.

Bibliografia Básica

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática da Língua Portuguesa**. 38 ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2015.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2018.

ILARI, Rodolfo (org). **Palavras de Classe Aberta - Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. vol. III. São Paulo: Contexto, 2014.

_____ (org). **Palavras de Classe Fechada - Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. vol. IV. São Paulo: Contexto, 2015.

SENA, Décio. **As últimas do Português – Classes Gramaticais**. Vol. III. 2 ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2008.

Bibliografia Complementar

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **A palavra e a sentença: estudo introdutório**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 48 ed. Teresina, PI: Companhia Editora Nacional, 2009.

FRANCO, Blandina. LOLLO, José Carlos. **Crônicas da Norma: pequenas histórias gramaticais – Fonética e Morfologia**. São Paulo: Callis, 2013.

HOUAISS, Antônio. **Novo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

Disciplina: **DIDÁTICA**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Contextualização da Didática: Educação Pedagogia e Didática. Educação e Sociedade. Retrospectiva histórica da Didática: dos clássicos ao momento atual. Tendências Pedagógicas. O Processo de Ensino e seus componentes. O Planejamento de Ensino: objetivos, conteúdos, métodos de ensino e avaliação da aprendizagem. Relações Professor-discente.

Bibliografia Básica

CANDAU, V. M. (Org.). **A didática em questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. (Biblioteca Virtual Pearson).

FAZENDA, I. (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 1. ed. Campinas: Papirus, 2022. (Biblioteca Virtual Pearson).

VEIGA, I. P. de A. (Org.). **Repensando a Didática**. 29 ed. Papirus: Campinas/SP, 2012.

Bibliografia Complementar

BRITO, S.H.A. *et al.* **A organização do trabalho didático na história da educação**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2022. (Biblioteca Virtual Pearson)

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MIRANDA, S. **Estratégias didáticas para aulas criativas**. 1. ed. Campinas: Papirus, 2020. (Biblioteca Virtual Pearson)

OLIVEIRA, M.R.N.S; PACHECO, J.A. (org.). **Currículo, didática e formação de professores**. 1. ed. Campinas, SP: Papirus, 2015. (Biblioteca Virtual Pearson)

TELES, D. **Práticas e intervenções pedagógicas**. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco e Littera, 2020. (Biblioteca Virtual Pearson)

XAVIER, M. L. M.; ZEN, M. I. H. D. (Orgs.). **Planejamento em Destaque: Análises menos convencionais**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

WINTER, E.M; PEREIRA, W.F. **Didática e os caminhos da docência**. 2. ed. Curitiba, PR: Intersaberes, 2023. (Biblioteca Virtual Pearson).

Disciplina: **SOCIOLINGUÍSTICA**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Concepções de língua e sociedade. Conceito, objeto, método e correntes teóricas. Heterogeneidade dialetal, diversidade linguística, preconceito linguístico. Variação e mudança linguística: variável, variantes, registro do português falado. Fenômenos de variação no português do Brasil. Análise sociolinguística de variantes padrão / não padrão do português brasileiro. Diversidade linguística e ensino de língua materna.

Bibliografia Básica

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Manual de Sociolinguística.** São Paulo: Contexto, 2014.

CALVET, L. J. **Sociolinguística: uma introdução crítica.** Trad.: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

COELHO, I. L., GÖRSKI, E. M., SOUZA, C. M. N. e MAY, G. E. **Para conhecer sociolinguística.** São Paulo: Contexto, 2015.

SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social.** São Paulo: Contexto, 2017.

Bibliografia Complementar

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, e agora? Sociolinguística e educação.** São Paulo: Parábola, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação.** São Paulo: Cortez, 2008.

MOLLICA, M. FERRAREZI JÚNIOR, Celso. **Sociolinguística, Sociolinguísticas: uma introdução.** São Paulo: Contexto, 2016.

SOUZA, Christiane Maria N. GÖRSKI, Edair Maria. May, Guilherme Henrique. **Para conhecer Sociolinguística.** São Paulo: Contexto, 2015.

Disciplina: **EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Conceitos e paradigmas históricos da Educação Especial e das propostas de Educação Inclusiva: Políticas Públicas de Educação no cenário internacional e nacional. A educação especial, o ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado - AEE a partir da política nacional de educação inclusiva. Atendimento à pessoa com necessidades educacionais especiais, incluindo transtorno do Espectro Autista e Distúrbios de Aprendizagem. Fundamentos e recursos pedagógicos para inclusão. Reflexão crítica das questões ético – político-educacionais na ação do educador quanto à inclusão de discentes (as) com deficiência.

Bibliografia Básica

CASTRO, C.F.S. **Currículo e didática na educação especial**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. (Biblioteca Virtual Pearson)

MANTOAN, M.T.; SANTOS, M. T. T. **Atendimento Educacional Especializado: Políticas Públicas e Gestão nos municípios**. São Paulo: Editora Moderna, 2010.

MANTOAN, M. T. E.. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2005.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. 2007. Acesso em: 03 abr. 2018.

BRASIL. **A Convenção sobre Direitos das pessoas com Deficiência**. Brasília: CORDE/Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

CORDE. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

RAMOS, R. **Inclusão na prática: estratégias eficazes para a educação inclusiva**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2023. (Biblioteca Virtual Pearson)

ZILLOTTO, G.S. **Educação especial: fundamentos históricos e filosóficos**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2020. (Biblioteca Virtual Pearson).

5º PERÍODODisciplina: **SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA II**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Estudo da estrutura sintática do período composto da Língua Portuguesa por meio de enfoques formais e/ou funcionais. Os mecanismos sintáticos e os registros de língua: regência, concordância e colocação. Morfossintaxe. Sintaxe Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa.

Bibliografia Básica

AZEREDO, José Carlos de. **Iniciação à sintaxe do português**. 9 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BECHARA, Evanildo. **Lições de português pela análise sintática**. 19 ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2014.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Sintaxe: estudos descritivos da frase para o texto**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2018.

OTHERO, Gabriel de Ávila. KENEDY, Eduardo. **Sintaxe, Sintaxes – Uma Introdução**. São Paulo: Contexto, 2015.

PINHEIRO, João Batista Gonçalves. **Análise Sintática – Teoria e Prática**. 14 ed. São Paulo: Cabral Editora Universitária, 2016.

Bibliografia Complementar

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. VIEIRA, Silvia. **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007.

CARONE, Flávia de Barros. **Morfossintaxe**. Rio de Janeiro: Ática, 2000.

FRANCO, Blandina. LOLLO, José Carlos. **Crônicas da Norma: pequenas histórias gramaticais – Sintaxe**. São Paulo: Callis, 2013.

MIOTO, Carlos. SILVA, Maria Cristina. Figueiredo. LOPES, Ruth. **Novo manual de sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2013.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília P. de. KOCH, Ingedore Villaça. **Linguística Aplicada ao Português – Sintaxe**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Disciplina: **FICÇÃO BRASILEIRA II**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Pressupostos históricos e estético-ideológicos que norteiam as manifestações artístico-literárias pré-modernas e modernas, enfatizando a posição do ser em relação aos espaços e seus desdobramentos. Estudos de obras representativas da primeira metade do séc. XX em diálogo com outros períodos, movimentos e expressões artísticas.

Bibliografia Básica

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

CÂNDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira I e II**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CÂNDIDO, Antonio. **Iniciação à Literatura Brasileira**. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP, 1999.

MOISÉS, Massaud. **História da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1997.

PROENÇA, Domício Filho. **Estilos de época na literatura**. São Paulo: Ática, 2001.

Bibliografia Complementar

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil 4 - Era Realista - Era de Transição**. São Paulo: Global, 2002.

GLEDSON, John. **50 contos de Machado de Assis**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

MOISÉS, Massaud. **A literatura brasileira através dos textos**. São Paulo: Cultrix, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese da história da cultura brasileira**. São Paulo: Graphia, 2002.

Disciplina: **TÓPICOS DE CRÍTICA LITERÁRIA**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: A teoria literária e o exercício crítico. Elementos do processo de criação literária (obra – autor - leitor - contexto) e seus focos críticos. Crítica extrínseca e crítica intrínseca. Concepções teóricas e abordagens analíticas das principais correntes críticas. Estudos críticos de obras de gêneros diversos.

Bibliografia Básica

BARBOSA, João Alexandre. **A bibliotca imaginária**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas, v. 1)

BERGEZ, Daniel et alii. **Métodos críticos para a análise literária**. Tradução de Olinda Maria Rodrigues Prata; revisão da tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Coleção Leitura e Crítica).

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão, Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: UFMG, 2011. (Coleção Humanitas, 41).

DURÃO, Fábio Akcelrud. **O que é crítica literária?** São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

ECO, Umberto. **Obra aberta**. São Paulo: Perspectiva, 2015. (Coleção Debates, 04).

ROGER, Jérôme. **A crítica literária**. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Difel, 2002. (Coleção Enfoques: Letras).

Bibliografia Complementar

BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2013. (Coleção Debates, 24).

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SAMUEL, Rogel (org.). **Novo manual de teoria literária**. Petrópolis: Vozes, 2011.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: Difel, 2008.

TODOROV, Tzvetan. **Teoria da literatura: textos dos formalistas russos**. São Paulo: Unesp, 2013

Disciplina: **LINGUÍSTICA APLICADA**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Definição, domínio e terminologias específicas da área de Linguística Aplicada (LA) e visão de seu objeto de estudo. Os fundamentos da LA sobre o ensino e a aprendizagem de língua materna. Diferentes pesquisas aplicadas à Língua Portuguesa e seus pressupostos teórico-metodológicos. Os gêneros e o ensino. Avaliação e produção de materiais didáticos.

Bibliografia Básica

CAVALCANTI, M. C. SIGNORINI, I. (orgs.) **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2009.

GERHARDT, A.F. L. M. Ensino. **Aprendizagem na perspectiva da Linguística Aplicada**. Campinas, SP: Pontes, 2013.

JORDÃO, Clarissa Menezes. **A Linguística Aplicada no Brasil – Rumos e Passagens**. Campinas, SP: Pontes, 2016.

SIMÕES, D. FIGUEIREDO, F. J. Q. de. **Linguística Aplicada, Prática de Ensino e Aprendizagem de Línguas**. Campinas, SP: Pontes, 2017.

ROCA, Pilar. PEREIRA, Regina Celi. **Linguística Aplicada. Um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2009.

Bibliografia Complementar

GERHARDT, A.F. L. M. AMORIM, M. A. de. CARVALHO, A. M. **Linguística Aplicada e Ensino. Língua e Literatura**. Campinas, SP: Pontes, 2013.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GONÇALVES, Adair Vieira. GOIS, Marcos Lucio de Sousa. SILVA, Wagner Rodrigues. **Visibilizar a Linguística Aplicada: abordagens teóricas e metodológicas**. Campinas, SP: Pontes, 2014.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola. Tradução e organização de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

SIMÕES, D. FIGUEIREDO, F. J. Q. de. **Contribuições da Linguística Aplicada para o professor de línguas**. Campinas, SP: Pontes, 2015.

Disciplina: **SEMÂNTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Aspectos da significação lexical e da significação contextual. Significação e contexto. Referência, sentido e denotação. Os campos semânticos. As relações de sentido. Semântica Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa.

Bibliografia Básica

CANÇADO, Márcia. **Manual de Semântica: noções básicas e exercícios.** São Paulo: Contexto, 2012.

CANÇADO, Márcia; AMARAL, Luana. **Introdução à Semântica Lexical: papéis temáticos, aspecto lexical e decomposição de predicados.** Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

GUIMARÃES, Eduardo. **História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil.** Campinas, SP: Pontes, 2004.

FERRAREZI JUNIOR, Celso; BASSO, Renato. **Semântica, semânticas: uma introdução.** São Paulo: Contexto, 2013.

ILARI, Rodolfo. **Introdução à semântica: brincando com a gramática.** São Paulo: Contexto, 2012.

Bibliografia Complementar

FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Introdução à semântica de contextos e cenários.** Campinas: Mercado de Letras, 2010.

FIORIN, José Luiz. **Em busca do Sentido: estudos discursivos.** São Paulo: Contexto, 2008.

GOMES, Claudete Pereira. **Tendências da semântica lingüística.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Léxico e Semântica: Estudos produtivos sobre palavra e significação.** Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2018.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradutor Eni Puccinelli Orlandi et al. Reimpressão. 5.ed. 2014. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2016.

Disciplina: **LITERATURA AFRO-BRASILEIRA**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Discussão dos conceitos de literatura afro-brasileira e literatura negra, levando em conta suas relações com fenômenos culturais étnico-raciais. O ensino de literatura afro-brasileira e a legislação educacional do Brasil. A literatura afro-brasileira: discussões teóricas, estudos de autores e análises de obras.

Bibliografia Básica

BASTIDE, Roger. **A poesia afro-brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 1943.

CAMARGO, Oswaldo de. **O negro escrito: apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1987.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Notas sobre a Literatura brasileira afro-descendente**. In: SCARPELLI, M. F. e DUARTE, E. A. (org.). *Poéticas da diversidade*. Belo Horizonte: UFMG/FALE, 2002.

Bibliografia Complementar

BASTIDE, Roger. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BERND, Zilé. **Introdução à literatura negra**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura, política, identidades**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005.

FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MUNANGA, Kabengelê. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

6º PERÍODODisciplina: **FICÇÃO BRASILEIRA III**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Pressupostos históricos e estético-ideológicos que norteiam as manifestações artístico-literárias modernas e contemporâneas, discutindo a posição do ser em suas múltiplas relações no tocante a si mesmo, ao outro e ao mundo. Estudos de obras representativas da segunda metade do séc. XX até a contemporaneidade em diálogo com outros períodos, movimentos e expressões artísticas.

Bibliografia Básica

BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaio Sobre Literatura e História da Cultura**; São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

CALVINO, I. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CÂNDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira I e II**. São Paulo: MartinsFontes, 2007.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo: Contraponto, 1997.

MARGATO, Izabel. **Tiranias da modernidade**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

Bibliografia Complementar

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. São Paulo: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar da pós-modernidade**. São Paulo: Zahar, 1998.

MOISÉS, Massaud. **A literatura brasileira através dos textos**. São Paulo: Cultrix, 2012.

RESENDE, Beatriz. **Contemporâneos: expressões da literatura brasileira no século XXI**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

Disciplina: **ANÁLISE DO DISCURSO**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Discussão sobre as diferentes teorias da Análise do Discurso, considerando as condições de produção do discurso, a formação ideológica e a formação discursiva, a noção de sujeito, a heterogeneidade discursiva, a interdiscursividade e a intertextualidade, a memória discursiva e as práticas de análise.

Bibliografia Básica

FIORIN, José Luiz. **Elementos da Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.
MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAZIÈRE, Francine. **Análise do Discurso: histórias e práticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2017.

Bibliografia Complementar

CAVALCANTE, Márcia Suany Dias (*et al.*) (orgs.) **Lingua(gem), Discurso e Ensino: Concepções Teóricas e Resignificações da Prática Docente**. Goiânia: Gráfica e Editora América, 2016.

GRIGOLETTO, Evandra. NARDI, Fabiele Stockmans de. **Análise do Discurso e sua história: Avanços e perspectivas**. Campinas: Pontes Editores, 2016.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas/SP: Pontes Editores, 1997.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2012.

_____. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. Campinas: Pontes Editores, 2012.

Disciplina: **LITERATURA INFANTO-JUVENIL**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: A formação do leitor na educação básica e o texto literário. Origens e evolução da literatura infanto-juvenil: da oralidade à escrita. A poesia, a narrativa e o teatro infanto-juvenil em diálogo com outras expressões artísticas. Práticas pedagógicas da literatura infanto-juvenil no Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica

ARROYO, Leonardo. **Literatura infantil brasileira**. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

COELHO, Nelly Novaes. **Panorama histórico da literatura infantil e juvenil – das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo**. São Paulo: Amarilys, 2010.

FRANTZ, M. Helena Zancan. **A literatura nas séries iniciais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GAMA-KHALIL, Marisa Martins. **As literaturas infantil e juvenil... Ainda uma vez**. Uberlândia: Gpea, 2013.

GREGORIN FILHO, José Nicolau (Org.) **Literatura infantil em gêneros**. São Paulo: Mundo Mirim, 2012.

Bibliografia Complementar

AGUIAR, Vera; MARTHA, Alice Áurea. **Conto e reconto, das fontes à invenção**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

AGUIAR, Vera Teixeira; CECCANTINI, João Luís (Org.). **Poesia infantil e juvenil brasileira: uma ciranda sem fim**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

CADEMARTORI, Lígia. **Para não aborrecer Alice: a ilustração do livro infantil**. In:

PAIVA, Aparecida; SOARES, Magda. **Literatura infantil, políticas e concepções**. São Paulo: Autêntica, 2008.

CUNHA, Maria Zilda da. **Na tessitura dos signos contemporâneos: novos olhares para a literatura infantil e juvenil**. São Paulo: Humanitas/Paulinas, 2009.

FARIA, Maria Alice. **Como usar a literatura infantil na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010.

GREGORIN FILHO, José Nicolau. **Literatura infantil: múltiplas linguagens na formação de leitores**. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 2003. **nordestino: Existência e consciência da desigualdade regional**. São Paulo: Moderna, 1984

Disciplina: **POESIA PORTUGUESA**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: O percurso poético saudosista/nacionalista e o existencialismo na literatura portuguesa. A representação do feminino e a poética do espaço em Portugal, um país em viagem. Estudos de obras poéticas, do medievalismo à contemporaneidade, em diálogo com outras expressões artísticas.

Bibliografia Básica

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. **A literatura portuguesa: história e emergência do novo.** Rio de Janeiro: Eduff, 1987.

LOURENÇO. Eduardo. **O labirinto da saudade.** Tinta da China, 1999.

MOISÉS, Massaud (org.). **A literatura portuguesa em perspectiva.** Vol. I, II, III e IV. São Paulo: Atlas. 1993.

Bibliografia Complementar

GUIMARÃES. Fernando. **A poética do saudosismo.** Queluz de Baixo, Portugal: Editorial Presença, 1998.

LOURENÇO. Eduardo. **A nau de Ícaro.** Companhia das letras, 2011. MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa.** São Paulo: Cultrix, 2001.

_____. **A literatura portuguesa através dos textos.** São Paulo: Cultrix. 2009. SARAIVA, Antônio José. **História da literatura portuguesa.** Portugal: Porto. 1996.

Disciplina: **REPRESENTAÇÕES DE REGIONALIDADE: LITERATURA INDÍGENA**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Estudo da produção literária brasileira enfocando as inter-relações entre o local e o nacional. Aspectos gerais da literatura maranhense. A produção literária da região tocantina: percalços e percursos. Literatura indígena: memória, identidade e saberes tradicionais. Discussão sobre cultura, oralidade e escrita. O ensino de literatura indígena e a legislação educacional brasileira. Autoria na literatura indígena: produção e representatividade no cenário literário brasileiro. A literatura indígena em diálogo com outras manifestações artísticas.

Bibliografia Básica

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes.** Recife: FJN, Massagana; São Paulo: Cortez, 2012.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade.** Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2013.

CHIAPPINI, Lígia. **Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 153-159. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1989/1128>.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Conceitos de literatura e cultura.** Niterói: EdUFF; Juiz de Fora: EdUFJF, 2010.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil.** Belo Horizonte: Mazza, 2013.

THIÉL, Janice. **Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

Bibliografia Complementar

ALENCAR, José de. **Como e porque sou romancista.** Campinas/SP: Pontes, 2005.

ARAÚJO, H. H. (Org.); OLIVEIRA, Irenísia Torres de (Org.). **Regionalismo, modernização e crítica social na literatura brasileira.** São Paulo: Nankin Editorial, 2009.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino: Existência e consciência da desigualdade regional.** São Paulo: Moderna, 1984

MELETÍNSKI, E. M. **Os arquétipos literários.** Trad. F. Bernardini et. al. São Paulo, Ateliê, 2000.

MUNDURUKU, Daniel. **Contos indígenas brasileiros.** São Paulo: Global, 2005. ONG, Walter. Oralidade e cultura escrita. Campinas: Papyrus, 1998.

Disciplina: **FICÇÃO PORTUGUESA**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Estudo estético-ideológico da narrativa ficcional portuguesa, do medievalismo às tendências contemporâneas, em diálogo com outras expressões artísticas. A crítica estético-sociológica de produções literárias portuguesas com vistas à análise da religiosidade, da representação da mulher/feminino e da poética do espaço.

Bibliografia Básica

- ABDALA JR., Benjamin. **Literatura, história e política**. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. PASCHOALIN, Maria Aparecida. **História Social da Literatura Portuguesa**. São Paulo: Ática, 1985.
- AMORA, Antônio Augusto Soares. **Simbolismo (Presença da Literatura Portuguesa)**. Rio de Janeiro: Difel, 2004.
- MOISES, Massaud. **A literatura portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 2008.
- ZINANI, Cecil Jeanine Albert. **Literatura e gênero: a construção da identidade feminina**. Educ: Caxias do Sul, 2013.

Bibliografia Complementar

- MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa através de textos**. São Paulo: Cultrix, 2009.
- _____. **O conto português**. São Paulo: Cultrix, 1985.
- SARAMAGO, José. **O conto da ilha desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

7º PERÍODODisciplina: **ESTÁGIO DE LÍNGUA PORTUGUESA - ENSINO FUNDAMENTAL**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Concepções, objetivos e orientação dos procedimentos. Simulação de aulas. Planejamento e preparação de atividades para o ensino de Língua Portuguesa nas escolas: propostas metodológicas. Atividades de observação, participação e regência. Elaboração de Relatório.

Bibliografia Básica

CASTRO, Amélia Domingues de. CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. (org). **Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média.** São Paulo: Cengage Learning, 2001.

KLEIMAN, Angela B. (org.) **A formação do professor: perspectivas da linguística aplicada.** Campinas/SP: Mercado de Letras, 2009.

MAGALHÃES, Maria Cecília de. **A formação do professor como um profissional crítico – Linguagem e Reflexão.** Campinas/SP: Mercado de Letras, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. ALMEIDA, Maria Isabel de. **Estágios Supervisionados na Formação Docente.** São Paulo: Cortez, 2014.

ROJO, Roxane (org.). **A Prática de Linguagem em Sala de Aula: Praticando os PCNs.** Campinas/SP: Mercado de Letras, 2012.

Bibliografia Complementar

BATISTA, Antonio A. Gomes. ROJO, Roxane. **Livro Didático da Língua Portuguesa, Letramento e Cultura da Escrita.** Campinas/SP: Mercado de Letras, 2009.

BÁRBARA, Leila. RAMOS, Rosinda de Castro Guerra. **Reflexões e Ações no Ensino – Aprendizagem de Línguas.** Campinas/SP: Mercado de Letras, 2009.

CAVALCANTE, Márcia Suany Dias (*et al.*) (orgs.) **Lingua(gem), Discurso e Ensino: Concepções Teóricas e Ressignificações da Prática Docente.** Goiânia: Gráfica e Editora América, 2016.

LUCKESI, Cipriano. C. **A avaliação da aprendizagem escolar – Estudos e Proposições.** São Paulo: Cortez, 2012.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2014.

Disciplina: **LITERATURA E ENSINO**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: O ensino de literatura: diagnóstico, problemática e discussões. Dialogismo e ensino de literatura. Funções, aspectos metodológicos e práticas pedagógicas com o texto literário.

Bibliografia Básica

CAMARGO, Flávio Pereira; VIEIRA, Miliane Moreira Cardoso; FONSECA, Vilma Nunes da Silva. (Orgs.). **Olhares críticos sobre literatura e ensino**. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

CEREJA, William Roberto. **Ensino de literatura:** uma proposta dialógica para o trabalho com literatura. São Paulo: Atual, 2005.

GONÇALVEZ, Jeosafá Fernandez. **Ensino é crítica:** a literatura no Ensino Médio. São Paulo: Nova Alexandria, 2012.

NAVAS, Diana; CARDOSO, Elizabeth; BASTAZIN, Vera. (Orgs.). **Literatura e ensino:** territórios em diálogo. São Paulo: Educ/Capes, 2018.

PAIVA, Aparecida; CORRÊA, Hércules Tolêdo; SOUZA, Renata Junqueira de. (Orgs.). **Literatura e ensino médio: acervos, gêneros e práticas**. São Paulo: Mercado de Letras, 2011.

PESSOA, Jadir de Moraes. (Org.). **Literatura e formação humana**. São Paulo: Mercado de Letras, 2017.

Bibliografia Complementar

COSSON, Rildo. **Letramento literário:** teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2009. DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide Luzia de; JOVER-FALEIROS, Rita. (Orgs.). **Leitura de literatura na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. (Série Estratégias de Ensino, 39).

LOIS, Lena. **Teoria e prática da formação do leitor:** leitura e literatura na sala de aula. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. **Leitura, literatura e escola:** sobre a formação do gosto. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Coleção Texto e Linguagem).

RAMOS, Dernival Venâncio; ANDRADE, Karylleila dos Santos; PINHO, Maria José de. (Orgs.). **Ensino de língua e literatura:** reflexões e perspectivas interdisciplinares. São Paulo: Mercado de Letras, 2011.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Elementos de pedagogia da leitura**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Texto e Linguagem).

Disciplina: **TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I - TCC I**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -		
CH Total: 60 h	CH Teórica: 60h	CH PT: -	CH PCC: -	CH Estágio: -

Ementa: Revisão e discussão dos pressupostos teórico-metodológicos, dos procedimentos e das técnicas de investigação para construção de projeto de pesquisa e proposta metodológica. Oficinas de elaboração dos elementos do projeto de pesquisa e/ou proposta metodológica. Apresentação dos projetos e/ ou propostas metodológicas para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Bibliografia Básica

BAUER, M.W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto:** imagem e som – um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2017. (Biblioteca Virtual Pearson)

HENRIQUES, C.C. (Org.). **A redação de trabalhos acadêmicos:** teoria e prática. 7 ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017.

NASCIMENTO, L.P. **Elaboração de projeto de pesquisa:** monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (org.). **Construindo o saber:** metodologia científica - fundamentos e técnicas. 1. ed. Campinas: Papirus, 2022. (Biblioteca Virtual Pearson)

FIGUEIREDO, N.M.A. (org.). **Método e metodologia na pesquisa científica.** 3. ed. São Paulo: Yendis, 2008. (Biblioteca Virtual Pearson)

MASCARENHAS, Sidnei Augusto (org.). **Metodologia científica.** 2. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2018. (Biblioteca Virtual Pearson)

MIKOSIK, A.P.M. **Metodologia do trabalho de campo em geografia.** 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2020. (Biblioteca Virtual Pearson)

OLIVEIRA, A.P.W.L.C. **Metodologia científica.** 1. ed. São Paulo: Contentus, 2021. (Biblioteca Virtual Pearson)

Disciplina: **MÉTODOS DE PESQUISA NO ESPAÇO ESCOLAR**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: O ensino como campo de investigação. Cultura escolar. Culturas escolares. A construção histórica e simbólica do espaço escolar. A pesquisa etnográfica no espaço escolar. A pesquisa participante no espaço escolar. Teoria e metodologia da história oral e a pesquisa no campo educacional. O professor pesquisador. Elaboração de projetos de pesquisa no espaço escolar.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, U.F. **Temas transversais, pedagogia de projetos e mudanças na educação**. 1. ed. São Paulo: Summus, 2014. (Biblioteca Virtual Pearson).

MENGA, L. **O professor e a pesquisa**. 1. ed. Campinas: Papyrus, 2015. (Biblioteca Virtual Pearson).

VIDAL, D. G. **Culturas Escolares**: Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005.

Bibliografia Complementar

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. 17 ed. Campinas: Papyrus, 2011. (Biblioteca Virtual Pearson).

CASTRO, E.V. **Formação continuada de docentes da educação básica**: construindo e reconstruindo conhecimentos na prática pedagógica (LASEB). 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2018. (Biblioteca Virtual Pearson).

QUEIROZ, T. D.; BRAGA, M. M. V.; LEICK, E. P. **Pedagogia de projetos interdisciplinares**: uma proposta prática de construção do conhecimento a partir de projetos do 6º a 9º ano. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2009. (Biblioteca Virtual Pearson).

QUEIROZ, T. D.; BRAGA, M. M. V.; LEICK, E. P. **Pedagogia de projetos interdisciplinares**: uma proposta prática de construção do conhecimento a partir de projetos de 1º a 5º ano. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2012. (Biblioteca Virtual Pearson).

TOSTA, S.F.P. **Diálogos sem fronteira**: história, etnografia e educação em culturas ibero-americanas. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2014. (Biblioteca Virtual Pearson).

8º PERÍODODisciplina: **ESTÁGIO DE LÍNGUA PORTUGUESA - ENSINO MÉDIO**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Aspectos teóricos e metodológicos do ensino de Língua Portuguesa. Disposições legais sobre o Ensino Médio. Orientação para o desenvolvimento do estágio. Microaulas. Estágio supervisionado no Ensino Médio com observação, planejamento, participação, regência e elaboração de relatório.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro e interação.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

CELANI, Maria Antonieta Alba (org.). **Professores e Formadores em Mudança – Relatode um processo de reflexão e transformação da prática docente.** Campinas/SP: Mercado de Letras, 2002.

GOMES, Marineide de Oliveira. **Estágios na formação de professores - Possibilidades formativas entre ensino, pesquisa e extensão.** São Paulo: Loyola, 2011.

PIMENTA, Selma Garrido. ALMEIDA, Maria Isabel de. **Estágios Supervisionados na Formação Docente.** São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Lilian Lopes Martins da. FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. MORTATTI, Maria do Rosário Longo (org.). **O texto na sala de aula – Um clássico sobre o ensino de Língua Portuguesa.** São Paulo: Editora Autores Associados, 2014.

Bibliografia Complementar

BARCELOS, Valdo. **Formação de professores para educação de jovens e adultos.** 5 ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2017.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. MACHADO, Veruska Ribeiro. CASTANHEIRA, Salete Flores. **Formação do Professor como Agente Letrador.** São Paulo: Contexto, 2010.

CAVALCANTE, Márcia Suany Dias. **Interdisciplinaridade e Livro Didático: uma teia de relações (im)possíveis?** In: PINHO, Maria José de. SUANNO, Marilza Vanessa Rocha. SUANNO, João Henrique. **Formação de professores e interdisciplinaridade: diálogo investigativo em construção.** Goiânia: Gráfica e Editora América, 2014.

GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos. BICALHO, Delaine Cafiero. CARNIN, Anderson. **Formação de Professores e Ensino de Língua Portuguesa.** Campinas/SP: Mercado de Letras, 2016.

VALENTE, André C. PEREIRA, Teresa G. **Língua Portuguesa: descrição e ensino.** São Paulo: Parábola Editorial, 2011

Disciplina: **CINEMA E ENSINO**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: Estudo da imagem, sua natureza e estética. Linguagem cinematográfica e seus elementos constitutivos imagéticos e sonoros. Cinema e ensino: pressupostos teóricos. Propostas pedagógicas para o uso do cinema em sala de aula.

Bibliografia Básica

AUMONT, Jacques. **A imagem**. São Paulo: Papyrus, 2006.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HUTCHEON, Linda. **Uma teoria da adaptação**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papyrus, 1996.

PELEGRINI, Tânia. **A imagem e a letra: aspectos da ficção brasileira contemporânea**. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.

Bibliografia Complementar

AUMONT, Jacques. **A análise do filme**. Lisboa: Edições Texto & Grafia Ltda, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. **A estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BARROS, José d'Assunção. **Cinema e História: entre expressões e representações**. In: Cinema – História: teoria e representações sociais no cinema. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.

COUTINHO, Eduardo F., CARVALHAL, Tânia F. Literatura Comparada. **Textos Fundadores**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

EISENSTEIN, Serguei. **A forma do filme**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

JAKOBSON, Roman. **Linguística. Poética. Cinema**. São Paulo: Perspectiva, 2015.(Coleção Debates, 22).

PLAZA, Júlio. **Tradução intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

Disciplina: **ESTILÍSTICA**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 60 h		

Ementa: A Estilística e a Gramática. Linguagem. Aspectos estilísticos da Língua Portuguesa.

Bibliografia Básica

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática da Língua Portuguesa**. 38 ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2015.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Estilística e Discurso: estudos produtivos sobre texto e expressividade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2018.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. **Introdução à Estilística – A expressividade na língua portuguesa**. São Paulo: EDUSP, 2008.

MONTEIRO, José Lemos. **A Estilística – Manual de Análise e Criação do Estilo Literário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008

Bibliografia Complementar

BAKHTIN, Michael. **Questões de estilística no ensino da língua**. São Paulo: Editora 34, 2013.

CHALHYB, Samira. **Funções da linguagem**. São Paulo: Ática, 2006.

FRANCO, Blandina. LOLLO, José Carlos. **Crônicas da Norma: pequenas histórias gramaticais – Estilística**. São Paulo: Callis, 2013.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Língua Portuguesa VII: Semântica e Estilística**. E-book. Curitiba, PR: IESDE Brasil S.A., 2009.

OLIVEIRA, Esther Gomes de. SILVA, Suzete. **Semântica e Estilística: dimensões atuais do significado e do estilo – Homenagem a Nilce Sant'Anna Martins**. Campinas, SP: Pontes, 2014.

Disciplina: **ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTIFICO CULTURAIS**

Código:	Créditos: 04	Pré-requisito: -
CH Total: 200 h		

Ementa: Os acadêmicos deverão cumprir 200 horas, ao longo do período de integralização do curso, em atividades que possibilitem vivências acadêmico-científico-culturais. Tais atividades são de escolha do acadêmico porém, devem variar quanto às categorias, conforme a Instrução Normativa Nº 002/2022, e serão validadas pela Coordenação do Curso ao qual estão vinculados.

Bibliografia Básica

Segue a Resolução nº 185/2022-CONSUN/UEMASUL e a Instrução Normativa nº 02/2022, aprovado pelo Colegiado de Curso de Letras Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa do Programa Caminhos do Sertão/UEMASUL.

Bibliografia Complementar

Segue a Resolução nº 185/2022-CONSUN/UEMASUL e a Instrução Normativa nº 01/2022, aprovado pelo Colegiado de Curso de Letras Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa do Programa Caminhos do Sertão/UEMASUL.

Disciplina: **TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II – TCC 2**

Código:	Créditos: -	Pré-requisito: -
CH Total: -		

Ementa: Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob a perspectiva de uma das modalidades previstas nas Normas de Graduação da UEMASUL, obedecendo a Instrução Normativa Nº 04/2024 do Programa Caminhos do Sertão/UEMASUL; Apresentação do TCC.

Bibliografia Básica

NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de projeto de pesquisa: monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica.** São Paulo: Cengage Learning, 2017.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalho na graduação.** São Paulo: Atlas, 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2016.

Bibliografia Complementar

BORGES, Thelma Duarte Brandolt; LIMA, Valderez Marina do Rosário. **Educação pela pesquisa no ensino de ciências: construindo possibilidades para argumentação dialógica.** 1. ed. PORTO ALEGRE: ediPUCRS, 2023. (Biblioteca Virtual Pearson)

CARNEIRO, Emmanuelle Alves. **Professor-pesquisador no ensino de ciências.** 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. (Biblioteca Virtual Pearson)

MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2019

PERISSÉ, Gabriel. **Professores pesquisadores.** Belo Horizonte: Autêntica, 2024. (Biblioteca Virtual Pearson)

WEBER, João Batista Blessmann; IRIGARAY, Tatiana Quarti (org.). **Metodologia da pesquisa em ciências da saúde e da vida.** Porto Alegre: ediPUCRS, 2023. (Biblioteca Virtual Pearson)

DISCIPLINAS ELETIVAS RESTRITIVAS (OPTATIVAS)Disciplina: **GÊNEROS TEXTUAIS E ENSINO**

Código:	Créditos: -	Pré-requisito: -
CH Total: - 60h		

Ementa: Gêneros textuais nos estudos da linguagem: conceito e funcionalidade. Estudo dos aspectos linguísticos, sociais, históricos e cognitivos dos gêneros textuais. Tratamento das questões teórico-metodológicas relativas ao ensino dos gêneros textuais na escola. Os gêneros no processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita de textos.

Bibliografia Básica

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola.** Trad. e org. de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2010.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto.** São Paulo: Contexto, 2012.

MACHADO, Ana Rachel. DIONÍSIO, Ângela Paiva. BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros Textuais e Ensino.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

KOCHE, Vanilda Salton. MARINELLO, Adiane Fogali. BOFF, Odete Maria Benetti. **Estudo e Produção de Textos: Gêneros textuais do relatar, narrar e descrever.** Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2012.

Bibliografia Complementar

BARROS, Eliana Merlin Deganutti de. REGISTRO, Eliane Segati Rios. **Experiências com Sequências Didáticas de Gêneros Textuais.** Campinas/SP: Pontes Editores, 2014.

HILÁ, C. V. D. **Ressignificando a aula de leitura a partir dos gêneros textuais.** In: Gêneros Textuais – Da didática das línguas aos objetos de ensino. NASCIMENTO, Elvira Lopes. (org). Campinas/SP: Pontes Editores, 2014.

KOCHE, Vanilda Salton. MARINELLO, Adiane Fogali. **Ler, escrever e analisar a língua a partir de Gêneros Textuais.** Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2017.

POSSENTI, Sírio. **Questões para analistas do discurso.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

Disciplina: **HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA**

Código:	Créditos: -	Pré-requisito: -
CH Total: - 60h		

Ementa: Abordagem de Memória, História, Historiografia e Historiografia Linguística. Ensino de Língua Portuguesa.

Bibliografia Básica

ALTMAN, Cristina. **A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)**. São Paulo: Humanitas, 1998.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Introdução à historiografia da linguística**. São Paulo: Cortez, 2013.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2010.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Históriado tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

LE GOFF, J. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão... [et al.]. 7. ed. revisada. Campinas,SP: UNICAMP, 2016.

Bibliografia Complementar

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática da Língua Portuguesa**. 38. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2015.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

CHARTIER, Roger. **O que é a História cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. Trad. Cristina Antunes. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

NOGUEIRA, Sônia Maria. **Língua portuguesa no Maranhão do século XX sob o enfoque historiográfico**. São Luís: EdUEMA, 2015.

Disciplina: **PESQUISA EM SOCIOLINGUÍSTICA**

Código:	Créditos: -	Pré-requisito: -
CH Total: - 60h		

Ementa: Pesquisa em Sociolinguística: método(s), estratégia(s), instrumento(s) e contexto(s). O fazer empírico. Definição do objeto de pesquisa, formulação de questões e asserções (hipóteses), definição de grupos de fatores, construção, codificação e categorização de dados. Descrição de fenômeno em variação no português brasileiro.

Bibliografia Básica

BAGNO, M. **Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa.** São Paulo: Parábola, 2001.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais.** São Paulo: Parábola, 2011.

_____. **O professor pesquisador: Introdução à pesquisa qualitativa.** São Paulo: Parábola, 2008.

COELHO, I. L., GÖRSKI, E. M., SOUZA, C. M. N. e MAY, G. E. **Para conhecer sociolinguística.** São Paulo: Contexto, 2015.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos.** Trad. Marcos Bagno, Maria Marta PereiraScherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

Bibliografia Complementar

ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. **Pedagogia da Variação Linguística: língua, diversidade e ensino.** São Paulo: Parábola, 2015.

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola: o que é, como se faz.** São Paulo: Loyola, 2008.

MOURA, D. **O tratamento das variantes padrão e não-padrão na sala de aula.** In: Denilda Moura (org) *Leitura e escrita: a competência comunicativa.* Maceió: EDUFAL, 2007.

OLIVEIRA E SILVA, G. M. de O. **Coleta de dados.** In MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. (orgs.) *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação.* São Paulo: Contexto, 2008.

Disciplina: **DRAMATURGIA BRASILEIRA**

Código:	Créditos: -	Pré-requisito: -
CH Total: - 60h		

Ementa: Panorama da dramaturgia brasileira. A herança medieval, a comédia de costumes, o trágico nos trópicos. Variantes do drama moderno. Tendências contemporâneas da dramaturgia brasileira. Análises de obras dramáticas na perspectiva dialógica.

Bibliografia Básica

BORNHEIM, Gerd Alberto. **O sentido e a máscara.** São Paulo: Perspectiva, 1992. (Coleção Debates, 8).

FERNANDES, Sílvia. **Teatralidades contemporâneas.** São Paulo: Perspectiva, 2010.

GOMES, André Luís; MACIEL, Diógenes André Vieira. (Orgs.). **Penso teatro: dramaturgia, crítica e encenação.** São Paulo: Horizonte, 2012.

MAGALDI, Sábato. **Panorama do teatro brasileiro.** São Paulo: Global, 2004.

ROSENFELD, Anatol. **O mito e o herói no moderno teatro brasileiro.** São Paulo: Perspectiva, 2016. (Coleção Debates, 179).

Bibliografia Complementar

DA COSTA, José. **Teatro Contemporâneo no Brasil: criações partilhadas e presença diferida.** Rio de Janeiro: 7LETRAS, 2009.

GOMES, André Luís. (org.) **Leio Teatro: dramaturgia brasileira contemporânea, leitura e publicação.** São Paulo: Horizonte, 2010.

MAGALDI, Sábato. **Teatro em foco.** São Paulo: Perspectiva, 2008.

ROSENFELD, Anatol. **Prismas do teatro.** São Paulo: Perspectiva, 2000. (Coleção Debates, 256).

ROSENFELD, Anatol. **Teatro moderno.** São Paulo: Perspectiva, 2008. (Coleção Debates, 153).

Disciplina: **HISTÓRIA E LITERATURA**

Código:	Créditos: -	Pré-requisito: -
CH Total: - 60h		

Ementa: Narrativa histórica e narrativa literária: especificidades, diferenças e semelhanças. Fontes primárias e secundárias. O espaço biográfico nas abordagens histórica e literária. Novas perspectivas de abordagem teórica nos campos historiográfico e literário. Possibilidades de diálogo interdisciplinar: cultura, história e literatura. História, verdade e ficção.

Bibliografia Básica

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BURKE, Peter (Org.) **A escrita da história: novas perspectivas.** Tradução de Magda Lopes. São Paulo. UNESP, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Tradução de Ephraim F. Alves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

ECO, Umberto. **Sobre a literatura. Tradução de Eliana Aguiar.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Bibliografia Complementar

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance.** São Paulo: Hucitec, 2010.

BURKE, Peter. **A invenção da biografia e o individualismo renascentista.** Tradução de José Augusto Drummond. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 83-99, 1997.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações.** Tradução de Maria Manuella Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COUTINHO, Eduardo de Faria. **Literatura comparada: reflexões.** São Paulo: Annablume, 2013.

FRANCHETTI, Paulo. **História literária: um gênero em crise.** Semear, Revista da Cátedra Padre Antônio Vieira de Estudos Portugueses, Rio de Janeiro, n. 7, p. 247-264, 2002.

ISER, Wolfgang: **O fictício e o imaginário – perspectivas de uma antropologia literária.** Trad. de Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

ROCHA, João Cezar de C. (Org.). **Roger Chartier - a força das representações: história e ficção**. Chapecó: Argos, 2011.

Disciplina: **LITERATURA E CULTURA POPULAR**

Código:	Créditos: -	Pré-requisito: -
CH Total: - 60h		

Ementa: Conceito de Cultura e Literatura Popular. A oralidade e as formas poéticas. O folheto nordestino: os temas, os suportes, contextos de produção/recepção.

Bibliografia Básica

ABREU, Márcia. **História de cordéis e folhetos**. Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil, 2009.

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

BATISTA, Sebastião Nunes. **Poética popular do Nordeste**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982.

FERREIRA, Jerusa Pires. **Cavalaria em cordel: o passo das águas mortas**. São Paulo: EDUSP, 2016.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. Minas Gerais: UFMG, 2010.

Bibliografia Complementar

BOSI, Alfredo. **Cultura como Tradição**. In: BORNHEIM, Gerd et. al. *Cultura Brasileira: Tradição/Contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Funart, 1987.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. São Paulo: Global, 2010

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Cordel, leitores e ouvintes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SUASSUNA, Ariano. **Almanaque Armorial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

5.3.3 Conteúdos Curriculares

No Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa os conteúdos curriculares são pensados de modo a promover o desenvolvimento tanto do graduando quanto do egresso. Dentre essas possibilidades destacam-se os conteúdos voltados para: educação ambiental, educação em direitos humanos, educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, as políticas acadêmicas são trabalhadas de várias maneiras, como por exemplo, pelos projetos de pesquisa, os seminários integradores, dentre outras.

As políticas acadêmicas são exploradas ainda nas disciplinas do núcleo básico, sendo as de História e Política da Educação Brasileira, Filosofia e Sociologia da Educação, Relações étnico-raciais e Direitos Humanos, bem como nas disciplinas do Núcleo específico, como as de Literatura Afro-Brasileira, Sociolinguística, Representações de Regionalidade: Literatura Indígena, além das temáticas interdisciplinares trabalhadas nos seminários integradores do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão.

5.3.4 Integração Curricular

DADOS INERENTES À INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR:	
Carga horária a ser vencida em:	
Disciplinas do Núcleo Específicos	1.800
Disciplinas do Núcleo Básico	660
Disciplinas Complementares Eletivas Restritivas	120
Disciplina Complementar Eletivas Universal	60
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	200
Estágios Supervisionados	405
Seminários Temáticos	-
Carga horária total mínima a ser vencida:	3.245
PRAZO PARA A INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR EM SEMESTRES:	
Mínimo	8
REGIME DO CURSO:	
Semestral com disciplinas semestrais	
Dias úteis semanais	2
SISTEMA DE CRÉDITOS:	
15h Teóricas	1(um crédito)
15h Práticas	1(um crédito)
45h/a Estágio	1(um crédito)
Módulo aula	(50 minutos)

5.3.5 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade poderá envolver o ensino, pesquisa, extensão e inovação devendo realizar-se-á, no decorrer do curso, envolvendo palestras, seminários, conferências, cursos e mini-cursos, oferecidos em períodos letivos e/ou de férias.

São comuns atividades nas disciplinas de Práticas Curriculares em Ensino, como oficinas para professores e gestores. A comunidade também participa de algumas práticas desenvolvidas pelos alunos do curso, promovendo uma integração efetiva entre a universidade e a sociedade local.

Alguns eventos são organizados anualmente e inseridos no calendário do curso, e permitem a integração de duas ou mais áreas de conhecimentos. Durante o mês de maio, em referência ao Dia do Letrólogo, ocorrem eventos online e/ou de forma presencial nas turmas que contemplam palestras, minicursos e mesas redondas.

O Programa Caminhos do Sertão também promove o Seminário Acadêmico Formativo Multidisciplinar, o maior evento científico do programa. Realizado em junho nas Unidades Avançadas, este seminário destaca-se pela divulgação de trabalhos científicos desenvolvidos durante as disciplinas do curso. Além disso, conta com uma programação diversificada, incluindo palestras, mesas-redondas, oficinas e minicursos.

O Seminário tem como objetivo de oferecer aos discentes a oportunidade de ampliar, rever e aprimorar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso no âmbito da educação, será ofertado como atividade extracurricular interdisciplinar, quatro Seminários temáticos de caráter Interdisciplinar. Esse componente é articulador das temáticas discutidas durante as disciplinas do período e a realidade educacional dos municípios da oferta do curso. Os seminários são realizados por meio de exposições sobre temáticas escolhidas entre docentes e discentes dos municípios. O momento principal desses seminários será a apresentação de trabalhos científicos, realizados pelos discentes ao longo do período, fruto da articulação entre os conhecimentos científicos e os saberes pedagógicos, culturais e sociais dos graduandos.

Desta forma, a partir de uma concepção interdisciplinar entre os professores do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, visa, também, instrumentalizar o (a) licenciado (a) em Letras para a mediação dos conteúdos e conhecimentos, numa abordagem voltada para a aprendizagem crítica e significativa destes conteúdos por parte dos alunos.

Ao longo do curso serão realizadas atividades práticas conforme previstas nos componentes curriculares. As referidas atividades devem ser desenvolvidas, preferencialmente de forma interdisciplinar, visando permitir a construção de uma leitura ampliada sobre o objeto

e o contexto educacional a partir de diversas áreas, compreendendo o fazer docente em sua complexidade e não em contextos isolados.

5.3.6 Compatibilidade entre hora-aula e hora-relógio

O regime de integralização da carga horária dos cursos de graduação da UEMASUL leva, em consideração, o que está previsto da Resolução n.º 25/2017 – CONSUN/UEMASUL, onde define que a carga horária de trabalho efetivo é mensurada em 60 minutos de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo, o que compreende em: aula expositivas e preleções e atividades práticas supervisionada, tais como laboratórios em bibliotecas, iniciação científica trabalhos individuais e em grupo, aulas de campo, projetos extensionistas, práticas de ensino, estágios e outras de caráter educativo e prático. Deste modo, o curso de graduação cumpre integralmente a carga horária previstas neste Projeto Pedagógico, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

5.4 Atividades Assíncronas

Para que a carga-horária do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão seja alcançada em sua totalidade são necessárias atividades assíncronas conforme as normas específicas para o Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, como dito no parágrafo de apresentação deste PPC.

A oferta das disciplinas ocorrerá na modalidade especial, aos sábados e domingos. A carga horária será cumprida conforme determina a Resolução nº 25/2017 – CONSUN/UEMASUL, ou seja, mensura-se em horas de 60 (sessenta) minutos o trabalho acadêmico. São 14 (quatorze) aulas de 50 (cinquenta) minutos de efetivo trabalho docente e 4 (quatro) de atividades assíncronas, totalizando 18 horas-aulas por encontro. Serão necessários quatro encontros em finais de semana para disciplinas de 60 horas (UEMASUL, 2018, p. 28)

Estas atividades assíncronas consistem em atividades que são repassadas aos acadêmicos para serem desenvolvidas entre os dias letivos de quarta-feira, quinta-feira e sexta-feira. O Regulamento específico que rege as atividades assíncronas foram elaboradas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) como Instrução Normativa e aprovado pelo Colegiado de Curso, e está disposto como Apêndice A no final do PPC.

As atividades têm a finalidade de contribuir na aprendizagem dos graduandos e na formação do profissional docente. A possibilidade de interação entre a teoria e a prática

proporciona ao aluno aprender a ser professor e a atuar na educação básica, fazendo uso de seus tripés: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Nesse sentido, é importante salientar que embora as atividades orientadas sejam uma atividade do curso, ela não deve ser instituída um programa somente com a finalidade de cumprir créditos. Ela precisa estar integrada com as demais atividades realizadas no curso, permitindo que haja uma ligação entre as teorias educacionais que estão sendo estudadas e a prática desenvolvida.

Portanto, pensamos que as atividades orientadas não podem se limitar apenas à observação de técnicas de condução de aulas, sem uma reflexão mais ampla sobre a Educação Superior. Consideramos que essa atividade é fundamental para o processo formativo dos alunos, uma vez que possibilita a construção de saberes e fazeres a partir das práticas docentes instauradas na atividade de docência, constituindo-se em espaço de desenvolvimento profissional.

As atividades assíncronas do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa são dadas com ênfase necessária à qualidade do processo ensino-aprendizagem. As atividades serão orientadas por um docente responsável e englobam tantas ações no âmbito da educação formal quanto ações voltadas a comunidade local ou não, pois as atividades assíncronas são desenvolvidas durante o processo e de acordo com os conteúdos que estão sendo ministrados e desenvolvidos em cada disciplina, pois as mesmas são complemento de carga horária.

As atividades são propostas aos alunos para serem desenvolvidas durante a semana, podendo ser leituras, trabalhos escritos ou não, e ou a critério do professor. Devem ser passado trabalhos que a cada semana os alunos cumpram em torno de 3 a 4 horas de estudo para totalizar 12h de horas complementar.

5.5 Metodologia de ensino utilizada no curso

O Curso busca dissociar-se da concepção de formação fundamentada na racionalidade técnica, que impossibilita articulação entre a teoria e a prática. Assumir esta postura implica (re) pensar o diálogo entre teoria e prática de modo a propiciar dinamicidade aos processos de ensino aprendizagem. Portanto, suscita reflexão no que se refere a metodologias que ao mesmo tempo em que impulsionam práticas pedagógicas favorecem de igual modo o acesso ao conhecimento.

O desafio que se apresenta ao Curso, qual seja, o de implementar propostas pedagógicas na perspectiva da interdisciplinaridade. Nesse sentido, as concepções teórico-metodológicas



que nortearão a formação do futuro professor caracterizam-se pelo viés dialógico no qual as inter-relações tecidas com linguagem/mundo, linguagem/conhecimento seja o caminho para a religação dos seres e saberes (MORIN, 2005).

A flexibilidade é outro componente das estratégias metodológicas do Curso. Logo, o corpo docente tem autonomia para metodologias de ensino que respondam aos objetivos e demandas da disciplina, desde que atenda à variedade de perfis de estudantes.

A relação orgânica entre o desenvolvimento dos conteúdos curriculares articulados com a teoria-prática está integrada à dinâmica do Curso, destacando-se na vivência acadêmica por meio das dimensões ação-reflexão. Ao longo do Curso os discentes são orientados a desenvolverem trabalhos que façam essa associação, uma vez que a prática pedagógica está presente em todas as disciplinas curriculares. Sob esta perspectiva, a articulação teoria-prática opera-se por meio do tratamento contextualizado dos conteúdos, o qual passa pelo entendimento de que o processo de construção do conhecimento envolve o sujeito e o objeto. Isto implica considerar as dimensões pessoais, sociais e culturais do discente, articulando o conhecimento às suas experiências de vida.

No desenvolvimento das disciplinas, o Curso procura não fragmentar o ensino, os conteúdos e foca em um ensino participativo em que docente e discentes dialogam na construção do conhecimento. Portanto, prima pelo desenvolvimento de aprendizagem que dê autonomia aos discentes. Nesse sentido, os discentes são estimulados a fazerem pesquisas sobre os temas abordados nas disciplinas, na biblioteca física e na virtual da Instituição, bancos de repositórios de universidades nacionais e estrangeiras e sites especializados na área da linguagem e literatura, possibilitando que o discente seja protagonista de seu aprendizado.

Ao estimular o discente a pensar criticamente, a exercitar a curiosidade científica e a liberdade de expressão, o Curso desenvolve ações que favorecem o exercício da criatividade e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Neste processo de formação, com foco na autonomia, ações como apresentação de seminários, debates, participação como monitor em cursos de extensão, citando alguns, são espaços pensados para que o discente assuma-se como protagonista do seu aprendizado e se posicione criticamente.

Assim sendo, os métodos e processos de ensino-aprendizagem estão ancorados na perspectiva de formação de um profissional autônomo que seja capaz de estimular seus futuros alunos na busca pelo conhecimento. Eles serão desenvolvidos, por meio de atividades individuais e coletivas na sala de aula e em outros espaços físicos e virtuais.

No novo ordenamento legal para a formação de professores do ensino básico (Pareceres e Resoluções sobre diretrizes curriculares), o Conselho Nacional de Educação dispensou

especial atenção à Prática como componente curricular e ao Estágio Curricular Supervisionado. Tanto que os Pareceres nº. 09/2001 e 028/2001-CP/CNE, Resolução 031/2018 CONSUN/UEMASUL destacam ser a prática uma dimensão do conhecimento presente ao longo do período de formação do profissional de educação.

Sua importância decorre da capacidade de articular as atividades acadêmicas destinadas à apropriação e reconstrução dos saberes/fazerem que caracterizam a condição de ser professor e a observação/reflexão sobre as condições concretas em que se dão as intervenções profissionais docentes, antes, durante e para além do Estágio Supervisionado.

A prática pedagógica como um componente curricular possibilita, ao acadêmico, sólida formação reflexiva, porque construída na relação dialética entre a teoria e a prática. Para isso, deve a prática dispor de espaço/tempo próprios no currículo de formação, para que possa, extrapolando a sala de aula, buscar sua inserção efetiva no âmbito das instituições escolares, o que possibilitará ao professor em formação o reconhecimento e compreensão das estruturas gerais, normativas e aplicadas do sistema educativo em que vai atuar e das condições socioculturais e econômicas concretas da sua intervenção.

Neste sentido, a Prática pedagógica deve ser desenvolvida ao longo do curso inserida nas diferentes disciplinas curriculares ou como disciplinas específicas, de certo modo antecipando, preparando e, por fim, integrando-se diretamente ao Estágio Curricular Supervisionado, que é o momento privilegiado em que o aluno-estagiário experimentará, com autonomia relativa e sob supervisão pedagógica, a implementação de um processo de ensino/aprendizagem.

O Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa funcionará aos sábados e domingos, com 18 horas-aulas por encontro e com o ingresso de uma turma (primeiro semestre letivo), a partir de Processo Seletivo especial realizado pela UEMASUL, ofertando 40 vagas por município.

5.4.1 Práticas pedagógicas Inovadoras

A prática pedagógica está imbricada nas realidades históricas específicas de cada docente e é constituída na “[...] confluência de conhecimentos oriundos de diferentes tradições culturais e das ciências, bem como de valores, posturas e atitudes éticas, de manifestações estéticas, lúdicas, laborais” (BRASIL, 2005, p. 7).

Nesse sentido, a formação docente deve buscar romper com a dicotomia teoria-prática, que há muitos anos deu a tônica na construção dos saberes desse profissional. Tal



ação é necessária, pois:

a prática não é uma cópia da teoria e nem esta é um reflexo daquela. A prática é o próprio modo como as coisas vão sendo feitas, cujo conteúdo é atravessado por uma teoria. Assim, a realidade é um movimento constituído pela prática e pela teoria como momentos de um dever mais amplo, consistindo a prática no momento pelo qual se busca fazer algo, produzir alguma coisa e que a teoria procura conceituar, significar e com isto administrar o campo e o sentido desta atuação (BRASIL, 2001b, p. 9).

Isso porque, como assinala Nóvoa (2011, p. 75), o conhecimento docente apresenta uma dimensão teórica, no entanto, não é apenas teórico, “[...] uma dimensão prática, mas não é só prático, tem uma dimensão experiencial, mas não é produto da experiência. É um conjunto de saberes, de disposições e de atitudes mais a sua mobilização em ação”.

Os docentes do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão adotam diversas formas para trabalhar com as práticas pedagógicas inovadoras para mediar o processo de ensino-aprendizagem, sempre adaptadas ao contexto educacional, de forma que seja um instrumento facilitador do aprendizado. Sendo assim, são utilizadas ferramentas durante as aulas que ao mesmo tempo agregam conhecimento, trazem ludicidade, tornando o ensino mais dinâmico, inovador e com um diferencial que é atrativo aos alunos.

No curso de Letras Língua Portuguesa do Programa Caminhos do Sertão/UEMASUL, algumas atividades inovadoras no ensino já estão sendo utilizadas, algumas delas são:

- **Projeto “30 Contos pelo Caminho” lançamento de um e-book:**

O evento contou com a participação entusiasmada dos alunos, professores e membros da comunidade local. O projeto assume um papel pioneiro ao destacar a produção de textos autorais pelos acadêmicos do curso de graduação em Letras Língua Portuguesa do programa de formação docente Caminhos do Sertão.

As narrativas presentes no livro abordam uma ampla gama de temas, mesclando realidade e ficção de maneira envolvente. O objetivo principal desta iniciativa acadêmico-cultural é promover a leitura literária não apenas entre os estudantes universitários, mas também nas redes municipais e estaduais de ensino, fortalecendo assim a relação entre a universidade e a comunidade.

- **Projeto Criação Literária promove diálogo com o escritor pernambucano Alexandro Souto Maior, autor da obra *Inglórios*, livro de contos lançado em 2021:**

A primeira edição do projeto “Criação Literária: produção de texto ficcional” evidencia a importância de iniciativas que promovam a aproximação entre teoria e prática, enriquecendo a formação dos estudantes. A proposta de diálogo com o autor surgiu como uma extensão do



conteúdo abordado em sala de aula, promovendo uma imersão ainda maior na criação literária e buscando aproximar os estudantes da teoria estudada para partir para a prática.

- **“A Mangar da Morte”: Quando a teoria se torna espetáculo:**

O espetáculo teatral “A Mangar da Morte”, fruto do trabalho criativo dos estudantes da disciplina de Estudo do Texto Dramático do curso de Letras do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão. O envolvimento dos alunos não apenas refletiu a qualidade da disciplina, mas também proporcionou uma experiência prazerosa e enriquecedora para todos os participantes.

- **Mostra Lusófona apresenta a cultura de nove países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa:**

A mostra apresentou a cultura, língua e especificidades de nove países que fazem parte da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), para professores, acadêmicos, coordenações e visitantes da comunidade. O processo de ensino aprendizagem ocorre por meio de trocas, de relações e de experimentações, sendo assim, esse evento estimula esse processo de forma ativa e participativa.

- **Festival Literário:**

O ensino lúdico é uma forma de desenvolver a criatividade e proporcionar novos conhecimentos através de jogos, brincadeiras, músicas e danças. O aluno é estimulado a desenvolver sua criatividade e não apenas a produtividade, sendo sujeito do processo pedagógico. O objetivo do evento foi concluir a disciplina de estudo do texto poético, além de aproximar os acadêmicos da comunidade, visto que contaram com a presença da Secretaria Municipal de Educação e de alunos da rede básica de ensino do município.

A prática pedagógica inovadora será vivenciada em todos os períodos do curso, sendo abordada em diversas disciplinas, para que o professor em formação desenvolva “[...] atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência” (BRASIL, 2005, p. 3). Realizando tais atividades em “[...] articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico”, no intuito de que contribua para a “[...] formação da identidade do professor como educador” (BRASIL, 2001b, p. 9).

5.5 Estágio Curricular Obrigatório

Em concordâncias com a Resolução nº 02/2002-CNE/CP e Resolução 031/2018 CONSUN/UEMASUL, será oportunizado ao aluno as atividades de estágio curricular supervisionado no ensino fundamental e médio, com carga horária total de 405 horas/aula, a partir da segunda metade do curso.

De acordo com a Resolução nº 02/2015 - CNE/CEP “O estágio curricular como procedimento didático-pedagógico, é atividade de competência da instituição de ensino a quem cabe a decisão sobre matéria, e dele participam pessoas jurídicas de direito público ou privado, oferecendo oportunidade e campos de estágio, outras formas de ajuda, e colaborando no processo educativo.” Segundo Pimenta e Lima (2006),

O estágio se constitui como um campo de conhecimento, o que significa atribuir-lhe um estatuto epistemológico que supera sua tradicional redução à atividade interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas prática instrumental. Enquanto campo de conhecimento, o estágio se produz na. Nesse sentido, o estágio poderá se constituir em atividade de pesquisa. Para fundamentar essa concepção, proceder-se-á a uma análise dos diferentes enfoques que o estágio tem historicamente recebido nos cursos de formação de professores.

Conforme dispõe na Instrução Normativa nº 03/2023 que trata do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório dos Cursos de Licenciaturas do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Unidades Avançadas de Amarante do Maranhão, Itinga do Maranhão, Porto Franco e Vila Nova dos Martírios.

Os cursos de licenciaturas franqueiam uma parte de sua carga horária para as atividades de estágio. O Estágio Curricular Supervisionado obrigatório está previsto na matriz curricular do curso de Letras, com carga horária total de 405 horas, desenvolvidos no Ensino fundamental e Médio seguindo a seguinte estrutura da Normativa:

I - Estágio de Língua Portuguesa Ensino Fundamental - carga horária de 180 horas.

II - Estágio de Língua Portuguesa Ensino Médio - carga horária de 225 horas.

Quanto ao aproveitamento da carga horaria de estágio em casos de, será conforme o Regimento Geral do Ensino de Graduação, especificado nos art. 64 e 65, como se observa abaixo:

Art. 64 Os portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na Educação Básica poderão ter redução da carga horária do estágio supervisionado obrigatório, com a apresentação da

documentação comprobatória, formalizada por meio de processo, no ato da matrícula, protocolada na Secretaria Acadêmica do Curso e destinada à Direção de Curso, conforme determina a legislação vigente e contida nos projetos pedagógicos de cada curso.

a) O prazo para solicitação de aproveitamento deverá ser feito no semestre que antecede o estágio e em conformidade com o Calendário Acadêmico.

A supervisão do estágio é realizada pelo professor, com habilitação e atuação na mesma área ou em área afim do estagiário, da escola/instituição em que se efetivará o Estágio Supervisionado. As atividades de estágio serão operacionalizadas conforme a existência de convênio entre a UEMASUL e a Instituição concedente do estágio.

A programação das atividades profissionais no Estágio Curricular Supervisionado será composta de: Fundamentação teórico-metodológica específica para a observação diagnóstica no campo de Estágio, para as aulas, projetos didáticos e demais atividades pertinentes específicas; Vivência no cotidiano da escola, na qual serão realizadas as atividades concernentes ao processo educativo, dentre elas: observação participativa, regência de classe (planejamento, execução e avaliação de aulas e de projetos didáticos) e participação em atividades pedagógicas específicas do cotidiano da escola; exercício nas atividades de gestão escolar, quando for o caso; Elaboração do Relatório de Estágio; Seminário para apresentação; Avaliação dos Relatórios de Estágio pelo Docente Orientador.

Neste panorama, o estágio é tão importante como todas as outras possibilidades no processo de produção, transmissão e assimilação do conhecimento por parte dos professores, que ao finalizar um curso de licenciatura estarão aptos para exercer a função de educador ou gestor escolar. De forma alguma o estágio pode ser visualizado como um apêndice C do curso. É salutar que o futuro profissional da educação possa vivenciar, entender, analisar os diversos espaços e suas complexidades. Até mesmo quando se trata de profissionais que já exercem a função. O contato com ambientes diversificados contribuirá, de alguma forma para a reflexão da sua ação cotidiana.

É necessário que o aluno se prepare para esse período, munir-se de estudos teóricos, tendências pedagógicas, aportes metodológicos, aliados ao contexto em que a escola está inserida e o público atendido pela instituição da vivência do estágio. “Envolve habilidade de leitura e reconhecimento das teorias presentes nas práticas pedagógicas das instituições escolares. (PIMENTA e LIMA, 2005/2006, p. 20). O momento do estágio é de total interação entre o conhecimento produzido, transmitido pelos professores e assimilado pelo aluno, através do conjunto de disciplinas ministrado no curso de forma articulada entre si que provocará um

olhar reflexivo do estagiário.

Esse conhecimento envolve o estudo, a análise, a problematização, a reflexão e a proposição de soluções às situações de ensinar e aprender. Envolve também experimentar situações de ensinar, aprender a elaborar, executar e avaliar projetos de ensino não apenas em sala de aula, mas também nos diferentes espaços da escola. (PIMENTA e LIMA, 2005/2006, p. 20)

O estágio é um caminho importante e necessário a ser percorrido pelo aluno. É nos ambientes escolares que práticas, técnicas, estratégias realizam-se no cotidiano, nas mais diversas e adversas situações. Além de observar, o estágio é um momento do experimento do preparar, realizar, analisar, avaliar e refazer. Um exercício circular.

O exercício de qualquer profissão é prático, no sentido de que se trata de aprender a fazer 'algo' ou 'ação'. A profissão do professor também é prática. E o modo de aprender a profissão conforme a perspectiva da imitação, será a partir da observação, imitação, reprodução e, às vezes, de reelaboração dos modelos existentes na prática, consagrados como bons [...] Nesse processo escolhem, separam aquilo que consideram adequado, acrescentam novos modos, adaptando-se aos contextos nos quais se encontram. Para isso lançam mão de suas experiências e dos saberes que adquiriram. (PIMENTA e LIMA, 2005/2006, p. 7)

Mediante a esse conjunto de ações, pondera-se que o estágio não é de responsabilidade exclusiva do aluno. É uma ação em conjunto do professor-orientador, bem como da escola que recebe o estagiário e do mesmo modo da instituição que prepara o futuro profissional. O processo do estágio deve ser orientado, observado, ponderado, analisado e orientado quantas vezes forem necessárias. Cada aluno, cada ambiente escolar, cada processo é uno e repleto de especificidades.

É importante sublinhar, que teoria e a prática não possui funções opostas, ou pelo menos não deveriam se parecer distintas se fazem parte do mesmo processo. "Os saberes teóricos propositivo se articulam, pois, aos saberes da ação dos professores e da prática institucional, re-significando-os ou sendo por eles re-significados". (PIMENTA e LIMA, 2005/2006, p. 16)

Todas as disciplinas precisam oferecer conhecimentos e métodos de produção, assimilação e transmissão de conhecimento. "*Todas as disciplinas, as de fundamentos e as didáticas, devem contribuir para a sua finalidade que é a de formar professores, a partir de análise, da crítica e da posição de fazer educação.*" (PIMENTA e LIMA, 2005/2006, p. 13)

É nestes moldes que o Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa se desafia a participar do processo de estágio de cada discente, de forma reservada, respeitando todas as especificidades das instituições de ensino dispostas a receber este público. Valorizar as



experiências acumuladas de cada aluno. Enfatizar as particularidades de cada período de estágio, bem comotodo o processo de produção, transmissão e assimilação do conhecimento expressado por cada discente no seu modo de participar desse processo significativo para todo a sua atuação profissional. Contudo, conforme anota:

O desafio é proceder ao intercâmbio, durante o processo formativo, que se teoriza de que se pratica em ambas. Esse movimento pode ser realizado em uma estrutura curricular que supõe momentos para a reflexão e análise das práticas institucionais e das ações dos professores, a luz dos fundamentos teóricos das disciplinas e das experiências profissionais. (PIMENTA e LIMA, 2005/2006, p. 21)

Visto isso, é necessário também observar de forma crítica todas as condições oferecidas ao ingressante ao Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa. O desenvolvimento do processo de ensinoaprendizagem, durante os oito semestres do curso que licenciará novos profissionais para atuarem nas salas de aulas de todo o Brasil.

5.6 Atividades Acadêmicas-Ciêntificas-Culturais - AACC

As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) visam à formação complementar do currículo escolar dos alunos do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, agregando conhecimentos e experiências para a formação do profissional, estimulando-os à prática de estudos independentes e à interdisciplinaridade. Neste projeto, a carga horária de AACC é de 200 horas.

A coordenação das AACCs ficará a cargo do coordenador do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão e que terá a incumbência por analisar as atividades que podem ser computadas a carga horária para cada atividade e o limite de carga horária para cada grupo de atividades. O aluno deve realizar a solicitação (formulário e documentos) para análise e cômputo da carga horária das AACCs dentro do período letivo de cada semestre, devendo ser seguido o Calendário Escolar da UEMASUL, inclusive para registro de notas no SIGAA.

Não será contabilizada a carga horária das atividades realizadas antes da matrícula do aluno no primeiro semestre do curso. Para alcançar o total das horas, o aluno deve iniciar o cumprimento das AACCs desde o primeiro semestre do curso. Para evitar transtornos, embora não seja uma obrigatoriedade, o ideal é que as horas sejam distribuídas ao longo do curso para não acarretar tudo no final.

5.7 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão. O TCC é, antes de tudo, um trabalho científico cuja finalidade não é somente para concluir o curso. Ele pode contribuir para que o acadêmico adquira habilidades e competências para indagar sobre dados e fatos da realidade e busque resposta para suas indagações utilizando-se de métodos científicos. Serve, também, para aprofundamento teórico em qualquer área do conhecimento. Embora o aluno tenha contato com a produção científica desde seu ingresso no programa, é através do TCC que a maioria realiza uma pesquisa de forma mais sistematizada.

O TCC será elaborado segundo a Instrução Normativa nº 04/2024, é obrigatório, mas não conta como carga horária. Será elaborado pelo aluno, sob a orientação de um professor do curso ou da UEMASUL, tendo como objetivo a produção acadêmica que deve expressar as aprendizagens e habilidades; deverá ser em forma de monografia, artigo científico ou proposta de Ação Pedagógica e terá orientações segundo a normativa, elaborado pelo NDE do curso, aprovado pelo Colegiado e com a chancela da Biblioteca Central da UEMASUL.

O TCC do curso de Letras, na vigência deste PPC, está vinculado às atividades de ensino, pesquisa e extensão e implica em pesquisas, de livre escolha dos discentes, nas áreas de Ciências Sociais, Ciências Humanas, Currículo, Arte, Filosofia, Letras, Metodologias de Ensino e Gestão Escolar, desde que todos com o foco em Educação. Partindo deste princípio, o TCC não visa somente à promulgação do término do curso, mas, resgatar conhecimentos adquiridos desde o início da caminhada acadêmica dos discentes.

O TCC deverá ser elaborado em 2 (duas) fases, com datas propostas pela Coordenação de curso e homologadas pelo Colegiado de Curso. Na primeira fase, o estudante enviará o projeto de TCC por e-mail, na data designada, ao Coordenador de seu Curso, devidamente assinado pelo docente orientador, que deverá ser homologado pelo Colegiado de Curso. Na segunda fase, o estudante desenvolverá seu projeto de TCC.

O TCC, já comprovado a inexistência de plágio pelo orientador, por meio de leitor específico, será enviado pelo estudante, por e-mail, em programa editável e em formato PDF, à Coordenação de Curso, que encaminhará aos professores que compõem a Banca Examinadora, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de defesa designada. A Banca Examinadora será composta por 3 (três) professores, sendo presidente o professor orientador, 2 (dois)

professores membros e mais 1 (um) professor suplente. Na falta ou impedimento do professor orientador ou membro da banca, devidamente justificada, poderá ser designada, pela Coordenação de Curso, a substituição do membro ausente pelo suplente da banca, ou ainda, no caso da falta do orientador, determinar nova data para defesa do trabalho, que não poderá exceder de 5 (cinco) dias úteis.

O orientador do TCC deverá estimular seus orientandos a divulgarem seus trabalhos em eventos acadêmicos e profissionais da área de educação ou áreas afins, bem como a publicarem suas pesquisas, adaptando o TCC para os formatos de resumo estendido, artigo científico, capítulo de obras como livro impresso ou e-book. Além disso, estimular para que o tema do TCC seja retomado e reformulado como pré-projeto de pesquisa em Programas de Pós-Graduação - Lato Sensu e/ou Strictu Sensu.

5.8 Tecnologia de Informação e Comunicação (TICs) no Processo de ensino e aprendizagem

A alta exposição dos discentes às redes sociais e conteúdos digitais tem se mostrado um importante desafio no Ensino Superior, pois é notório que apenas aulas teóricas e expositivas em slides, não tem a mesma capacidade de reter a atenção do discente, para que a construção do conhecimento ocorra, quando comparado ao fascínio que as redes sociais provocam na geração atual. Logo, longe deste ser um discurso negativo sobre a existência das redes sociais e da internet, há de se aproveitar a disponibilidade dessas tecnologias para tornar o ensino significativo, dinâmico e inovador.

Diante do exposto, as TICs adotadas no Processo de ensino-aprendizagem pelos docentes incluem:

- **Google Forms:** é um instrumento de layout simples, de fácil criação pelo docente e utilização pelo aluno, sendo disponibilizado ao mesmo por meio de um link, que pode ser inserido no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas ou disponibilizado em grupos de aplicativos de mensagens, conforme conveniência dos docentes e discentes. O Google Forms pode ser utilizado tanto como uma ferramenta de avaliação do discente, quanto para avaliação da disciplina, do docente ou de uma autoavaliação. Utilizando o Google Forms como um instrumento de avaliação do seu aprendizado, escolhendo a opção de transformá-lo em um quiz, é possível dar o feedback individual ao discente em cada questão, assim como pontuar automaticamente respostas objetivas; são diversas as modalidades de perguntas que podem ser feitas: múltipla escolha, caixa de seleção, dissertativa, entre outras. Além disso,

podem ser inseridos vídeos, links, arquivos para leitura, imagens, etc., o que for mais adequado à proposta pedagógica do momento.

- **Apresentação interativa de slides:** o aplicativo Mentimeter, por exemplo, permite que seja criada uma apresentação de slides, que compartilhada com o discente por meio de um link, pode ser acompanhada por ele diretamente do seu celular. Assim, é possível que ele amplie em uma parte do slide que ele queira observar com mais detalhes, além de interagir com a aula, “dando likes” e outras reações possíveis disponibilizadas pelo aplicativo. Além disso, o aluno pode interagir respondendo enquetes colocadas durante as aulas, ou outras perguntas de fixação do conteúdo e teste de aprendizagem. Este é um uso bastante interessante que coloca o celular como aliado no aprendizado e que tem uma boa aceitação dos alunos, principalmente por seu caráter inovador, o que amplia a capacidade do docente em ter a atenção do discente.
- **Podcast, Youtube, redes sociais e sites com conteúdos da disciplina:** podcast, aulas gravadas, sites com conteúdos das disciplinas e postagens em redes sociais, tanto podem ser criadas pelo docente e disponibilizadas pelo discente, como podem ser criadas pelo próprio discente dentro de uma proposta pedagógica, inserida em um processo avaliativo.
- **Ferramentas do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas:** o SIGAA da UEMASUL, que é o sistema de Gestão Acadêmica, onde os planos de ensino, disciplinas e discente matriculados estão registrados, ainda possui várias ferramentas, tais como a disponibilização de links de vídeos, artigos, assim como documentos, enquetes, questionários, fórum, chats para interação com a turma, e estão acessíveis a todos os discentes e docentes.

Diante do exposto, foram citadas algumas das ferramentas adotadas pelo corpo docente do curso de Letras, que inclusive também são ensinadas nas disciplinas de Práticas Curriculares, uma vez que há a necessidade da formação do futuro profissional docente nessas ferramentas. Assim, também é promovida a acessibilidade digital e comunicacional dos alunos, além da interatividade entre docentes e discentes. Para que seja possível o uso dessas ferramentas que requerem conexão com a internet, as Unidades Avançadas disponibilizam wi-fi a todos os discentes, durante todos os turnos de ensino garantindo o acesso ininterrupto a esses recursos didáticos, além de disponibilizar o Laboratório de Informática, onde o uso das ferramentas citadas são ensinadas aos discentes.

Desta forma, experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas no uso das TICs são promovidas no curso, ao mesmo tempo em que os docentes são estimulados a buscar novos treinamentos e atualizações sobre o assunto. Por fim, é notório que as TIC tornam as aulas mais atrativas e os alunos têm a oportunidade de construir conhecimentos de forma autônoma e significativa (LIMA; ARAÚJO, 2021).

5.9 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem

A sistemática de avaliação do rendimento acadêmico será em consonância às Normas Gerais do Ensino de Graduação, vigentes na UEMASUL, assim como os instrumentos de avaliação do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA/UEMASUL.

Todos os cursos do programa Caminhos do Sertão possuem cargas horárias específicas. Sabemos que a avaliação é a culminância dos diversos momentos experimentados por alunos, professores e instituição de ensino. Aulas práticas e teóricas, pesquisa de campo, estágios e seminários integradores, momentos que oportunizarão a avaliação do processo de ensino-aprendizagem dos discente e concomitante se avalia o curso como um todo. Cabe considerar que muitos dos educandos carregam consigo experiências a serem observadas e consideradas, resultados de suas vivências a partir da suas atuações nas escolas.

A avaliação é fundamental para que alunos, professores, e também o curso alcancem seus objetivos no processo de ensino-aprendizagem. De modo que, não deve ser observada ou aplicada com a mera função de cumprir protocolo burocrático, que em muitas vezes pode ser excludente. Na visão de Barbosa (2008), a avaliação é um instrumento que não deve servir apenas para atribuição de notas ou certificados, mas sim para uma orientação, através de um trabalho conjunto entre o professor e o aluno, para que se possa obter um acompanhamento integral no processo de ensino-aprendizagem.

Sobretudo, no ensino superior, a avaliação deve permitir uma visão ampla e nítida dos pontos positivos e aqueles que ainda necessitam ser melhorados:

[...] a avaliação sempre faz parte do processo de ensino-aprendizagem, pois o professor não pode propiciar a aprendizagem a menos que esteja constantemente avaliando as condições de interação com seus educandos. Está relacionada ao processo de construção de conhecimento [...] Pela avaliação, o professor vai acompanhar a construção das representações no aluno, percebendo onde se encontra (nível mais ou menos sincrético), bem como as elaborações sintéticas, ainda que provisórias, possibilitando a interação na perspectiva de superação do senso comum. (OLIVEIRA e PAIXÃO, 2013, p. 2)

Convém sublinhar que para realizar a avaliação do ensino-aprendizagem dos discentes vai demandar do professor, da coordenação do curso, apropriação de estilos e instrumentos avaliativos. Analisar previamente cada instrumento a ser aplicado, que estes respeitem e valorizem as particularidades do público de educandos. É necessário, portanto apresentar ao

aluno de forma clara como esses instrumentos serão aplicados no decorrer de cada disciplina do curso. Estudos aplicados a esse tema classificam algumas modalidades na avaliação: Diagnóstica, Formativa e Somativa.

- Diagnóstica: realizada no início do processo, objetivando diagnosticar dificuldades ou nível de conhecimento do aluno;
- Formativa: professor e aluno observam erros e acertos, no processo de ensino-aprendizagem;
- Somativa: ocorre pela soma das notas adquiridas durante todo o percurso do curso. Há um risco de se apresentar de forma classificatória ou excludente.

Nessa perspectiva, o professor não precisa optar por um único modelo, cada momento do curso possui uma dinâmica, ritmo, públicos diferentes, e evidentemente requer avaliações distintas. Contudo, é de suma importância que o educando perceba que está sendo acompanhado na produção e construção do conhecimento, e jamais julgado em qualquer que seja a circunstância. “Esse processo deve ser permanente considerando a especificidade, devendo abranger no processo avaliativo não só o aluno, mas também o professor e o contexto” (GALOCHA, POLETO e TAVARES, 2017, p. 28). Um processo contínuo, refletido, e preferencialmente compartilhado no propósito de diagnosticar fragilidades e ao mesmo tempo encontrar caminhos para solucioná-las progredindo no aprendizado de cada aluno.

É importante que o aluno tenha compreensão do caminho percorrido, das metodologias aplicadas, conhecerem os instrumentos e técnicas avaliativas, bem como ocorre o processo de produção e construção de conhecimento, ambientes pedagógicos e contextos diferentes. Sobretudo, os discentes de Pedagogia Licenciatura que em breve serão replicadores desses métodos em novos processos.

A avaliação em um programa de formação de professores deve incentivar e discutir o papel do futuro profissional no aperfeiçoamento da sua própria aprendizagem, bem como diagnosticar os resultados e atribuir-lhes valor. A avaliação deve dar condições para que seja possível ao professor tomar decisões quanto ao aperfeiçoamento da aprendizagem e proporcionar a reformulação do currículo com adequação dos conteúdos e métodos de ensino em conformidade com as situações dos graduandos.

Neste sentido, a avaliação possibilitará ao aluno verificar os resultados que vai alcançando no processo de aprendizagem e, se necessário, mudar sua forma de participação no Curso: empenhando-se mais, dando maior atenção às atividades e disciplinas em que encontra maior dificuldade, revendo seu método de estudo, planejando melhor seu tempo, etc. A equipe

pedagógica do Curso, ela possibilitará o acompanhamento do desempenho escolar de cada licenciado, de modo a identificar aspectos que demandem atenção especial, visando buscar meios de ajudá-lo a superar suas dificuldades. Aos responsáveis pela gestão do Curso, é necessário verificar a necessidade de mudança da prática pedagógica quando for necessário, de revisão dos materiais didáticos, do desenvolvimento do Curso e do próprio processo avaliativo.

A avaliação da aprendizagem será conduzida visando:

- ✓ Acompanhar o desempenho escolar de cada licenciado, de modo a identificar aspectos que demandem maior atenção;
- ✓ Identificar formas de apoiar os alunos;
- ✓ Verificar se os objetivos e metas do Curso e das disciplinas estão sendo alcançados;
- ✓ Obter subsídios para aperfeiçoamento do Curso;
- ✓ Para cada disciplina ou atividade do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, resguardando as especificidades, a avaliação consistirá num processo contínuo onde se preveem procedimentos principais;
- ✓ O aluno realizará atividades avaliativas através das quais procurar-se-á verificar seu processo de construção de conhecimentos propostos pela disciplina ou atividade de curso em diferentes situações de aprendizagem;
- ✓ A avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados. A avaliação deve utilizar procedimentos que assegurem a comparação com os parâmetros indicados pelos conteúdos de ensino.
- ✓ Na avaliação do aproveitamento, deverão preponderar os aspectos qualitativos da aprendizagem considerados a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade dos conteúdos.
- ✓ Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização.
- ✓ Na avaliação deverão ser considerados os resultados obtidos durante o período letivo, em um processo contínuo cujo resultado final venha a incorporá-los, expressando a totalidade do aprendizado.
- ✓ A escolha dos instrumentos para obtenção de dados e informações deverá ser bastante criteriosa e ter em vista as características e objetivos da disciplina; dentre eles, salientamos: trabalhos escritos individuais ou em grupo; relatórios de projetos ou de pesquisas; realização de experimentos, participação em trabalho de campo,

seminários; provas; estudos de caso, preparação e análise de planos; observação de aulas; entrevistas; memorial; monografias; exercícios; redação de textos; elaboração de material didático, comentários e resenhas sobre textos, vídeos e áudios; resolução de problema, solução de casos práticos.

5.10 Número de vagas

Em 2022 ocorreu o primeiro vestibular especial, ofertando 40 vagas para o curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa em cada uma das unidades avançadas (Amarante do Maranhão, Itinga do Maranhão, Porto Franco e Vila Nova dos Martírios), totalizando 160 vagas. As vagas foram preenchidas conforme dados da Tabela 8.

Tabela 8- Demandas, Vagas e forma de ingresso no ano de 2022.

UNIDADE AVANÇADA	INSCRITOS	OFERTA VERIFICADA	INGRESSANTES	PROCESSO SELETIVO
Amarante do Maranhão	52	40	40	Vestibular especial
Itinga do Maranhão	41	40	27	Vestibular especial
Porto Franco	47	40	40	Vestibular especial
Vila Nova dos Martírios	47	40	34	Vestibular especial

Fonte: Vestibular Especial FSADU (2022); SIGAA (2022).

Após matrícula no curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa em 2022, houveram evasões e desistências motivadas por cunho pessoal, a Tabela 9 apresenta o quantitativo de discentes ingressantes e as vagas ociosas em 2022, como também o quantitativo de evasões, desistências, quantitativo de alunos ativos e as vagas ociosas atualmente.

Tabela 9 - Ingressantes e vagas ociosas em 2022, Evasões, desistências e quantitativo em 2024.

Ano	Unidade Avançada	Vagas Ofertadas	Ingressantes
2022	Amarante do Maranhão	40	40
2022	Itinga do Maranhão	40	27
2022	Porto Franco	40	40
2022	Vila Nova dos Martírios	40	34

Fonte: SIGAA (2024).

5.11 Integração do curso com as redes públicas de ensino

Por meio de convênios e/ou termo de cooperação estabelecidos pela UEMASUL a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEDUC), o curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa mantém ações colaborativas com escolas da rede pública de ensino municipal e estadual nos municípios que possuem Unidades Avançadas do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão (Amarante do Maranhão, Itinga do Maranhão, Porto Franco e Vila Nova dos Martírios). Essas iniciativas proporcionam qualidade no processo de formação e contribuem para a melhoria no ensino acadêmico. Além disso, essas parcerias estimulam a pesquisa aplicada e possibilitam a atualização dos currículos através da troca de experiências e da identificação das demandas e necessidades do contexto educacional.

Na prática, a integração do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa com as redes públicas de ensino ocorre de duas abordagens distintas. Uma delas consiste em ações pontuais relacionadas às disciplinas do núcleo básico e/ou núcleo específico, voltadas para atividades de práticas como componente curricular, conforme previsto na estrutura curricular do curso. Essas iniciativas são promovidas pelos(as) docentes e variam de acordo com a oferta de disciplinas no semestre letivo. Outra abordagem são as ações colaborativas que estão associadas ao estágio curricular supervisionado, que possui um caráter obrigatório e ocorre semestralmente.

O estágio curricular supervisionado proporciona uma imersão completa na realidade escolar, englobando diversas atividades que envolvem os(as) discentes na dinâmica da gestão escolar e na participação em conselhos de classe/reuniões de professores. Além disso, durante o estágio, os(as) discentes têm a oportunidade de observar, coparticipar e reger turmas do Ensino Fundamental Anos Finais, do Ensino Médio.

5.13 Seminários Temáticos

Com o objetivo de oferecer aos discentes a oportunidade de ampliar, rever e aprimorar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso no âmbito da educação será ofertado como componente curricular interdisciplinar, quatro Seminários Temáticos de caráter Interdisciplinar.

Esse componente será articulador das temáticas discutidas durante as disciplinas do período e a realidade educacional dos municípios da oferta do curso. Os seminários serão realizados por meio de exposições sobre temáticas escolhidas entre docentes e discentes dos municípios. O momento principal desses seminários será a apresentação de trabalhos

científicos, realizados pelos discentes ao longo do período, fruto da articulação entre os conhecimentos científicos e os saberes pedagógicos, culturais e sociais dos graduandos.

Buscando garantir qualidade de ensino e formação sólida para graduandos dos cursos de licenciatura, o Programa de Formação Caminhos do Sertão sustenta como atividade complementar e obrigatória na matriz curriculares das Licenciaturas os Seminários Integradores que serão realizados do 2º ao 8º período dos cursos de Pedagogia, Letras, Biologia, Matemática, e Geografia nas Unidades Avançadas.

Os Seminários integradores correspondem a um conjunto de atividades que tem por objetivos:

- Oportunizar a integração entre acadêmicos e professores se reúnem discutir os conteúdos estudados;
- Estimular a pesquisa e produção científica;
- Possibilitar aos graduandos a socialização de atividades realizadas no curso, mirando ampliar o debate sobre a dimensão interdisciplinar do trabalho;
- Socializar métodos para a melhoria do ensino-aprendizagem;
- Familiarizar o aluno com a apresentação oral de projetos de pesquisa e com o ambiente de defesa de comunicação.

Os seminários funcionam como eixo integrador entre os cursos de licenciaturas do Programa, configurando momentos de salutar importância para a formação acadêmica. A metodologia para a realização e apresentação dos seminários pode ser oficina temática, painéis ou apresentações orais.

6 GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO

O curso é gerido por docentes do quadro do CCHSL/UEMASUL, e principalmente pelos integrantes do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do CCHSL. A gestão é composta da seguinte forma:

Pela Direção de Curso;

Pelo Conselho Geral do Programa;

Pelo Colegiado;

Pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE).

6.1 Colegiado do Curso

As funções do Colegiado do Curso estão explicitadas na Resolução nº 185/2022-CONSUN/UEMASUL que dispõe sobre o Regimento Geral do Ensino de Graduação. Assim, o Colegiado de Curso é um órgão deliberativo de função consultiva e de assessoramento acadêmico que se reúne, em sessão ordinária e em sessão ou assembleia extraordinária sempre que convocado pela Direção de Curso.

As reuniões do colegiado ocorrem, em sua maioria, em caráter extraordinário, ou seja, ele é convocado quando surge uma necessidade.

Quadro 8 - Composição do Colegiado do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão/UEMASUL, para o biênio 2022-2024.

Professor	Função	Titulação	Regime de trabalho
Concilda Castro Pinho de Almeida	Presidente	Especialista	40 horas
Mônica Assunção Mourão	Membro	Mestre	TIDE
Gilvânia Queiroz Madeira de Aguiar	Membro	Doutora	40 horas
Elizabeth Rocha de Souza Lima	Membro	Doutora	TIDE
Orleane Evangelista Santana	Membro	Doutora	40 horas
Yasmin dos Santos Pereira	Membro	Discente	--

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa tem por responsabilidade supervisionar a organização acadêmica e acompanhar o desenvolvimento das atividades correlatas à política de ensino, pesquisa e extensão em consonância com as diretrizes

institucional.

Compete ao colegiado do Curso:

- Cumprir as deliberações do NDE;
- Indicar docentes para a composição do NDE;
- Implementar o projeto pedagógico;
- Analisar as propostas de estruturação e reestruturação do Projeto Pedagógico;
- Planejar e implementar atividades acadêmicas do Curso;
- Emitir parecer sobre os pedidos de prorrogação para a conclusão de Curso;
- Emitir parecer sobre os planos de atividade dos docentes encaminhados pela direção do curso;
- Autorizar a realização de Trabalhos de Conclusão de Curso sob a orientação de docentes que não tenham vínculos com a UEMASUL;
- Homologar os planos de estudo para conclusão de curso de aluno com dificuldade de integralização curricular;
- Pronunciar-se sobre a realização de estágio curricular quando este assumir a forma de atividade de extensão;
- Propor e acompanhar a realização de eventos do Curso;
- Manifestar-se quanto à oferta de disciplina em período especial;
- Analisar demandas do corpo discente e decidir sobre elas;
- Analisar, sempre que houver necessidade, outras questões acadêmicas de natureza não pedagógica apresentadas por docentes e discentes.

Em conformidade com o regimento dos Órgãos Deliberativos e Normativos/UEMASUL o colegiado tem uma composição mista, composta pelo: o Diretor do Curso como seu presidente, representantes docentes de outros cursos cujas disciplinas fazem parte da matriz curricular do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, além de um representante do corpo discente regularmente matriculado.

6.2 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante - NDE do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, tem sua criação respaldada na Resolução nº 012/2017 - CONSUN/UEMASUL. Trata-se de um órgão que atua como instância, consultiva, deliberativa e normativa em matéria de natureza acadêmica. Tem por objetivo atuar no processo de (re) elaboração e implementação do Projeto Pedagógico do Curso, visando à contínua promoção da sua qualidade.

A composição do NDE do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, em conformidade com o que determina as Resoluções do CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010 e Resolução nº 012/2017- CONSUN/UEMASUL constituir-se-á por no mínimo 05 (cinco) membros do corpo docente permanente do curso, com elevada formação acadêmica e produção científica na área do curso.

Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão/UEMASUL, para o biênio 2022-2024.

Professor	Função	Titulação	Regime de trabalho
Concilda Castro Castro P de Almeida	Presidente	Especialista	40 horas
Mônica Assunção Mourão	Membro	Mestre	TIDE
Gilvânia Queiroz Madeira de Aguiar	Membro	Doutora	40 horas
Orleane Evangelista Santana	Membro	Doutora	40 horas
Elizabete Rocha de Sousa Lima	Membro	Doutora	TIDE

Compete ao Núcleo Docente Estruturante as seguintes atribuições:

- Assessorar a direção do curso em matérias conexas à área de conhecimento do curso;
- Coordenar os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso e CONSUN;
- Atuar diretamente na construção do Projeto Pedagógico do Curso;
- Avaliar, de modo contínuo, a adequação do perfil profissional do egresso do Curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar e transversal entre as diversas atividades de ensino constantes no Currículo do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa;
- Participar e acompanhar os processos de avaliação do curso, cooperando para sua sucessiva qualificação;
- Supervisionar o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o respectivo Curso;
- Propor readequações no curso a partir dos resultados obtidos nas avaliações institucional e externa.

6.3 Coordenação de Curso

A Direção do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Programa de Formação Docente – Caminhos do Sertão, é uma função exercida pela Professora Concilda Castro Pinho de Almeida. A mesma é graduada em Letras Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literaturas pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, atual UEMASUL. Possui especialização em Didática Universitária, Administração Escolar, Supervisão Escolar, Políticas em Educação do Ensino Superior. Tem experiência docente na área da Língua Portuguesa, ensino de inglês na Educação Básica e para alunos da EJA, além de ter experiência como docente no Ensino Superior possui experiência em coordenação pedagógica do Ensino Fundamental, Médio e exerceu a função de Assessora Acadêmica da Faculdade Atenas Maranhense – FAMA.

Dentre as diversas funções do Diretor de Curso destacam-se:

- Elaborar o PPC do Curso;
- Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas e pedagógicas das turmas do Programa;
- Propor e participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologias e elaboração de materiais didáticos para o Programa;
- Participar, quando convocado, de reuniões, seminários ou quaisquer outros tipos de eventos organizados pela IES relativos ao Programa;
- Colaborar com o planejamento e desenvolvimento das atividades de seleção e formação dos professores em conjunto com o coordenador geral do Programa;
- Elaborar e acompanhar, em conjunto com o corpo docente do curso, o sistema de avaliação dos alunos;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento do vestibular especial, em conjunto com o coordenador geral do Programa;
- Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados nos cursos do Programa;
- Acompanhar e supervisionar as atividades docentes, tais como, o Estágio Curricular Supervisionado, a Prática na Dimensão Docente, as Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais e Trabalhos de Conclusão de Curso;
- Solicitar dos docentes relatórios de atividades, com a finalidade de realizar a certificação do pagamento da bolsa;

- Auxiliar o coordenador geral na elaboração dos documentos solicitados pela IES e em outras atividades que se fizerem necessárias;
- Manter o coordenador geral informado sobre o andamento e desenvolvimento do curso sob sua coordenação.

6.4 Coordenação Geral do Programa

A Coordenadora Geral do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, Profa. Dra. Diana Barreto Costa, graduou-se em Letras Habilitação Português-Inglês (Licenciatura Plena), pela Unidade de Estudos de Educação de Imperatriz/UEMA, em 1994, e tem Mestrado e Doutorado em Ciências da Educação. É professora efetiva com Dedicção Exclusiva, pertence à classe Associada (D), é do Curso de Letras desde 2001, embora tenha incorporado os seis anos em que foi professora substituta do CESI-UEMA. O Curso de Letras Inglês é vinculado ao Centro de Ciências Humanas Sociais e Letras - CCHSL/UEMASUL. É aposentada como professora de Inglês do Ensino Médio da rede estadual. É advogada licenciada. Esteve Gestora da Unidade de Educação de Imperatriz (UREI), no ano de 2007. Foi Gestora Geral do Centro de Ensino Governador Archer, escola inclusiva estadual, no período de 2014 a 2016. Esteve Pró-Reitora de Planejamento e Administração, no período de 2017 a 2018, na UEMASUL. Integra os seguintes grupos de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Aplicada e Literaturas Anglófonas (GEPLALA) e o Grupo de Estudos em Práticas Educativas e Formação de Professores (GEPEFP), portanto, desenvolve pesquisas sobre Literaturas de Língua Inglesa, ensino-aprendizagem de Língua Inglesa, formação docente, direitos humanos, políticas públicas, escola pública e qualidade na educação. Está no exercício da função desde o princípio, ou seja, janeiro 2022.

Atribuições da coordenação geral

- Articular e apresentar o quadro de oferta de turmas especiais nos municípios da área de abrangência da IES;
- Coordenar, promover e acompanhar as atividades acadêmicas e pedagógicas bem como realizar, em conjunto com o coordenador pedagógico e com os coordenadores de curso, a adequação do projeto pedagógico às especificidades dos alunos selecionados para turmas especiais;
- Elaborar e apresentar os documentos e relatórios solicitados pela IES referentes ao

programa;

- Participar, quando convocado, de reuniões, seminários ou quaisquer outros tipos de eventos organizados pela IES relativos ao programa;
- Responsabilizar-se por manter atualizados os dados das turmas especiais ofertadas pela IES no âmbito do programa;
- Manter arquivados na IES a documentação relativa aos cursos e de todos bolsistas do programa;
- Solicitar ao coordenador pedagógico, financeiro e de curso relatório de atividades para

garantir recebimento da bolsa.

6.5 Coordenação de Centro

O Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras (CCHSL) está sob a direção do Prof. Dr. Francisco de Assis Carvalho Almada (2022 a 2025). Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1990), Mestre em Ciências da Educação pelo Instituto Pedagógico Latinoamericano Y Caribeño - Havana Cuba (1999) e em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (2005), e Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista - Campus de Marília (2011).

O Prof. Dr. Francisco Almada compõe o quadro docente da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), Campus Imperatriz, como professor Adjunto IV e da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Imperatriz, como professor Adjunto I. Ele é também professor permanente do Programa de Pós-Graduação Formação Docente em Práticas Educativas (PPGFOPRED) do Campus de Imperatriz da Universidade Federal do Maranhão. Possui experiência na área de Didática, Fundamentos Educacionais e Pesquisa Educacional. Na qualidade de diretor do CCHSL preside o Conselho de Centro (CONSEN).

O CONSEN é responsável pela coordenação e integração das atividades dos diversos cursos do centro. Tem função consultiva e deliberativa, e suas competências são definidas em regimento próprio. Compõem o Conselho de Centro: Diretor(a) de Centro, como presidente; Diretores de Cursos de Graduação e coordenadores de cursos de pós-graduação vinculados ao Centro; Um representante do corpo técnico-administrativo; Dois representantes do corpo discente do Centro.

As atribuições do Conselho de Centro são:

- Aprovar diretrizes para a elaboração do orçamento anual do Centro, estabelecendo

prioridades para a aplicação dos recursos;

- Aprovar o relatório anual do Centro;
- Aprovar diretrizes e propostas de ações sobre assuntos de ordem acadêmica;
- Promover a articulação e compatibilização das atividades e planos de trabalhos acadêmicos do Centro;
- Estabelecer, em consonância com as diretrizes do Conselho Universitário da Universidade, instruções e regulamentos a que os órgãos de programação e execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Centro devam submeter-se;
- Avaliar o desempenho global do Centro;
- Deliberar sobre a realização de concursos para a carreira do Magistério Superior, em todas as suas etapas, na forma prevista no Regimento Geral da Universidade e em observância às diretrizes do Conselho Acadêmico;
- Avaliar, no âmbito do Centro, das políticas de desenvolvimento de pessoal adotadas pela universidade;
- Pronunciar-se sobre pedidos de remoção de ocupantes de cargos da carreira do Magistério Superior e de pessoal técnico-administrativo;
- Homologar os nomes escolhidos pela comunidade acadêmica para nomeação, pela autoridade competente, do(a) Diretor(a) do Centro;
- Julgar os recursos de sua competência;
- Manifestar-se sobre qualquer matéria da competência do(a) Diretor(a), quando por ele solicitado;
- Elaborar e modificar o Regimento do Centro, submetendo-o à aprovação do Conselho Universitário;
- Criar, conforme as necessidades do Centro, comissões especiais para tratar de questões de planejamento e de acompanhamento de atividades administrativas e acadêmicas;
- Decidir sobre matéria omissa em seu Regimento.

6.6 Conselho do Programa

O Conselho do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão é órgão colegiado de função normativa, deliberativa, consultiva e de planejamento acadêmico dos Cursos de Licenciatura em Letras, Pedagogia, Ciências Biológicas, Matemática e Geografia do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, em associação aos Órgãos Complementares

(Núcleo Docente Estruturante e Colegiado de Curso) definidos por legislação específica.

O Conselho do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão possui Regimento Interno próprio com base na Resolução nº. 185/2022 – CONSUN/UEMASUL e é presidido pela Coordenação Geral do Programa, e composto pela Coordenação Pedagógica, Coordenações de Curso, Coordenador Financeiro, Secretário Acadêmico, Bibliotecário e Assessora Pedagógica, conforme Portaria nº. 95/2024 – PROGESA/UEMASUL.

Compete ao Conselho do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL:

- I - estabelecer diretrizes para o funcionamento do Programa;
- II - acompanhar o funcionamento didático e administrativo do Programa;
- III - elaborar seu Regimento Interno;
- IV - acompanhar as propostas do NDE com respeito ao Projeto Pedagógico do Curso, alterações da estrutura curricular, disciplinas obrigatórias e optativas integrantes do currículo, com respectivas ementas, carga horária e condições para integralização do curso;
- V- definir o regulamento de estágios, atividades complementares, atividades assíncronas e trabalhos de conclusão de curso;
- VI - acompanhar a seleção de docentes para o Programa;
- VII - acompanhar os requerimentos e recursos acadêmicos, disciplinares e administrativos dos alunos e dos docentes;
- VIII - acompanhar a reoferta de disciplinas;
- IX - deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo e jubramento de alunos;
- X - acompanhar os atos das Coordenações de Curso;
- XI - julgar, em grau de recurso, as decisões das Coordenações de Curso;
- XII - opinar e decidir sobre sugestões de docentes, que envolvam assuntos de interesse dos Cursos;
- XIII - aprovar o calendário acadêmico;
- XIV - opinar e deliberar sobre outras matérias que lhe forem atribuídas, bem como sobre casos omissos que se situem na esfera de sua competência.

6.6 Gestão Acadêmica do curso e o processo de avaliação interna e externa

O processo avaliativo, composto tanto pela avaliação interna, quanto externa, são

constituídos por um sistema que permite a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando a coerência conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos serviços realizados. Deve ser concebido e executado, a partir de indicadores estabelecidos pelos entes de avaliação, de forma autônoma e integral, contemplando as particularidades da instituição. Esse é um processo que guarda similitude com o SINAES, constituindo indicadores que buscam a excelência da instituição.

No caso da avaliação externa com visita in loco está estabelecida pela Lei n.º 10.861/2004, e é realizada pelo CEE, na qual as dimensões inseridas neste processo se baseiam em três dimensões, à luz do SINAES: a) Organização didático-pedagógica; b) Corpo docente e tutorial; c) Infraestrutura.

Após as visitas in loco, o CEE emite relatório e parecer com base em indicadores de qualidade estabelecidos no instrumento de avaliação dos cursos de graduação do INEP, que se tornam ferramentas de gestão e subsidiam ações e atividades no âmbito do curso.

O curso será avaliado, trienalmente, pelo Ministério da Educação (MEC) através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) que objetiva averiguar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos previstos nas diretrizes curriculares nacionais para o curso de Geografia, usando como parâmetros também o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a qualificação do corpo docente, a percepção do estudante sobre o processo formativo e o valor agregado pelo processo formativo oferecido pelo curso.

A UEMASUL conta com um Procurador Institucional (PI) responsável pelo enquadramento dos cursos a serem avaliados, junto ao MEC, e juntamente com a Coordenadoria de Avaliação Instrucional (CAI) auxiliam a coordenação do curso no preenchimento dos dados, sensibilização dos(as) discentes para preenchimento do questionário e realização da prova obedecendo o calendário do ENADE do ano em avaliação.

6.7 Coordenação Administrativa e Pedagógica

O Programa de Formação de Professores da UEMASUL desenvolverá suas atividades a partir do trabalho específico de cada profissional colaborando para execução das atividades, com as seguintes funções:

- a) Coordenador(a) geral;
- b) Secretário(a) do coordenador geral;
- c) Coordenador(a) pedagógico;
- d) Coordenador(a) financeiro;

- e) Secretário(a) acadêmica;
- f) Coordenador(a) de Curso;
- g) Coordenador(a) de Unidade Avançada;
- h) Secretário(a) de Unidade Avançada;
- i) Assistente Social de Unidade Avançada;
- j) Técnico de Informática de Unidade Avançada.

A equipe que integra o Programa de Formação Docente terá as seguintes atribuições:

Equipe composta por uma Coordenação Geral, uma Coordenação Pedagógica e uma Coordenação de Curso. Com as atribuições de coordenar, promover e acompanhar as atividades acadêmicas, administrativas e pedagógicas dos cursos.

A - Coordenador(a) Geral

- Articular e apresentar o quadro de oferta de turmas especiais nos municípios da área de abrangência da IES;
- Coordenar, promover e acompanhar as atividades acadêmicas e pedagógicas bem como realizar, em conjunto com o coordenador pedagógico e com os coordenadores de curso, a adequação do projeto pedagógico às especificidades dos alunos selecionados para turmas especiais;
- Elaborar e apresentar os documentos e relatórios solicitados pela IES referentes ao Programa;
- Participar, quando convocado, de reuniões, seminários ou quaisquer outros tipos de eventos organizados pela IES relativos ao Programa;
- Responsabilizar-se por manter atualizados os dados das turmas especiais ofertadas pela IES no âmbito do Programa;
- Manter arquivados na IES a documentação relativa aos cursos e de todos bolsistas do Programa
- Solicitar ao coordenador pedagógico, financeiro e de curso relatório de atividades para garantir recebimento da bolsa;

B - Secretário(a) do(a) coordenador(a) geral

- Auxiliar o coordenador geral no desenvolvimento das atividades descritas no item anterior.

C - Coordenador(a) pedagógico(a)

- Acompanhar a execução do calendário letivo;
- Acompanhar a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso – PPC;
- Garantir a realização semanal do horário de trabalho pedagógico coletivo;
- Organizar encontros de formação e planejamento docente;
- Coordenar a organização do material didático-pedagógico do programa;
- Acompanhar o atendimento individual aos docentes;
- Fornecer base teórica para nortear a reflexão sobre as práticas;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos, em conjunto com o coordenador geral do Programa na IES;
- Auxiliar o coordenador geral na elaboração dos documentos solicitados pela IES e em outras atividades que se fizerem necessárias.

D - Secretário(a) Acadêmico(a)

- Acompanhar, registrar e manter atualizado o controle acadêmico de todos os discentes matriculados em todos os cursos das Unidades Avançadas;
- Viabilizar a liberação das disciplinas no sistema acadêmico;
- Colaborar com os coordenadores de cursos e coordenador(a) pedagógico quanto às solicitações sobre o SIGAA;
- Acompanhar a atualização dos programas e/ou ementas das disciplinas ministradas na Unidade;
- Coordenar o arquivo dos discentes ingressantes, assim como a manutenção e desenvolvimento dos arquivos;
- Coordenar as atividades de registro de resultados da avaliação dos segmentos discentes, sendo o elo do programa com a coordenação de ensino e aprendizagem;
- Desenvolver outras atividades dentro de sua área de atuação.

F - Secretário(a) da Unidade Avançada

Auxiliar nas atividades do(a) coordenador(a) local.

G - Assistente da Unidade Avançada



Auxiliar nas atividades do(a) coordenador(a) local.

H - Assistente Técnico de Informática

Auxiliar nas atividades que envolve as tecnologias da Unidade Avançada.

7 CORPO DOCENTE

O Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa dispõe, para o seu funcionamento, de professores qualificados para atender às exigências da formação do licenciando e os conteúdos curriculares do Curso são ministrados pelos professores do Curso de Letras da Uemasul e/ou aqueles que passaram pelo processo seletivo do programa. As disciplinas do núcleo comum são ministradas por professores do Curso de Pedagogia.

O corpo docente do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Programa Caminhos do Sertão da UEMASUL atende aos requisitos mínimos de titulação e regime de trabalho, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e com o Decreto nº 5.786, de 24 de maio de 2006, e tem como atribuição:

O docente que atuará no programa desenvolverá as seguintes atividades:

- Planejar as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas;
- Adequar conteúdos, metodologias e materiais didáticos, bem como, as referências utilizadas para o desenvolvimento da (s) disciplina (s);
- Participar, quando convocado, de reuniões, seminários, formação ou quaisquer outros tipos de eventos organizados pela IES relativos ao Programa;
- Desenvolver as atividades das disciplinas, conforme os recursos e metodologias previstos no projeto político-pedagógico dos cursos ofertados no âmbito do Programa;
- Realizar as avaliações dos alunos conforme o PPC do curso;
- Apresentar ao coordenador de curso, sempre que solicitado, relatórios do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da disciplina;
- Colaborar, promover ou desenvolver pesquisas relacionadas ao Programa;
- Auxiliar o coordenador geral, de curso ou local na elaboração dos documentos solicitados pela IES e em outras atividades que se fizerem necessárias;
- Manter atualizado o registro de frequência e notas no SIGAA.

7.1 Titulação e formação docente

O corpo docente do Programa será composto preferencialmente, por professores do quadro efetivo da UEMASUL e em caso de necessidade, será aberto processo seletivo para a contratação de professores, conforme a demanda. Tendo em vista atender às Diretrizes da Educação Superior, o corpo docente do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do

Caminhos do Sertão da UEMASUL é formado por Especialistas, Mestres e Doutores/as, sendo parte deste contingente os integrantes do quadro efetivo e temporário/seletivo da UEMASUL. As vagas excedentes são preenchidas por meio do seletivo de provimento de cargo para vagas para professores com titulação, no mínimo, especialista, e como um dos requisitos para a inscrição é a experiência em docência no ensino superior e educação básica.

Esses docentes serão responsáveis pela elaboração do Plano de Ensino de suas disciplinas, antes da instalação dos módulos, atendendo às Diretrizes do PPC. A escolha dos professores do quadro efetivo ou do quadro temporário para ministrar as disciplinas no Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Caminhos do Sertão leva em consideração a formação acadêmica e/ou a linha de pesquisa adotada pelo docente durante a pós-graduação. Essa tomada de decisão proporciona alocar os docentes em disciplinas que lhes facilita, no decorrer do curso, ministrar conteúdo da base curricular focando no desenvolvimento científico e incentivando a produção de conhecimento, levando em consideração o perfil e contexto social de cada discente.

A seleção de provimento de vagas para docentes externos busca suprir a vacância por meio de docentes que já tenham experiência em docência no ensino superior. Além da experiência, esse docente deverá estar apto a promover a disciplina de modo que desenvolva nos discentes, de forma individual ou em grupos, o desejo pela produção científica e cultural. O docente que atuará no programa desenvolverá as seguintes atividades:

- Planejar as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas;
- Adequar conteúdos, metodologias e materiais didáticos, bem como, as referências utilizadas para o desenvolvimento da (s) disciplina (s);
- Participar, quando convocado, de reuniões, seminários, formação ou quaisquer outros tipos de eventos organizados pela IES relativos ao Programa;
- Desenvolver as atividades das disciplinas, conforme os recursos e metodologias previstos no projeto político-pedagógico dos cursos ofertados no âmbito do Programa;
- Realizar as avaliações dos alunos conforme o PPC do curso;
- Apresentar ao coordenador de curso, sempre que solicitado, relatórios do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da disciplina;
- Colaborar, promover ou desenvolver pesquisas relacionadas ao Programa;
- Auxiliar o coordenador geral, de curso ou local na elaboração dos documentos

solicitados pela IES e em outras atividades que se fizerem necessárias;

- Manter atualizado o registro de frequência e notas no SIGAA.

O corpo docente do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa é constituído por mestres e doutores efetivos, com ampla experiência na Educação Básica e Superior. A seguir, são apresentadas informações sobre o corpo docente:

Tabela 10 - Corpo docente, regime de trabalho, titulação e experiência profissional.

Docente	Regime de Trabalho	Titulação	Área de Ensino
Mônica Assunção Mourão	TIDE	Mestre	Teoria da Literatura
Marcia Suanny Dias Cavalcante	TIDE	Doutora	Língua Portuguesa e Ensino
Elizabete Rocha de Sousa Lima	40H	Doutora	Estágio, Linguística Aplicada e Língua Inglesa
Lilian Castelo Branco de Lima	40H	Doutora	Teoria da Literatura
Orleane Evangellista Santana	40H	Doutora	Linguística
Gabriela Guimarães Jerônimo	TIDE	Doutora	Linguística
Rute Chaves Pires	40H	Mestre	Teoria da Literatura
Wemylla Almeida de Jesus	40H	Doutora	Linguística, Análise do Discurso
Ilza Léia Ramos Arouche	TIDE	Doutora	Linguística Aplicada e Língua Inglesa

7.2 Regime de trabalho docente

O corpo docente do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa é composto por 4 (quatro) docentes com dedicação exclusiva (TIDE), 5 (cinco) docentes com 40h. Todos eles ministram aulas na graduação, dos quais 5 (cinco) docentes também ministram aulas na pós-graduação *lato sensu* e 05 (cinco) já atuaram ou atuam no ensino na educação básica. Além disso, possuem projetos de iniciação científica com bolsistas e voluntários, bem como projetos de extensão aprovados.

Alguns docentes já exerceram ou exercem função administrativa na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, tais como, direção de Centro, direção de Curso, coordenação de pesquisa, vice-reitor. Outros docentes são membros do Comitê de Pesquisa, coordenadores e membros de grupo de pesquisa registrado no CNPq. Por fim, todos os docentes já publicaram artigos ou livros em periódicos nacionais e internacionais.

7.3 Produção acadêmica

O corpo docente do Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Caminhos do Sertão possui projetos de iniciação científica com bolsistas, projetos de extensão, alguns já exerceram ou exercem função administrativa na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão.

Os docentes participam da organização de eventos na Universidade como um todo e no curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 11 - Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica do Corpo Docente do Curso de Letras Língua Portuguesa Licenciatura do Programa Caminhos do Sertão/UEMASUL, no período de 2021 a 2023.

DOCENTES	Produção Acadêmica (2021 a 2023)		
	Artigos	Capítulos de livros	Outra
Mônica Assunção Mourão	5 (cinco)	1 (um)	1 (um) organização de livro
Marcia Suanny Dias Cavalcante	5 (cinco)	-	1 (um) organização de congresso
Elizabete Rocha de Sousa Lima	-	-	1 (um) organização de congresso
Lilian Castelo Branco de Lima	16 (dezesesseis)	8 (oito)	-
Orleane Evangellista Santana	4 (quatro)	-	2 (um) organização de livro
Gabriela Guimarães Jerônimo	2 (dois)	3 (três)	4 (quatro) organização de congresso
Rute Chaves Pires	-	1 (um)	-
Wemylla Almeida de Jesus	1 (um)	-	-
Ilza Léia Ramos Arouche	5 (cinco)	3 (três)	3 (três) organização de congresso
TOTAL	33	16	11

8 INFRAESTRUTURA

8.1 Salas de aula

A estrutura de salas de aula são garantidas pelas prefeituras municipais através da assinatura de acordo de cooperação que visa garantir a disponibilidade de infraestrutura compatível com as atividades acadêmicas dos cursos, sendo organizada para atender às atividades da gestão educacional, dos serviços administrativos e do desenvolvimento pedagógico do Programa.

Dessa maneira, os municípios garantem a cessão de 05 (cinco) salas de aula com refrigeração e mobiliário de carteiras e mesas para o funcionamento das aulas. Como também a cessão de 02 (dois) espaços com refrigeração e mobiliário para funcionamento da equipe de apoio da Unidade Avançada do programa, sala de informática e biblioteca. Os laboratórios de informática com acesso à internet devem garantir o acesso dos discentes ao SIGAA e ao acervo da biblioteca virtual da Universidade.

8.2 Espaço de trabalho para o Coordenador do Curso

A coordenação de curso tem como base de funcionamento a UEMASUL, campus de Imperatriz, exerce suas funções no mesmo local de trabalho de todos os diretores de curso do Caminhos do Sertão. O prédio II do campus central da Uemasul disponibiliza uma sala ampla, climatizada e bem iluminada com espaço amplo para acolher todas coordenações dos cursos ofertados no programa Caminhos do Sertão. Nessa sala dispõe de quadro de avisos, mesa com amplo espaço para reunião, internet e impressora para uso dos diretores de curso, direção geral, coordenação pedagógica e secretários, além de uma mesa de trabalho individual com cadeira e com computador desktop que atende às necessidades acadêmico-administrativas do trabalho.

Esse espaço proporciona um ambiente para que cada coordenador possa receber integrantes do corpo docente e alunos do programa Caminhos do Sertão, dando mais comodidade aos coordenadores de curso. para reuniões de trabalho, encontros pedagógicos e despachos durante a semana e nos finais de semana a equipe faz o acompanhamento das Unidades Avançadas junto ao coordenador, docentes e discentes de acordo com seu curso pelo whatsapp e/ou ligações caso tenha grande necessidade. E semestralmente se desloca até as Unidades Avançadas para as visitas de acompanhamento.

8.2.1 Coordenações Locais

Cada Unidade Avançada possui uma equipe que totaliza 04 pessoas, composta por um(a) Coordenador(a), um(a) secretário(a), um(a) assistente e um(a) orientador(a) psicossocial que visam atender as demandas das Unidades Avançadas *in loco*.

8.3 Sala coletiva de professores

A sala coletiva de professores contempla em cada uma das Unidades Avançadas os professores dos cinco cursos ofertados pelo Programa Caminhos do Sertão, Ciências Biológicas, Geografia, Matemáticas, Letras e Pedagogia. O espaço contempla uma mesa grande de trabalho, com cadeiras confortáveis e apropriadas para a execução do mesmo, ar-condicionado e armário para armazenamento de pertences. Tais componentes e configuração da sala permitem o desenvolvimento adequado das atividades acadêmicas, incluindo iluminação, dimensionamento, acústica, acesso à internet, limpeza, climatização, acessibilidade, conservação e comodidade.

Além disso, há na UEMASUL campus Imperatriz uma sala coletiva de professores de uso comum a todos os docentes da universidade. O espaço contempla uma mesa grande de trabalho, com cadeiras confortáveis e apropriadas para a execução do mesmo, ar-condicionado, sofá, armário para armazenamento de pertences, estação de trabalho com um computador desktop e televisão. Tais componentes e configuração da sala permitem o desenvolvimento adequado das atividades acadêmicas, incluindo iluminação, dimensionamento, acústica, acesso à internet, limpeza, climatização, acessibilidade, conservação e comodidade.

8.4 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

O Laboratório de Informática disponível ao curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa e possibilita acesso dos discentes a condutas técnicas e científicas, com equipamentos suficientes para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, velocidade de acesso à internet, política de atualização de equipamentos e softwares, bom dimensionamento, limpeza, iluminação,

Além disso os docentes e discentes do Programa Caminhos do Sertão fazem uso do sistema SIGAA para diversas atividades acadêmicas, fazem uso do sistema para visualização de notas, histórico, relatórios da situação acadêmica, acessam os planos dos professores, assim como as atividades assíncronas. No SIGAA os alunos acessam também a biblioteca virtual

pearson, durante suas pesquisas nas aulas caso seja necessário, pois as Unidades Avançadas dispõem de rede Wi-fi para esse fim estudantil.

8.5 Bibliografia básica e Bibliografia complementar por unidade curricular (UC)

Em cada uma das unidades avançadas dispõe-se uma biblioteca física com um acervo de (quantidade) que atende a comunidade acadêmica dos cursos do programa Caminhos do Sertão. Esse acervo está disponível para empréstimo, durante alguns dias úteis, incluindo todos os finais de semanas. Para realizar o empréstimo os discentes do programa devem estar devidamente identificados. O acervo está devidamente tombado.

Além da biblioteca física, a comunidade acadêmica tem a sua disposição um acervo virtual, obtido via contrato selado entre o Uemasul e Biblioteca Virtual Pearson. Assim, os discentes têm a sua disposição mais de 4.000 (quatro mil) títulos de livros em diversas áreas, e 30.732 (trinta mil e setecentos e trinta e dois) exemplares de livros e mais 16 (dezesesseis) editoras cadastradas. O acesso a essa bibliografia é feita via SIGAA com um auxílio de um e-mail institucional com domínio da Uemasul, onde esse e-mail é gerado no momento da matrícula. Assim, como cada unidade avançada possui internet via Wi-fi livre para toda a comunidade, garante-se o acesso integral e irrestrito a toda a comunidade acadêmica do programa Caminhos do Sertão.

A Bibliografia Complementar das disciplinas do Curso, assim como a Básica, foi pensada de modo a contemplar livros da biblioteca física e da biblioteca virtual, tal como estabelecido na Estrutura Curricular do Curso.

8.6 Laboratórios didáticos de formação básica

O curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa do Programa Caminhos do Sertão utiliza como laboratório didático de formação básica o Laboratório de Línguas localizado no campus da UEMASUL de Imperatriz, este espaço é destinado para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços relacionados ao ensino de língua materna, que está sediado no Campus de Imperatriz, este está em conformidade com as DCNs, permite a abordagem dos diferentes aspectos do processo de ensino-aprendizagem, atendendo ao PPC do curso para algumas disciplinas específicas do curso. Este laboratório possui recursos e insumos necessários para atender à demanda, conferindo conforto aos discentes. São seguidas normas de funcionamento, utilização e segurança deste espaço.

Para realizar atividade nos laboratórios, os professores das disciplinas ofertadas no curso, formalizam, com antecedência, na construção do plano de ensino, a necessidade de utilização de laboratórios no decorrer da disciplina. Após a formalização, a FSADU juntamente com as prefeituras das cidades onde estão localizadas as unidades avançadas, fornecem um transporte confortável, com cobertura de seguro e sem nenhum custo para todos os estudantes, possibilitando o deslocamento dos mesmo até a um dos campus da UEMASUL.

8.7 Laboratórios didáticos de formação específica

Os discentes do curso de Letras do Programa Caminhos do Sertão, têm disponíveis para uso os laboratórios didáticos de formação específica da UEMASUL, Campus Imperatriz. Os Laboratórios Didáticos de Formação Específica estão em conformidade com as DCNs, permitem a abordagem dos diferentes aspectos do processo de ensino aprendizagem, possibilitando aos discentes a aquisição de experiências práticas relacionadas ao conteúdo específico do seu curso. Estes laboratórios atendem às demandas do PPC do curso, para disciplinas das mais diferentes áreas, possuindo recursos e insumos necessários para atender as demandas acadêmicas, além de conferir conforto aos discentes. Além disso, são seguidas normas específicas de funcionamento, utilização e segurança em cada um destes espaços. São estes os laboratórios de formação específica:

1. NELLI (Núcleo de Estudos Literários e Linguísticos), espaço que abriga todos os projetos de pesquisa dos professores-pesquisadores e alunos;
2. NUPEEL (Núcleo Permanente de Ensino e Extensão de Letras), espaço que reúne todos os projetos de ensino e de extensão, propostos pelos professores-extensionistas, pesquisadores e alunos dos Cursos de Letras Português e Literaturas;
3. Laboratório de Cinema e Mídias Digitais, espaço de experimento dos aspectos metodológicos e práticos do uso do cinema, mídias digitais na sala de aula;
4. CEDOM (Centro de Documentação e Memória da Região Tocantina), espaço que congrega projetos de pesquisa dos professores-pesquisadores e alunos;
5. Laboratório de Línguas, espaço destinado para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços relacionados ao ensino de língua materna;
6. Laboratório de Informática, equipado com uma média de 20 (vinte) computadores para aulas, estudos e pesquisas diversas;



Importante ressaltar que, todos os laboratórios estão em conformidade com as DCNs e permitem a abordagem dos diferentes aspectos do processo de ensino aprendizagem, possibilitando aos discentes a aquisição de experiências práticas relacionadas ao conteúdo específico do seu curso.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Alencar Viana. **A região de influência de Imperatriz-MA: estudo da polarização de uma capital regional, destacando a regionalização dos serviços públicos de saúde.** 2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Perfil dos Municípios Maranhenses. Indicadores Socioeconômicos e Demográficos, 2013.

BENEVIDES, M. G. **Os direitos humanos das mulheres: transformações institucionais, jurídicas e normativas no Brasil.** Fortaleza: EdUECE, 2016.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 23/12/1996.

_____. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 10/1/2001, Página 1.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 – Brasília, 2002, Pág. 23.

_____. **Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2002.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de abr. 2004.

_____. **Decreto Federal nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005, seção 1.

_____. **Decreto nº 5. 626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.

_____. **Resolução nº 1 de 02/02/2004.** Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Graduação em Administração. Brasília, 02 de fevereiro de 2004.

_____. **Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007.** Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

_____. **Lei 11.645, de 08 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de

dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 08 mar. de 2008.

_____. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 10 de março de 2008.

_____. **Decreto legislativo nº 186, de 2008.** Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília DF, 10 jul. 2008. Seção 1, Edição 131, p. 1.

_____. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 de set. 2008.

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** 4. ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2011.

_____. **Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 27 de dezembro de 2012

_____. **Resolução CNE/CP 1/2015.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 de janeiro de 2015 – Seção 1 – pp.11-12.

_____. **Lei nº 13.146/2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Casa Civil, 2015.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2018. Rio de Janeiro: IBGE.

_____. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018** - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, 18 de dezembro de 2018.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 02 de 04/10/1993 – CEE/MA.** Ato de criação do Curso de Bacharelado em Administração da Universidade Estadual do Maranhão – Centro de Estudos Superiores de Imperatriz. São Luís, 04 de outubro de 1993.

_____. **Lei nº. 7.321, de 13 de junho de 1985.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7321.htm. Acesso em: 20 de dezembro de 2020.



_____. **Lei n.º 4.769/1965.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4769.htm. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

MARANHÃO. Lei n.º 9.279 de 20 de outubro de 2010. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema Estadual de Educação Ambiental do Maranhão. Diário Oficial do Maranhão, São Luís, 2010.

_____. **Projeto de Lei n.º 181, de 04 de outubro de 2016.** Que Dispõe sobre a criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, com sede na cidade de Imperatriz. Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, São Luís, 04 de out. 2016

_____. **Lei Ordinária n.º 10.525, de 3 de novembro de 2016.** Dispõe sobre a criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL com sede na cidade de Imperatriz. São Luís, 3 de novembro de 2016.

_____. **Decreto Estadual n.º 32.397, de 11 de novembro de 2016.** Que designa a Comissão de Transição e Instalação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. Diário Oficial do Maranhão, São Luís – MA, 2016.

_____. **Lei Estadual n.º 10.558, de 06 de março de 2017.** Que dispõe sobre a organização administrativa da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), criação de cargos em comissão, e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 10.796, de 01 de março de 2018.** Aprova o Plano Estadual de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial do Maranhão, São Luís, 2018.

_____. **Lei Ordinária n.º 10.880, de 05 de julho de 2018.** Que cria o Centro de Ciências da Saúde – CCS na estrutura organizacional da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL – Campos Imperatriz, altera a Lei n.º 10.558, de 6 de março de 2017, e dá outras providências. São Luís, 05 de julho de 2018.

_____. **Resolução n.º 63/2019- CEE/MA.** Estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental no Sistema de Ensino do Estado do Maranhão. São Luís, 07 de abril de 2019.

_____. **Resolução n.º 109/2018-CEE/MA.** Estabelece normas para a Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão e dá outras providências. São Luís, 17 de maio de 2018.

_____. **Resolução n.º 166/20220 CEE/MA.** Estabelece orientações complementares à implementação das Diretrizes para Extensão Universitária nas instituições de ensino superior pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino do Maranhão, a partir das normas prescritas na Resolução CNE/CES n.º 7/2018 e regulamenta o processo de avaliação com fulcro nessa Resolução e na Resolução n.º 109/2018 – CEE/MA. São Luís, 01 de outubro de 2020.

_____. **Decreto Estadual nº 32.396 de 16 de março de 2020**. Que dispõe sobre a suspensão, por 15 dias, das aulas presenciais nas unidades de ensino da rede estadual de educação, do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, nas instituições de ensino das redes municipais e nas escolas e instituições de ensino superior da rede privada localizadas no Estado do Maranhão. Diário Oficial do Maranhão, São Luís – MA, 2020.

DOURADO, L.F. A Conferência Nacional de Educação e a Construção de Políticas de Estado. In. FRANÇA, M. e MOMO, M. (Orgs). **Processo Democrático participativo. A construção do PNE**. São Paulo: Mercado das Letras, 2015.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Área de concentração: Geografia Humana) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008. 269 f.

FONSECA, S. **A Interferência do Modelo de Gestão no Projeto Pedagógico de Uma Instituição de Ensino Superior**: um estudo de caso. 2007. Tese (Doutorado em Educação: currículo) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOMES, J. B. **O Debate Constitucional sobre as ações afirmativas**. In: SANTOS, R. E.:

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS-IMESC. **Produto Interno Bruto do Estado do Maranhão: período 2010 a2017**. v.10, n.1, jan./dez. – São Luís: IMESC, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/acailandia/panorama>>. Acesso em: 04 dez 2019.

_____. **Regiões de influência das cidades 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Censoda educação superior 2018. Notas Estatísticas. Brasília, 2019.

GONÇALVES, D. B. **Gestão escolar e desenvolvimento regional: uma análise dos indicadores e da gestão escolar do Ensino Fundamental de Imperatriz MA**. Dissertação (Mestrado profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional) UNITAU, Taubaté-SP, 2015.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **ENSINO: As abordagens do Processo**. São Paulo: Editora, Pedagógica e Universitária Ltda, 1986.

SANCHES, E. **Enciclopédia de Imperatriz: 150 anos 1852-2002**. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

TEIXEIRA, A. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO. **Plano de desenvolvimento Institucional – PDI: 2017-2021**. UEMASUL: Imperatriz, 2017.

_____. **Decreto nº 32.396, de 11 de novembro de 2016b**. Define a Área de Abrangência da UEMASUL. Disponível em: Acesso em: 06 dez 2019

_____. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 02/2017**. Fixa normas para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC em rede Imperatriz-Açailândia. Imperatriz, 25 de maio de 2017.

_____. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 011/2017**. Institui o Programa de Bolsa Permanência da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL edá outras providências. Imperatriz, 01 de dezembro de 2017.

_____. **Resolução nº 012/2017 CONSUN/UEMASUL**. Institui o Núcleo Docente Estruturante no âmbito da Gestão Acadêmica dos cursos de graduação bacharelado – Licenciatura e Tecnólogo da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. Imperatriz, 28 ago. 2017.

_____. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 019/2017**. Aprova o Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação-CPA da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. Imperatriz, 28 de agosto de 2017.

_____. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 025/2017**. Dispõe sobre a regulamentação dahora-aula e horários de aula nos cursos de graduação presenciais da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL e dá outras providências. Açailândia, 07 dedezembro de 2017.

_____. **Projeto Pedagógico Institucional: PPI 2017/2021**. Pró-Reitoria de Gestão eSustentabilidade Acadêmica, PROGESA. Imperatriz, 2017.

_____. **Resolução nº 031/2018 CONSUN/UEMASUL**. Cria as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Licenciatura da Universidade Estadual da Região Tocantina (UEMASUL). Imperatriz, 13 jun. 2018.

_____. **Resolução nº 049/2018 - CONSUN/UEMASUL**, cria o Programa de Formação de Professores da Universidade Estadual a Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. 2018.

_____. **Resolução nº 053/2018 – CONSUN/UEMASUL**, aprova o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEXT. 2018.

_____. **Resolução nº 60/2018 CONSUN/UEMASUL**. Regulamenta o estágio não obrigatório

a discente do ensino superior, no âmbito da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL. Imperatriz, 11 de dezembro de 2018.

_____. **Resolução nº 62/2018 CONSUN/UEMASUL.** Disciplina a concessão demonitória a discentes do Ensino de Graduação no âmbito da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL e dá outras providências. Imperatriz, 12 de dezembro de 2018.

_____. **Resolução nº 078/2019 – CONSUN/UEMASUL,** aprova o Plano Institucional de Internacionalização da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. 2019.

_____. **Resolução nº 089/2019- CONSUN/UEMASUL.** Regulamenta a composição, atribuições e funcionamento do Conselho Estratégico Social da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – CONEST/UEMASUL. 2019.

_____. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 091/2019.** Altera a Resolução nº 011/2017–CONSUN/UEMASUL, de 15 de agosto de 2017, que Institui o Programa de Bolsa Permanência da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. Imperatriz, 15 de dezembro de 2019.

_____. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 093/2019.** Altera a Resolução nº 053/2018–CONSUN/UEMASUL, de 31 de agosto de 2018, que institui o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEXT/ UEMASUL. Imperatriz, 17 de dezembro de 2019.

_____. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 095/2019.** Altera a Resolução nº 018/2017–CONSUN/UEMASUL, de 15 de agosto de 2017, que institui o Programa Institucional de Bolsas de Extensão e Iniciação Científica – MAIS IDH/UEMASUL. Imperatriz, 19 de dezembro de 2019.

_____. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 097/2019.** Regulamenta a criação, reconhecimento, vinculação e funcionamento de Empresas Juniores no âmbito da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. Imperatriz, 17 de outubro de 2019.

_____. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 62/2018.** Disciplina a concessão de monitoria a discentes do Ensino de Graduação no âmbito da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL e dá outras providências. Imperatriz, 12 de dezembro de 2018.

_____. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 60/2018.** Regulamenta o estágio não obrigatório a discente do ensino superior, no âmbito da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL. Imperatriz, 11 de dezembro de 2018.

_____. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 040/2018.** Regulamenta o Estágio Curricular Supervisionado dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. Imperatriz, 14 de maio 2018.

_____. **Resolução CONSUN/UEMASUL Nº 029/2018.** Aprova normas da Política de Extensão da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. Imperatriz, 21 de março de 2018.

_____. **Resolução nº 065/2020 - CONSUN-UEMASUL**, estabelece a Metodologia para elaboração do Estatuto da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. 2018.

_____. **Resolução nº 103/2020- CONSUN/UEMASUL**, estabelecer ato normativo de colação de grau especial, excepcionalmente realizada por meio de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC, na da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. 2020.

_____. **Resolução nº 113/2020- CONSUN/UEMASUL**, altera a Resolução nº 65/2018 – CONSUN/UEMASUL sobre a elaboração do Estatuto da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. 2020.

_____. **Resolução nº 142/2021 - CONSUN/UEMASUL**,convoca a comunidade universitária para a eleição decomposição dalista tríplice para Reitor e Vice Reitor da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, e fixa data de sua realização. 2021.

_____. **Plano de desenvolvimento Institucional – PDI: 2022-2026.** UEMASUL: Imperatriz, 2022.

_____. **Resolução nº 166/2022 CONSUN/UEMASUL** - cria o Programa Institucional de Residência Profissional em Engenharias e Arquitetura da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. 2022.

_____. **Resolução nº185/2022 – CONSUN/UEMASUL.** Dispõe sobre o Regimento Geral do Ensino de Graduação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. Imperatriz, 30 de maio de 2022.

_____. **Resolução nº186/2022- CONSUN/UEMASUL.** Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL 2022-2026. Imperatriz, 30 de maio de 2022.

_____. **Resolução nº 216/2022 - CONSUN/UEMASUL.** Dispõe sobre a instituição e a regulamentação das atividades de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. Imperatriz, 30 de setembro de 2022.

_____. **Resolução nº 217/2022 - CONSUN/UEMASUL.** Cria o Programa de Acompanhamento dos Egressos dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão e estabelece suas políticas. . Imperatriz, 27 de outubro de 2022.

SOUSA, J. de M. **Enredos da dinâmica urbano-regional Sulmaranhense:** reflexões a partir da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz. 2015. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2015.

APÊNDICE A

INSTRUÇÃO NORMATIVA - Nº 001/2022 – PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO - PFFCS

A Coordenação Geral do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da UEMASUL, por meio da Coordenação Pedagógica, considerando a necessidade de regulamentar as atividades orientadas das aulas assíncronas.

RESOLVE:

Art. 1º Os componentes curriculares dos cursos de licenciatura do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da UEMASUL, terão 12 horas de sua carga horária de atividades assíncronas.

Art. 2º As atividades assíncronas devem ser visibilizadas no espaço via sistema acadêmico o cronograma da execução das atividades e enviado para e-mail da Coordenação de Curso dentro do prazo orientado, considerando o período do planejamento.

Art. 3º A distribuição das atividades dar-se á da seguinte forma:

I. para as disciplinas de 60 horas, serão desenvolvidas atividades assíncronas com um total de 12 horas considerando as necessidades das ações acadêmicas Pedagógicas e Científicas;

II. Poderá serem desenvolvidas com o objetivo de ajudar os Alunos/as no Seminário Acadêmico Formativo, bem como na construção do TCC.

Parágrafo Único. As atividades poderão ser individuais ou em grupos.

Art. 4º O registro no diário eletrônico das horas aulas das atividades assíncronas deverá ocorrer de acordo com a especificação expressa no cronograma de atividades.

Art. 5º As atividades orientadas deverão ser entregues da seguinte maneira:

I. No primeiro encontro de cada disciplina, o professor/a deverá apresentar o plano de ensino com a proposta de atividades assíncronas aos alunos, conforme as normas de graduação da UEMASUL, Resolução nº 185/2022- CONSUN-UEMASUL

II. As atividades assíncronas deverão ser desenvolvidas na vigência da disciplina.

§ 1º Todas as atividades orientadas deverão ser entregues, impreterivelmente, no prazo estabelecido pelo professor/a considerando os prazos de finalização dos diários.

Art. 6º O acompanhamento e sistematização de entrega pelo professor/a das atividades orientadas, deverá ser realizada pela Coordenação de Curso do Programa Caminhos do Sertão.

Art. 7º Os casos não previstos nesta Instrução deverão ser tratados diretamente pela



Coordenação Geral, Coordenação Pedagógica e Coordenações de Cursos.

Imperatriz/MA, 20 de setembro de 2022



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2022

Instrução Normativa sobre as Atividades Acadêmico-Científico- Culturais (AACCs) do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da UEMASUL.

Esta Instrução Normativa foi aprovada pelo Conselho do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da UEMASUL, constituído pela Portaria nº 032/2022 – PROGESA/UEMASUL e pelos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE's) dos cursos de Letras Língua Portuguesa, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Pedagogia, entrando em vigor nesta data.

Imperatriz – MA, 16 de Janeiro de 2023

ESP. CLEMILDA IZAIAS SANTOS

DRA. DIANA BARRETO COSTA

ME. ELZA RIBEIRO NETA

ME. GILVÂNIA QUEIROZ MADEIRA DE AGUIAR

DRA. GIOVANA ALVES

ME. IRACEMA ROCHA DA SILVA

ME. JEOVANIA OLIVEIRA LIMA

ESP. OZIANNE PINHEIRO DE SOUZA

ME. ROSANA SOUSA PEREIRA

ME. ZUILHO RODRIGUES CASTRO

APÊNDICE B

INSTRUÇÃO NORMATIVA SOBRE AS ATIVIDADES ACADÊMICO- CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACCs) DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO, DA UEMASUL.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Instrução Normativa (IN) tem por finalidade normatizar as Atividades Acadêmico-científico-culturais (AACCs) do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão.

§1º- O artigo 13 da Resolução CNE/CP Nº 2, de 19 de fevereiro de 2015, exige que o acadêmico apresente, pelo menos, duzentas horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais (AACCs).

§2º - A carga horária mínima exigida de AACCs corresponderá àquela definida no Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs) e nas respectivas matrizes curriculares.

Art. 2º - As AACCs podem ser desenvolvidas em qualquer fase do Curso e são integradas por atividades de ensino, pesquisa e extensão.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 3º - As AACCs têm como objetivo ampliar as possibilidades de formação e contribuir para a autonomia dos acadêmicos na construção de seu percurso de formação, respeitando-se o perfil profissiográfico pretendido, contido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

CAPÍTULO III

DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 4º - Entende-se por AACC as atividades ligadas à formação acadêmica do aluno, suplementares aos conteúdos ministrados nas disciplinas constantes do currículo pleno, em observância à modalidade do curso de graduação.

Art. 5º - As AACCs constituem-se em componente curricular que deve contemplar aspectos pertinentes à área de formação e/ou afins.

Art. 6º - As AACCs dos Cursos do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, de que trata esta IN serão organizadas contemplando, obrigatoriamente, as seguintes categorias:

- I - Atividades de ensino e iniciação à docência;



II - Atividades de pesquisa;

III - Atividades de extensão.

§ 1º - As atividades que integram as categorias previstas nos incisos deste artigo, com suas respectivas cargas horárias, estão elencadas no Apêndice A, deste regulamento.

§ 2º - Somente serão computadas as AACCs desenvolvidas durante o período de realização dos Cursos.

CAPÍTULO IV **DA CARGA HORÁRIA**

Art. 7º - As AACCs compreendem no mínimo **duzentas (200)** horas.

§ 1º - A carga horária total deve ser desenvolvida pelo estudante entre atividades de ensino e iniciação à docência, pesquisa e extensão.

§ 2º - Os Cursos criarão condições de oferta de eventos e/ou atividades acadêmico-científico-culturais, a cada período letivo, tais como: Jornada Integrativa, Seminário Temático, Encontro Regional do Programa, eventos culturais e outros, com vistas a possibilitar aos alunos o cumprimento das horas de atividades.

CAPÍTULO V **DOS PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO**

Art. 8º - As atribuições e os mecanismos para controle e registro interno das AACCs seguirão o disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 9º - O controle das AACCs será feito pelas coordenações dos referidos Cursos.

Parágrafo único – As coordenações das Unidades Avançadas receberão a documentação, previamente, para contabilização das horas das atividades antes de encaminhar às Coordenações de Cursos.

Art. 10 - O/A discente deverá enviar ao Coordenador de Unidade Avançada, o quantitativo das horas desenvolvidas, preenchendo o formulário correspondente e comprovando a participação nas atividades, com fotocópias dos documentos.

Parágrafo único - A documentação das atividades desenvolvidas deve ser entregue em data estabelecida pela Coordenação de Curso.

Art. 11 - Caberá à Coordenação de Curso, validar e atribuir carga horária correspondente, lançando-a no SIGAA, para efeito de registro e controle acadêmico, até 30 (trinta) dias antes do final do curso.

Art. 12 - As atividades cujos comprovantes forem remetidos pelos/as discentes serão submetidas à análise, da qual poderá resultar uma das seguintes conclusões:



I - Validação da atividade: quando houver aparente enquadramento da atividade, o documento comprobatório for adequado ou entendido como suficiente, e a atividade tiver sido realizada dentro do prazo estabelecido no art. 2º;

II - Recusa da atividade: quando houver aparente ou evidente descumprimento de qualquer dos aspectos avaliados, sejam eles formais (erro de enquadramento da atividade ou documentação comprobatória insuficiente) ou substanciais (documentação comprobatória não aceita como válida ou atividade fora do prazo).

a) Da decisão de recusa da atividade, o/a discente poderá, no caso de motivos formais, corrigir os equívocos ou complementar a documentação.

Art. 13 - Para controle e registro interno das AACCs, as Coordenações de Curso devem observar os seguintes procedimentos:

I - A carga horária referente à participação em atividades de **ensino e iniciação à docência, pesquisa e extensão, por meio de projetos**, será comprovada mediante declaração/certificado emitidos pelos respectivos responsáveis.

Parágrafo único - Somente será convalidada a participação em AACC que puder ser comprovada por atestado, declaração, certidão, certificado ou outro documento idôneo.

a) A apresentação de documento falso implicará em invalidação da pontuação correspondente e, se for o caso, reprovação do/a discente que agir de má fé visando obter vantagem indevida.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 - Como componente curricular, a AACC assume caráter obrigatório, devendo ser cumprida pelo estudante em conformidade a esta Instrução Normativa, como condição para a integralização do curso.

Art. 15 - As AACCs serão reconhecidas e registradas no histórico escolar pelo quantitativo de horas exigido em cada matriz curricular.

Parágrafo único - Os documentos deverão ser digitalizados e enviados em um único arquivo à Coordenação da Unidade Avançada e, posteriormente, após sua análise à Coordenação de Curso;

Art. 16 - As AACCs não podem ser aproveitadas para a concessão de dispensa de disciplinas integrantes da estrutura Curricular do Curso.

Art. 17 - Os documentos comprobatórios deverão ser arquivados nas nuvens, sob a responsabilidade da Coordenação de Curso, e compartilhados, *on line*, com a Coordenação



Pedagógica do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, após a integralização da carga horária total.

Art. 18 - A classificação das atividades bem como a indicação de carga horária estão organizadas em barema próprio, anexado a esta IN.

Parágrafo único - À critério do Colegiado de Curso, outras atividades poderão ser convalidadas como AACCC, desde que enquadradas nas categorias estabelecidas e que tenham relação com a área de formação e/ou afins.

Art. 19 - Os casos omissos serão resolvidos pelos Colegiados de Curso.

Art. 20 – Esta Instrução Normativa entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário sobre a mesma matéria.



APÊNDICE A – BAREMA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 01/2021 SOBRE AACCs

CÓD.	ATIVIDADE	PONTUAÇÃO	TIPO DE COMPROVANTE	LIMITETOTAL
ATIVIDADES DE ENSINO E INICIAÇÃO À DOCÊNCIA				
1	Participação em Monitoria como bolsista ou voluntário (12h semanais)	20h por semestre	Certificado expedido pela DEM	60h
2	Estágio não obrigatório na área de formação ou afins, com carga de pelo menos 20 h semanais.	20h por semestre	Declaração e Relatório das atividades realizadas	80h
3	Iniciação à docência (PIBID, RP ou outro Programa). Atividades de ensino, ou outras ações educativas realizadas no âmbito do Programa	20h por semestre	Declaração do orientador, com período e carga horária	80 h
4	Disciplina que não pertence à matriz curricular do Curso. Podem ser realizadas em outros Cursos de graduação desta universidade ou de outras IES.	15h por semestre	Apresentação de histórico escolar ou declaração da IES, atestando a aprovação, anexando o programa da disciplina.	-
5	Participação em Cursos adicionais na área de Educação, ou áreas de interesse do curso, na Uemasul ou outra Instituição	40h por semestre	Certificado ou Declaração	-
6	Ministrar minicurso ou oficina em eventos com carga horária mínima de 2 horas na área de graduação ou afins.	5h por atividade	Certificado ou Atestado fornecido pela organização do evento	-
7	Prática Profissional (trabalho remunerado na área de atuação do Curso).	20h por semestre	Contrato de trabalho, carteira de trabalho ou declaração apresentada pelo responsável, constando o tempo de trabalho, cargo e/ou atividades realizadas.	60h



CÓD.	ATIVIDADE	PONTUAÇÃO	TIPO DE COMPROVANTE	LIMITE TOTAL
ATIVIDADES DE EXTENSÃO (ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAL E TÉCNICO-ADMINISTRATIVAS)				
8	Participação em Projetos e Programas de Extensão como aluno bolsista ou voluntário.	20h por semestre	Documento comprobatório expedido pelo órgão responsável	80h
9	Organização de eventos acadêmicos ou científicos	5h por evento	Certificado	-
10	Participação, como OUVINTE. em eventos Científico- culturais.	5h por dia de evento	Certificado	-
11	Palestra na área de graduação ou afins como MINISTRANTE	5h por palestra	Certificado ou Atestado	-
12	Palestras/lives (remotas ou presenciais) na área da graduação ou afins, como OUVINTE	1h por palestra	Certificado ou Atestado do palestrante	-
13	Participação, como OUVINTE, em defesas de TCC, especialização, dissertação, tese, relacionadas a áreas afins.	1h TCC e/ou especialização 2h Dissertação 3h Tese	Formulário preenchido pelo discente e assinado pelo presidente da Banca Examinadora.	-
14	Participação voluntária em atividades de caráter solidário em: creches, escolas, ONGs, Projetos sociais, Hospitais, Doação de sangue, asilos, associações, Comunidades, centros de recuperação e outros	5 horas por ação (se contínua ou esporádica o avaliador fará a consideração)	Apresentação do relatório de participação com assinatura do representante da Instituição	20h
15	Participação em órgãos colegiados do Curso ou Associações Estudantis (DCE, Centros Acadêmicos), Conselhos Superiores da UEMASUL como representante discente.	5 h por semestre	Ata de posse ou Portaria de nomeação	20h
16	Intercâmbio acadêmico em IES estrangeira (com convênio)	40 h	Declaração ou cópia de certificado assinado por representante da entidade responsável	80h



17	Participação em Concursos de monografia, atividades culturais, artísticas ou esportivas, promovidas ou não pela Uemasul.	10h por participação acrescido de 10 a 30% nos 03 primeiros lugares	Apresentação da monografia, obra artística com declaração da instituição promotora do evento	40h
18	Cursos: de idiomas; de informática; de aperfeiçoamento (conforme a lei, mínimo de 90h)	20% da carga horária total	Certificado de aprovação no respectivo Curso especificando a carga horária cumprida.	-
19	Atuação em atividades culturais (apresentação em espetáculos teatrais e musicais, performance) sob a orientação de professor da Uemasul ou profissional da comunidade.	5h por atividade	Declaração ou certificado assinado pelo professor/profissional responsável	20h
20	Aprovação em Exame de Proficiência em língua estrangeira	10h	Declaração ou certificado emitido pela Instituição	-
21	Visita técnico-cultural-científica sob a orientação docente.	5h por atividade	Declaração ou certificado assinado pelo professor responsável ou Diretor de Curso com relatório de visita.	30h
22	Assistir espetáculos teatrais (presencial ou remoto), filmes em sala de cinema, shows, etc, desde que correlacionados aos conteúdos pertinentes ao curso	Até 3 horas por atividade	Cópia do ingresso, recibos, nota fiscal e formulário preenchido sobre a atividade assistida.	10h
23	Organizações e publicações diversas (textos – poema, conto, crônica, quadrinhos, fotografias e similares, de própria autoria, em jornal, revista ou mídia eletrônica;	Organização: 10h Publicação: 5h por documento	Cópia da publicação ou de documento comprobatório de aceite ou prelo	20h
24	Produção de mídias de áudio e vídeo cujo tema se relacione à área de formação e/ou afins.	5h por atividade	<i>link</i> , site da mídia produzida.	20h



APÊNDICE A – BAREMA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 01/2021 SOBRE AACCs

CÓD.	ATIVIDADE	PONTUAÇÃO	TIPO DE COMPROVANTE	LIMITE
				TOTAL
ATIVIDADES DE PESQUISA				
25	Participação em Projetos de Pesquisa de Iniciação Científica (com ou sem bolsa (PIBIC/PIVIC, 20h semanais)	20h por semestre	Declaração do orientador com período e carga horária.	80
26	Apresentação de trabalhos (comunicação oral/pôster) em Eventos científicos.	15h por evento	Certificado	-
27	Publicação de artigo científico em periódico indexado pelo sistema Qualis/CAPEs.	Qualis A1, A2, A3 e A4 - 60h por artigo	Cópia da publicação ou Carta de aceito periódico e do produto publicado	-
		Qualis B1, B2, B3 e B4 - 40 por artigo		
		Qualis C - 20 por artigo		
28	Publicação de Resumo, artigo científico em Anais de Evento ou Relato de Experiência	10h para resumo	Cópia da publicação ou Carta de aceite	-
		15h para relato 30h para artigo		
29	Participação em Grupo de Pesquisa sob a orientação de Docente da Uemasul	15h por semestre	Declaração do líder do grupo, com indicação do período e descrição das atividades desenvolvidas pelo/a discente.	-
30	Avaliador em eventos científicos	5h por evento	Atestado ou Certificado da Comissão Organizadora	-
31	MONITOR em Evento científico	10h por evento	Atestado ou Certificado da Comissão Organizadora	-
32	Produção de material didático.	5h por atividade	Relatório de produção, elaborado pelo discente, contemplando as instruções pedagógicas de uso e assinado pelo docente da disciplina	20h
33	Outras atividades de AACC serão submetidas ao Colegiado de curso	A definir	A definir	A definir



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO - UEMASUL
PRÓ- REITORIA DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE ACADÊMICA - PROGESA
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO

APENDICE B – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

DISCENTE		MATRÍCULA	
Y Defesa graduação	DATA ___/___/___	LOCAL/INSTITUIÇÃO	
Y Defesa pós-graduação			
Y Visitas técnicas			
Y Voluntariado solidário			
Y Atividades de Cultura e arte			
BREVE RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO/A DISCENTE E A CONTRIBUIÇÃO PARA A SUA FORMAÇÃO			
Assinatura do/a discente		Data	___/___/___
Assinatura do/a Docente/Responsável		___/___/___	Horas Equivalentes



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO - UEMASUL
PRÓ- REITORIA DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE ACADÊMICA – PROGESA
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO**

APENDICE C – FORMULÁRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

DISCENTE			Nº MATRÍCULA	
<input type="checkbox"/> Grupo de Estudo <input type="checkbox"/> Equipes Esportivas <input type="checkbox"/> Projeto de Pesquisa sem bolsa <input type="checkbox"/> Projeto de Extensão sem bolsa <input type="checkbox"/> Monitoria Voluntária	PERÍODO ___/___/___ a ___/___/___	NOME DO PROFESSOR RESPONSÁVEL _____ ASSINATURA DO PROFESSOR RESPONSÁVEL _____		
BREVE RELATO DO PROFESSOR SOBRE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO/A DISCENTE				
BREVE RELATO DO/A DISCENTE SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE PARA A SUA FORMAÇÃO				
Assinatura do/a discente		Data		___/___/___
Rubrica da/o Docente de AACC		Data	___/___/___	Horas Equivalentes



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO
PRÓ- REITORIA DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE ACADÊMICA – PROGESA
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO**

APÊNDICE D – FORMULÁRIO DE REGISTRO DA AACC DESENVOLVIDA

NOME DO/A DISCENTE:			MATRÍCULA:	
DATA	NOME DO EVENTO/ ATIVIDADE	ASSUNTO/OBJETIVO DA ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	INSTITUIÇÃO PROMOTORA

DESCRIÇÃO SUCINTA DO QUE FOI VISTO E DISCUTIDO NO EVENTO:

--

DESCRIÇÃO DA IMPORTÂNCIA DESTE EVENTO PARA A FORMAÇÃO:

--

ASSINATURA DO/A DISCENTE: _____ DATA: ___/___/___

ASSINATURA E CARIMBO DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL: _____

(CASO NÃO TENHA COMPROVAÇÃO DEVIDA)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO
PRÓ- REITORIA DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE ACADÊMICA – PROGESA
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO

APÊNDICE E– FICHA DE PONTUAÇÃO DE AACC

Prof^o(^a): _____ Semestre: _____
Discente: _____ Matrícula: _____

Indicadores	Discriminação	Horas	Total
1	Atividades de Ensino e Iniciação à Docência		
2	Atividades de Extensão (ativs. acadêmico-científico-cultural e técnico-adm.)		
3	Atividades de Pesquisa		
4	Outras atividades		
TOTAL			

PONTUAÇÃO FINAL: _____

Afirmo que a pontuação acima é verídica, conforme as comprovações anexadas a este Apêndice

Imperatriz (MA), / /

Assinatura do discente



APÊNDICE C

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO -
UEMASUL
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOCENTE – CAMINHOS DO SERTÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA ESPECÍFICA DE ESTÁGIOS
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2023**

Dispõe sobre a normatização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório dos Cursos de Licenciaturas do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, *Unidades Avançadas* de Amarante do Maranhão, Itinga do Maranhão, Porto Franco e Vila Nova dos Martírios.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O objetivo dos Cursos de Licenciatura do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, é formar professores para atuarem na Educação Básica. Nesse sentido, esta Instrução Normativa apresenta as normas que regem a realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório dos Cursos de Licenciatura do referido Programa, com fundamento na Lei Federal nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes de modo geral, e nas Resoluções nº 40/2018 e 64/2018 – CONSUN/UEMASUL, bem como na Resolução nº 049/2018 – CONSUN/UEMASUL, que aprova o Projeto do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, considerando os cursos de Graduação nele inseridos: Ciências Biológicas, Geografia, Letras Língua Portuguesa, Matemática e Pedagogia.

CAPÍTULO II DA DEFINIÇÃO E DA FINALIDADE

Art. 1º A presente Instrução Normativa (IN) tem por finalidade normatizar o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório dos Cursos de Licenciatura do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL.

Art. 2º Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório compreende as atividades de aprendizagem profissional desenvolvidas pelo licenciado, por meio de sua participação em situações reais de trabalho, realizadas nos campos de estágio, sob a orientação e supervisão de

um Docente Orientador de Estágio e um Docente Supervisor de Estágio.

Parágrafo único: Com base na Lei n.º 10.525, de 03 de novembro de 2016 e Decreto n.º 32.396, de 11 de novembro de 2016, que define os municípios de atuação da UEMASUL, os campos de estágio do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão ficam restritos as instituições de ensino fixadas nos municípios do Estado do Maranhão, desde que firmado o acordo de cooperação.

Art. 3º São objetivos do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório:

- I. permitir a contextualização das competências necessárias ao exercício da docência;
- II. ensejar reflexões teóricas e práticas a partir da análise de dados relativos ao ensino e à aprendizagem dos cursos em contextos escolares;
- III. viabilizar o planejamento e o desenvolvimento de alternativas didáticas, bem como promover o uso de estratégias pedagógicas necessárias à ação desenvolvida;
- IV. fortalecer a formação acadêmica inicial do estagiário, promovendo a integração de saberes teórico – metodológicos;
- V. permitir a formação de professor pesquisador que atue de maneira ética e comprometida com a educação escolar;
- VI. habilitar o licenciando para a atuação docente a partir do desenvolvimento de práticas pedagógicas fundamentadas;
- VII. proporcionar a formação e a construção do pensamento crítico e reflexivo do estudante.

CAPÍTULO III DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório está previsto na matriz curricular dos cursos, com carga horária total de 405 horas, desenvolvidos nos 7º e 8º períodos dos cursos de Letras Língua Portuguesa, Ciências Biológicas e Matemática e 6º, 7º e 8º dos cursos de Geografia e Pedagogia, conforme constam nos Projetos Pedagógicos dos referidos Cursos do Programa.

Art. 5º As atividades de estágio estão distribuídas de acordo com a carga horária e a área de atuação, conforme segue:

- I. Estágio Supervisionado na Educação Infantil – carga horária de 135 horas em Pedagogia;
- II. Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental - carga horária

- de 135 horas em Pedagogia;
- III. Estágio Supervisionado em Gestão Escolar - carga horária de 135 horas em Pedagogia e Geografia;
- IV. Estágio Supervisionado nos Anos Finais do Ensino Fundamental – carga horária de 135 horas, no curso de Geografia. Sendo Ciências Biológicas , Letras Língua Portuguesa e Matemática 180 horas.
- V. Estágio Supervisionado no Ensino Médio – carga horária de 225 horas, nos cursos de Letras Língua Portuguesa, Ciências Biológicas e Matemática, sendo a carga horária de 135 horas em Geografia.

§ 1º O (a) estagiário(a) deverá se matricular, obrigatoriamente, nas disciplinas de Estágio do seu Curso de origem.

§ 2º O (a) estagiário(a) deve cumprir integralmente a carga horária exigida conforme dispõe o PPC do Curso e esta Instrução Normativa.

§ 3º Quanto ao aproveitamento, será conforme o Regimento Geral do Ensino de Graduação, especificado nos art. 64 e 65, como se observa abaixo.

a) O prazo para solicitação de aproveitamento deverá ser feito no semestre que antecede o estágio e em conformidade com o Calendário Acadêmico.

§ 4º O estágio poderá ser realizado individualmente, em dupla ou em trio.

Art. 64 Os portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na Educação Básica poderão ter redução da carga horária do estágio supervisionado obrigatório, com a apresentação da documentação comprobatória, formalizada por meio de processo, no ato da matrícula, protocolada na Secretaria Acadêmica do Curso e destinada à Direção de Curso, conforme determina a legislação vigente e contida nos projetos pedagógicos de cada curso.

§ 1º A documentação comprobatória referida no caput deste artigo é composta de:

cópia do contracheque ou do contrato de trabalho e memorial comprovado com a descrição da atividade docente na educação básica nos últimos cinco anos.

§ 2º A redução de carga horária a que se refere o caput deste artigo deverá ser analisada pelo professor orientador de estágio.

§ 3º Após análise da documentação, será emitido o parecer conclusivo pelo colegiado do curso.

§ 4º Em caso de deferimento do pedido de redução de carga horária, o parecer deverá especificar o número de créditos e horas consideradas; e se o pedido for indeferido, o estudante deverá cumprir todas as etapas e atividades relativas ao estágio supervisionado obrigatório.

§ 5º A redução de carga horária de alunos participantes da residência pedagógica está prevista em resolução específica.

Art. 65 A supervisão do estudante no estágio obrigatório será desenvolvida por um professor orientador da UEMASUL e por profissional da entidade concedente do estágio.

Art. 6º Os campos de estágio são compostos por locais que permitem a complementação do ensino e da aprendizagem por intermédio da prática, de modo que para os Cursos de Licenciatura haverá os seguintes espaços para estágio:

Parágrafo único. Deverá ser realizado na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e em Gestão Escolar, nas instituições de ensino públicas ou privadas reconhecidas pelos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação.

Art. 7º A jornada de atividade em estágio será definida, em comum acordo, entre a UEMASUL, o campo de estágio e o (a) estagiário(a), devendo constar do Termo de Compromisso de Estágio (Apêndice C), ser compatível com as atividades acadêmicas, e não ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Art. 8º O Estágio será desenvolvido em conformidade com o calendário escolar letivo da Unidade Básica e calendário acadêmico do Programa Caminhos do Sertão. A parte teórica será realizada em 4 encontros na Unidade Avançada (UA) e as demais etapas de vivência no campo escolar ocorrerão ao longo do semestre em que o Estágio será oferecido.

CAPÍTULO IV

PROGRAMAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art.9º A programação das atividades profissionais no Estágio Curricular Supervisionado será composta de:

- a) Fundamentação teórico-metodológica específica para a observação diagnóstica no campo de Estágio, para as aulas, projetos didáticos e demais atividades pertinentes específicas;
- b) Vivência no cotidiano da escola, na qual serão realizadas as atividades concernentes ao processo educativo, dentre elas: observação participativa, regência de classe (planejamento, execução e avaliação de aulas e de projetos didáticos) e participação em atividades pedagógicas específicas do cotidiano da escola; exercício nas atividades de gestão escolar, quando for o caso;
- c) Elaboração do Relatório de Estágio; d) Seminário para apresentação;
- e) Avaliação dos Relatórios de Estágio pelo Docente Orientador.

§ 1º Na Educação Infantil, em Pedagogia; **nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental** em Pedagogia; **nos Anos Finais do Ensino Fundamental** e no **Ensino Médio**, em Geografia, todos com **a carga horária de cento e trinta e cinco horas (135 h)** estão previstas: 45 horas para as atividades da alínea (a); 60 horas para as atividades da alínea (b); 20 horas da alínea (c) e 10 horas para as atividades da alínea (d).

§ 2º No Estágio no Ensino Fundamental (180 h) nos cursos de Ciências Biológicas,

Letras Língua Portuguesa e Matemática estão previstas: 60 horas para as atividades da alínea (a); 90 horas para as atividades da alínea (b); 20 horas da alínea (c) e 10 horas para as atividades da alínea (d).

§ 3º No Estágio Supervisionado no Ensino Médio – carga horária de 225 horas, nos cursos de Letras Língua Portuguesa, Ciências Biológicas e Matemática, estão previstas 75 horas para as atividades da alínea (a); 105 horas para as atividades da alínea (b); 35 horas da alínea (c) e 10 horas para as atividades da alínea (d).

§ 4º No Estágio em Gestão, no Curso de Pedagogia e Geografia, com **cento e trinta e cinco horas (135 h)**, estão previstas 45 horas para as atividades da alínea (a); 60 horas para as atividades da alínea (b) no que for compatível; 20 horas da alínea (c) e 10 horas para as atividades da alínea (d).

§ 5º As atividades da alínea (a), serão realizadas em sala na Unidade e, quando cabível via meet; as atividades da alínea (b), serão realizadas no Campo de Estágio; **as atividades da alínea (c)**, serão realizadas de modo mais independente pelo estagiário, extraclasse, com a devida orientação do/a Professor/a Orientador/a; **as atividades da alínea (d)**, serão realizadas na Unidade, com a participação do Professor/a Supervisor de Estágio e representantes da escola campo, se possível for.

§ 6º A Unidade Concedente do Estágio será definida pelo/a estagiário/a e o/a Professor/a Orientador/a.

CAPÍTULO V DA ORIENTAÇÃO E DA SUPERVISÃO DO ESTÁGIO

Art. 10 A orientação dos estágios é realizada pelo docente designado para ministrar a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 11 A supervisão do estágio é realizada pelo professor, com habilitação e atuação na mesma área ou em área afim do estagiário, da escola/instituição em que se efetivará o estágio supervisionado.

Parágrafo único. Para a execução do Estágio Curricular Supervisionado, deve ser apresentado um cronograma de atividades (apêndice D) que consiste em um documento elaborado pelo aluno, em conjunto com o docente orientador e o professor supervisor, no qual são descritas as atividades e ações que deverão ser desenvolvidas no período de estágio e deverá constar como apêndice, no relatório final.

Art. 12 No início da disciplina, o Docente Orientador apresentará aos alunos o seu plano de ensino e o cronograma das atividades de estágio, indicando a ementa, os objetivos,

conteúdos, metodologias, área de atuação, indicando também ao estagiário os critérios adotados para a avaliação.

CAPÍTULO VI DOS PROCEDIMENTOS DE ESTÁGIO

Art. 13 As atividades de estágio serão operacionalizadas observando-se os seguintes critérios:

- I. Existência de convênio entre a UEMASUL e a Instituição concedente do estágio;
- II. O discente deverá se apresentar no campo de estágio com a Carta de Apresentação (Apêndice A);
- III. O docente orientador deverá solicitar ao discente a assinatura da Carta de Aceite (Apêndice B) do campo de estágio para o preenchimento do Termo de Compromisso (Apêndice C);
- IV. Preenchimento do Termo de Compromisso, que consiste em documento jurídico entre o aluno, campo de estágio e a UEMASUL, sendo que esta, por sua vez, é representada pelo Coordenador de Curso;
- V. Preenchimento obrigatório da Ficha de Frequência (Apêndice E), que deve conter, além da frequência diária, as atividades desenvolvidas pelo estagiário e, ao final do estágio, deverá ser anexada ao relatório;
- VI. Formulários que serão anexados ao relatório de estágio:
 - a. ficha de Frequência de Estágio (Apêndice E);
 - b. cronograma e Lista de Atividades Realizadas (Apêndice D);
 - c. instrumento de Avaliação do Estagiário (Apêndice F);
 - d. relatório de Estágio (Apêndice G) e demais formulários solicitados pelo Docente orientador, se for o caso;
 - e. ficha de avaliação do relatório de estágio a ser preenchido pelo professor orientador (Apêndice H).

CAPÍTULO VII DA AVALIAÇÃO

Art. 14 Para fins de resultados avaliativos, o Docente Orientador e o Docente Supervisor

devem considerar a avaliação como processo contínuo, cumulativo e formativo do desempenho do aluno, no exercício da prática profissional, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, ao longo do período de estágio, considerando o seguinte requisito:

§ 1º O processo de acompanhamento contínuo pelo Docente Orientador e pelo Docente Supervisor na escola-campo e universidade é por meio de preenchimento dos apêndices (A, B, C, D, E e F); desenvolvimento dos planos de trabalho, projeto e relatório de atividades, bem como a assiduidade, a pontualidade e o compromisso;

§ 2º a nota mínima para aprovação será igual ou superior a 7,0 (sete), obtida por meio das diversas formas e instrumentos estabelecidos na disciplina de Estágio, bem como a apresentação escrita e a defesa oral do Relatório de Estágio.

§ 3º O estagiário não tem direito a exame final, uma vez reprovado deverá fazer novo estágio.

CAPÍTULOS VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 O desligamento do estagiário ocorrerá por trancamento de matrícula, descumprimento do Termo de Compromisso e/ou das atividades programadas.

Art. 16 A ausência injustificada do estagiário no campo de estágio, em período superior a 15 (quinze dias), configura abandono e desligamento do estágio.

Art. 17 Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão dirimidos pelo Colegiado do Curso e levados às instâncias superiores: Conselho de Caminhos do Sertão e Pró-Reitoria de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica – PROGESA, quando necessário.

Art. 18 Esta Instrução Normativa foi aprovada pelo Colegiado e pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE dos cursos e pelo Conselho do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão e entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Imperatriz/MA, 22 de fevereiro de 2024.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO -
UEMASUL
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2023**

**APÊNDICE A
CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Imperatriz/MA, _____ de _____ de _____.

Prezado(a) Diretor(a) _____

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório consiste na participação do discente estagiário em atividades que articulam ensino, pesquisa e extensão, no sentido de consolidar, em situações concretas do ambiente educacional, a articulação entre a teoria e a prática.

O Curso de _____, do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, mantém em sua estrutura curricular a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado em _____, com carga horária de _____.

Encontrando-se, nesta renomada instituição, informações que atendem aos requisitos exigidos pelo Curso e, considerando a relevância do estágio, vimos solicitar vossa permissão no sentido de receber o(a) discente estagiário/a e o(a) Docente Orientador (a) - _____, para que realizem suas atividades no período de ____ a _____.

Outrossim, esclarecemos que o aceite do(a) discente estagiário(a) não acarretará ônus nem vínculo empregatício para a instituição.

Por oportuno, agradecemos sua colaboração em contribuir para a formação profissional do(a) discente estagiário(a) da UEMASUL.

Atenciosamente,

Coordenação do Curso de Graduação

Docente Orientador de Estágio



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO -
UEMASUL
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2023**

APÊNDICE B

CARTA DE ACEITE PARA ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

_____ - MA, _____ de _____ de _____.

À/Ao Docente _____

Orientador(a) de Estágio

Atendendo à sua solicitação, vimos, por meio desta, aceitar como campo de Estágio Curricular Obrigatório para o cumprimento das exigências, o(a) aluno(a) _____, matriculado(a) na disciplina de _____, do Curso de _____, do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL.

O Estágio será cumprido em colaboração com o(a) Professor(a) Supervisor(a)

_____, no período de ____/____/____ a ____/____/____, nos horários das ____ horas às ____ horas, cumprindo a carga horária semanal de ____ horas.

Atenciosamente,

Assinatura e carimbo do(a) Diretor(a) da Instituição



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO -
UEMASUL
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2023**

APÊNDICE C

**TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO
OBRIGATÓRIO**

**TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO CURRICULAR
SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO** que entre si celebram, de um lado, a **PROGRAMA
DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO, DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO**,
denominada **UEMASUL**, com sede na Rua -Godofredo Viana, Nº1.300, Imperatriz - MA, CEP
65901-480, CNPJ 26.677.304/0001-81, doravante denominada **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**,
representada pela **Profa. Dra. Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves, Reitora**, neste ato
representada, por delegação, pela **Pró-Reitora de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica –
PROGESA, Profa. Dra. Márcia Suany Dias Cavalcante**, Portaria 060/2022 –
GR/UEMASUL, e a _____,
com sede na Rua - _____
nº _____, Bairro: _____, cidade de
_____, CEP: _____, inscrita no CPNJ sob
nº _____ representada por _____
_____, cargo _____, doravante
denominada **CONCEDENTE**, e de outro lado o(a)
acadêmico(a) _____,
RG nº: _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____,
nascido em _____/_____, regularmente matriculado(a) sob o código
_____, no _____ período do Curso de _____
da da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – **UEMASUL**,
residente e domiciliado(a) na Rua/Avenida _____
_____, Bairro _____,
cidade de _____, CEP _____, doravante
denominado(a) estagiário(a), neste ato representado(a) pela Coordenação do Curso
de _____, (nome do/a diretor/a) _____
_____ e invocando, explicitamente, conforme o que

determina a Lei Federal 11.788/2008, o “Instrumento Jurídico” a que este Termo de Compromisso se vincula, a saber o convênio entre a CONCEDENTE e a UEMASUL.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O estágio tem por objetivo:

1. proporcionar ao estudante a integração entre teoria e prática, a partir da vivência de situações reais e adequadas de trabalho, visando ao aprimoramento profissional e pessoal e obedecendo ao Plano de Atividades elaborado e apresentado à Direção da CONCEDENTE;
2. possibilitar à UEMASUL mais um caminho para a obtenção de subsídios necessários à permanente atualização de seus currículos, bem como à CONCEDENTE mais um canal de informações indispensáveis a sua constante aproximação das fontes de conhecimentos técnicos e científicos.

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam definidas, pela CONCEDENTE, as seguintes características de realização do estágio:

1. o prazo de duração do presente Termo de Compromisso será de _____;
2. o estágio será desenvolvido nos seguintes dias da semana: _____ e nos horários: _____, tendo que realizar o(a) estagiário(a) _____ (_____) horas por semana;
3. serão confiadas ao (à) ESTAGIÁRIO(A) as seguintes tarefas: _____
4. fica designado como Docente Supervisor de Estágio, por parte da CONCEDENTE, o(a) Sr.(a) _____, a quem competirá, ademais, articular-se com o objetivo de harmonização das respectivas orientações, com o/a Docente Orientador(a) designado pela UEMASUL;
5. a CONCEDENTE permite ao(à) Docente Orientador(a) _____, na qualidade de representante da UEMASUL, o acesso ao local de estágio tantas vezes quantas se façam necessárias, para efeito de observação e coleta de subsídios, com vista à avaliação do(a) ESTAGIÁRIO(A);
6. à CONCEDENTE se assegura a prerrogativa de, a qualquer momento, mediante a indicação explícita das razões, realizar o desligamento ou a substituição do(a) ESTAGIÁRIO(A), nos

casos previstos na legislação vigente, dando ciência da ocorrência à UEMASUL.

CLÁUSULA TERCEIRA – Compete ao(à) ESTAGIÁRIO(A):

1. estagiar durante o período, no horário e no local determinado, realizando as tarefas conforme cronograma de atividades e atendendo ao que consta na CLÁUSULA SEGUNDA, em jornada compatível com o seu horário escolar;
2. realizar, quando do estágio, pesquisa, estudos e viagens que porventura lhe sejam atribuídos pela CONCEDENTE, cabendo ao(à) ESTAGIÁRIO(A), na impossibilidade eventual do compromisso de algum item dessa programação, o dever de comunicar a circunstância com a necessária antecedência e ficando, desde logo, entendido que serão considerados motivos justos, para a ocorrência daquela eventualidade, as obrigações escolares;
3. cumprir as normas internas da CONCEDENTE, principalmente, as relativas ao estágio, que o(a) ESTAGIÁRIO(A) declara expressamente conhecer;
4. responder por perdas e danos consequentes da inobservância das normas internas ou das constantes neste Termo de Compromisso, seja por dolo ou por culpa;
5. seguir a orientação articulada entre o Docente Orientador da UEMASUL e o Docente Supervisor da CONCEDENTE;
6. apresentar as informações e os relatórios que lhe forem solicitados pela CONCEDENTE e pela UEMASUL.

CLÁUSULA QUARTA – A UEMASUL adotará, para efeitos deste Termo de Compromisso, as seguintes providências:

1. manter atualizadas as informações cadastrais relativas ao/à ESTAGIÁRIO/A;
2. designar o(a) Docente Orientador(a) de que se trata, o(a) Professor (a) _____, do Centro _____, a quem caberá, além do acompanhamento e da orientação do(a) ESTAGIÁRIO(A), a articulação de que trata o item 4 da CLÁUSULA SEGUNDA;
3. a UEMASUL oferece seguro contra acidentes pessoais a todos os seus estudantes devidamente matriculados e que estão realizando atividades de estágio obrigatório, contemplando, portanto, o(a) ESTAGIÁRIO(A) parte deste Termo, durante a vigência do compromisso de estágio;
4. franquear à Coordenação de Curso e à Pró-Reitoria de Gestão e Sustentabilidade



Acadêmica – PROGESA as informações julgadas necessárias às avaliações periódicas do sistema, com base nas informações do estágio de que trata e dos demais.

CLÁUSULA QUINTA – O(A) ESTAGIÁRIO(A) não terá, para qualquer efeito, vínculo empregatício com a CONCEDENTE, conforme Artigo 6º do Decreto nº 87467, de 18 de agosto de 1982.

CLÁUSULA SEXTA – Qualquer alteração do estabelecido neste Termo de Compromisso será feita mediante Aditivo, com a anuência das partes envolvidas.

E, por estarem em conformidade, as partes signatárias deste instrumento subscrevem 03 (três) vias de igual teor e forma.

Imperatriz/MA, ____/____/____.

Representante da UEMASUL

Coordenador (a) de Curso – UEMASUL

Concedente

Estagiário(a)



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO -
UEMASUL
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2023**

APÊNDICE D

**CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO ESTÁGIO CURRICULAR
SUPERVISIONADO**

Discente/Estagiário(a): _____
Matrícula: _____ Curso: _____
Campo de Estágio: _____ Área do Estágio: _____
Orientador do Estágio: _____
Supervisor de Estágio: _____
Ano/Semestre: _____

PERÍODO	nº de horas	ATIVIDADES
		FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA
		Apresentação do Termo de Convênio do Estágio (Instrução Normativa); Estudos direcionados pelo professor orientador; Apresentação da documentação necessária para o Estágio (Apêndices A; B; C); Cronograma de atividades e Plano de Atividades; Divisão da turma em grupos de estágio e mapeamento do Estágio; Roteiro de observação da escola campo (diagnose); Revisão de literatura dos teóricos estudados na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado. “Painel Integrado” e produção das sínteses”; Roteiro de Relatório; Seminário; Entrega dos Relatórios.
		OBSERVAÇÃO/DIAGNOSE
		Visita às escolas-campo Nessas visitas deverão: 1. Confirmar o Estágio com a Coordenação ou Gestão e assinar o Termo de compromisso; 2. Realizar o diagnóstico identificando as problemáticas da escola- campo; 3. Confirmar o calendário das escolas para a elaboração do cronograma do Plano de Atividades. 4. Observação na sala de aula;



INTERVENÇÃO / REGÊNCIA		
		-Atividades realizadas concernentes ao processo educativo, dentre elas: observação participativa, regência de classe (planejamento, execução e avaliação de aulas e de projetos didáticos) e participação em atividades pedagógicas específicas do cotidiano da escola; exercício nas atividades de gestão escolar, quando for o caso
RELATÓRIO DE ESTÁGIO		
		Elaboração do Relatório de Estágio
APRESENTAÇÃO A PARTIR DE SEMINÁRIO		
		Seminário para apresentação e avaliação dos relatórios de Estágio

OBS: Distribuição da Carga Horária para cada atividade: 2/3 da carga horária da disciplina deve ser realizada no campo de estágio.

Imperatriz / MA, _____ de _____ de _____.

Discente Estagiário(a)

Docente Orientador(a)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO - UEMASUL
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2023

APÊNDICE E

Identificação da Aula						
Estagiário (a) regente						
Escola						
Turno	Série		Turma		Data	
Matutino () Vespertino () Noturno ()	/ Ano					
Supervisor Técnico						
Estagiário (a) parceiro(a)						
Área de conhecimento						
Tema da aula						

Critério	Não identificado ou não atendeu	Atendeu parcialmente	Atendeu satisfatoriamente
Item	0	Definir entre 1 e 4	5

Aspectos no Plano de Aula	Pontuação					
Identificação da escola, ano e turma	0	1	2	3	4	5
Identificação do professor regente e estagiários	0	1	2	3	4	5
Identificação da aula - tema, tempo	0	1	2	3	4	5
Objetivos didaticamente estruturados	0	1	2	3	4	5
Objetivos envolvem conteúdos conceituais, procedimentais, atitudinais	0	1	2	3	4	5
Objetivos viáveis em relação ao tempo planejado	0	1	2	3	4	5
Conhecimentos interdisciplinares	0	1	2	3	4	5
Conhecimentos contextualizados	0	1	2	3	4	5
Conhecimentos com profundidade adequada aoníveis dos alunos	0	1	2	3	4	5
Metodologia adequada aos objetivos	0	1	2	3	4	5
Metodologia adequada aos conteúdos	0	1	2	3	4	5
Metodologia adequada ao tempo	0	1	2	3	4	5
Recursos adequados aos objetivos	0	1	2	3	4	5
Recursos adequados à metodologia	0	1	2	3	4	5
Recursos adequados à avaliação	0	1	2	3	4	5
Avaliação adequada aos objetivos	0	1	2	3	4	5
Avaliação adequada à metodologia	0	1	2	3	4	5
Técnicas e/ou instrumentos adequadas ao tempo da aula	0	1	2	3	4	5
Referências atualizadas	0	1	2	3	4	5
Referências adequadas ao nível escolar dos Alunos	0	1	2	3	4	5
Referências normalizadas	0	1	2	3	4	5
Aspectos na Comunicação Oral	Pontuação					
Mobilização inicial	0	1	2	3	4	5
Articulação de conteúdos conceituais e	0	1	2	3	4	5

Procedimentais posteriores	0	1	2	3	4	5
Segurança na ministração da aula	0	1	2	3	4	5
Linguagem oral clara e correta	0	1	2	3	4	5
Linguagem afetiva com alunos	0	1	2	3	4	5
Postura ética na sala de aula	0	1	2	3	4	5
Capacidade argumentativa	0	1	2	3	4	5
Uso de recursos didáticos	0	1	2	3	4	5
Capacidade de exemplificação e Contextualização	0	1	2	3	4	5
Postura docente incentivadora a argumentação dos alunos	0	1	2	3	4	5
Postura docente incentivadora a criatividade dos alunos	0	1	2	3	4	5
Postura docente incentivadora a construção de saberes dos alunos	0	1	2	3	4	5
TOTAL	0	1	2	3	4	5
	0	1	2	3	4	5

Pontuação	Nota	Pontuação	Nota
Até 32 pontos	6,0	100 a 131 Pontos	8,5
33 pontos	7,0	132 pontos	9,0
34 a 66 pontos	7,5	133 a 164 Pontos	9,5
67 a 99 pontos	8,0	165 pontos	10,0

Avaliador: Professor UEMASUL:



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO -
UEMASUL
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2023**

**APÊNDICE F
FICHA DE FREQUÊNCIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**

Discente/Estagiário(a): _____
Matrícula: _____ Curso: _____
Campo de Estágio: _____ Área do Estágio: _____
Orientador do Estágio: _____
Supervisor de Estágio: _____
Ano/Semestre: _____

Data	Horário de Entrada	Horário de Saída	Docente Supervisor de Estágio	Docente Orientador de Estágio

Discente Estagiário(a)

Docente Orientador(a) do Estágio

Docente Supervisor(a) de Estágio



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO -
UEMASUL
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2023**

APÊNDICE G

AVALIAÇÃO DO(A) DISCENTE ESTAGIÁRIO(A)

Discente/Estagiário(a): _____
Matrícula: _____ Curso: _____
Campo de Estágio: _____ Área do Estágio: _____
Orientador do Estágio: _____
Supervisor de Estágio: _____
Ano/Semestre: _____

	ELEMENTOS DA AVALIAÇÃO	1	2	3	4	5
1	Cumpriu com empenho e interesse a programação estabelecida no Plano de Atividades.					
2	Cumpriu a carga horária de estágio de acordo com o que foi estabelecido no Termo de Compromisso.					
3	Permaneceu na escola durante todo o horário de funcionamento do turno que estágio.					
4	Realizou as atividades previstas no plano de estágio de forma satisfatória.					
5	Demonstrou interesse em participar de diferentes atividades desenvolvidas na escola campo.					
6	Demonstrou eficiência no planejamento, condução e execução das atividades desenvolvidas.					
7	Apresentou aprofundamento e segurança acerca dos conteúdos trabalhados em sala de aula.					

DOCENTE SUPERVISOR(A) DE ESTÁGIO



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO -
UEMASUL
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2023**

APÊNDICE H

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

PARTES DO RELATÓRIO:

1. Capa

A capa deve conter nome da instituição, elementos destinados à identificação do Centro, Curso, nome do estudo e área de Estágio e Título do estágio.

OBS: Não serão aceitos relatórios sem título/área do estágio.

2. Folha de rosto

Na folha de rosto são colocados os elementos destinados à identificação do documento quanto à sua autoria, assunto, órgão, editor e data. Inclui o título, subtítulo (quando existir), nome do autor com seus títulos e graus acadêmicos, notas tipográficas completas, que são: lugar de publicação e data (mês e ano).

OBS: Essa página deve conter ainda as assinaturas do/a Orientador/a, Supervisor/a e estagiário/a..

3. Sumário

O Sumário deve figurar no início do documento e abrangerá todas as partes que lhe seguem. Geralmente é o primeiro elemento a ser criado, pois através dele obtém-se visão do conjunto dos tópicos que vão constituir o documento e é o último a ser revisto para conferência dos títulos e partes incluídas do documento.

4. Introdução

Nesta, descreve-se a finalidade do Relatório, contendo informações definidas esclarecendo os motivos, o problema a ser desdobrado ou razões do trabalho apresentado.

5. Fundamentação teórica

Revisão de literatura dos teóricos estudados na disciplina de estágio curricular supervisionado.

6. Relato das experiências do campo de estágio



Relata a observação/diagnose realizada na escola-campo, a experiência (planejamento e regência), os resultados obtidos, a metodologia etc. é, portanto, a parte mais extensa e mais importante do relatório. Para tanto, é preciso atender à lógica da exposição e às características de todo o trabalho científico escrito: objetividade, clareza e simplicidade, assim, serão evitadas as digressões e as repetições.

7. Considerações Finais

Comporta ideias tais como: uma síntese interpretativa dos principais argumentos do desenvolvimento, o ponto de vista do estagiário/a ou observador de maneira clara, objetiva e breve.

8. Referências

Esse item deve conter as referências bibliográficas citadas no relatório, mas somente essas e devem seguir às normas da ABNT.

9. Apêndices

Documentos que são de autoria do/a aluno/a, pode conter fotografias.

10. Anexos

Documentos que não são de autoria do/a aluno/a. Tabelas, figuras, modelos de questionários etc., não inclusos no texto, mas citados neste.

OBS 1: Não serão aceitos relatórios sem a assinatura do Docente Supervisor do Campo de Estágio.

OBS 2: Relatórios idênticos de dois ou mais estagiários não serão aceitos.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO -
UEMASUL
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2023**

APÊNDICE I

AVALIAÇÃO DO(A) DISCENTE ESTAGIÁRIO(A)

Discente/Estagiário(a): _____
Matrícula: _____ Curso: _____
Campo de Estágio: _____ Área do Estágio: _____
Orientador do Estágio: _____
Supervisor de Estágio: _____
Ano/Semestre: _____

	ELEMENTOS DA AVALIAÇÃO	1	2	3	4	5
1	Cumpriu com empenho e interesse a programação estabelecida no Plano de Atividades.					
2	Cumpriu a carga horária de estágio de acordo com o que foi estabelecido no Termo de Compromisso.					
3	Permaneceu na escola durante todo o horário de funcionamento do turno que estágio.					
4	Realizou as atividades previstas no plano de estágio de forma satisfatória.					
5	Demonstrou interesse em participar de diferentes atividades desenvolvidas na escola campo.					
6	Demonstrou eficiência no planejamento, condução e execução das atividades desenvolvidas.					
7	Apresentou aprofundamento e segurança acerca dos conteúdos trabalhados em sala de aula.					

DOCENTE SUPERVISOR(A) DE ESTÁGIO



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO -
UEMASUL
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2023**

APÊNDICE J

AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Discente/Estagiário(a): _____
Matrícula: _____ Curso: _____
Campo de Estágio: _____ Área do Estágio: _____
Orientador do Estágio: _____
Supervisor de Estágio: _____
Ano/Semestre: _____

ITENS	PONTUAÇÃO
1 DESENVOLVIMENTO DO TEXTO	[0 a 10]
a. Cientificidade	
b. Capacidade de análise e síntese	
c. Articulação e organização lógica das ideias	
d. Correção textual	
2 NORMALIZAÇÃO	[0 a 10]
<i>SOMATÓRIO</i>	
3 EXPOSIÇÃO ORAL	[0 a 10]
a. Argumentação	
b. Clareza e Contextualização	
c. Controle do tempo e Segurança	
d. Sintetização e Fluência	
e. Utilização dos recursos	
<i>SOMATÓRIO</i>	
MÉDIA FINAL (Itens 1 + 2 + 3 / 3)	[0 a 10]

CATEGORIA DO RELATÓRIO

Nota: _____ Local: _____

_____ Data: ____/____/____

Docente Orientador(a) do Estágio: _____



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO -
UEMASUL
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2023
APÊNDICE L**

AValiação DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDANTE

Estagiário (a)

Código	
Escola	
Turno: Matutino () Vespertino () Noturno ()	
Período no campo de Estágio	____/____/____ a ____/____/____

AValiação

Itens Parte Escrita	Pontuação
Desenvolvimento do texto Cientificidade, significação, desenvoltura em abordar os conhecimentos, capacidade de análise, argumentativa e crítica, articulação e organização lógica das ideias, criatividade e coerência. (Pontuar de 0 a 4,0)	
Redação do texto Estrutura dissertativa, originalidade, concisão, adequação e clareza da linguagem, ortografia, concordância e regência verbal e nominal, acentuação, pontuação e formulação do fraseado. (Pontuar de 0 a 4,0)	
Normalização Atendimento às normas da ABNT (Pontuar de 0 a 2,0)	
Itens Apresentação Oral	Pontuação
Recursos didáticos Legibilidade, originalidade, criatividade, concisão, adequação, correção e clareza da linguagem etc. (Pontuar de 0 a 2,0)	
Exposição oral Utilização dos recursos, clareza, fluência, correção de linguagem, sintetização, segurança, controle do tempo etc. (Pontuar de 0 a 3,0)	
Argumentação Capacidade de expressão do pensamento de forma argumentativa. (Pontuar de 0 a 5,0)	
TOTAL	
Nota _____ Por extenso: _____	

_____, ____/____/____ -

Professor UEMASUL



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO -
UEMASUL
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2023
APÊNDICE M**

AVALIAÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS PELO GESTOR/A ESCOLAR LOCAL

IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDANTE

Estagiário (a)

Código	
Escola	
Turno: Matutino () Vespertino () Noturno ()	
Período no campo de Estágio	___/___/___ a ___/___/___

AVALIAÇÃO

Quais os aspectos positivos e negativos percebidos pela Coordenação Pedagógica quanto à atuação do grupo de estagiários da UEMASUL, na escola, no período acima indicado?

Aspectos positivos

Aspectos negativos



APÊNDICE D

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/2024

Instrução Normativa sobre as atividades do Trabalho de Conclusão dos Cursos de Licenciaturas (TCC's) do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da UEMASUL.

Esta Instrução Normativa foi aprovada pelo Conselho do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da UEMASUL, constituído pela Portaria nº 95/2024 – PROGESA/UEMASUL e pelo Colegiado e Núcleos Docentes Estruturantes (NDE's) dos cursos de Letras Língua Portuguesa, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Pedagogia, entrando em vigor nesta data.

Imperatriz – MA, 27 de Junho de 2024

CONCILDA CASTRO PINHO DE ALMEIDA
DIANA BARRETO COSTA
DIEME PEREIRA DA SILVA
ELZA RIBEIRO NETA
GILVÂNIA QUEIROZ MADEIRA DE AGUIAR
IRACEMA ROCHA DA SILVA
JEOVANIA OLIVEIRA LIMA
OZIANNE PINHEIRO DE SOUZA
ZUILHO RODRIGUES CASTRO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO – UEMASUL

PRÓ - REITORIA DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE ACADÊMICA - PROGESA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2024 DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO

Dispõe sobre a normatização e realização das atividades do Trabalho de Conclusão dos Cursos de Licenciaturas, do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, nas Unidades Avançadas de Amarante do Maranhão, Itinga do Maranhão, Porto Franco – MA e Vila Nova dos Martírios – MA, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º - Regulamentar os procedimentos a serem adotados para a elaboração, defesa e creditação de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, aos(às) discentes dos Cursos de Licenciatura do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL.

Art. 2º – Para efeito desta Instrução Normativa considera-se que “a elaboração de um trabalho científico denominado, Trabalho de Conclusão de Curso - TCC para registro no histórico acadêmico, é condição indispensável para conclusão de curso de graduação” (Resolução nº 185/2022- CONSUN/UEMASUL, Art. 91).

§ 1º - Para efetivar a conclusão do Curso de Graduação na UEMASUL será exigido o TCC, para dar cumprimento à etapa de formação acadêmica, com caráter de produção científica, imprescindível à integralização do curso.

§ 2º - A matrícula no componente curricular TCC ocorrerá no VII e VIII períodos, respeitando-se o prazo de integralização do curso.

CAPÍTULO II DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 3º - As modalidades de TCC aplicadas aos Cursos de Licenciatura do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina

do Maranhão – UEMASUL, em consonância com o que determina o Art. 92 da Resolução nº 185/2022- CONSUN/UEMASUL, poderão constituir-se de:

- I. proposta de Ação Pedagógica, com fundamentação e paradigma educacional;
- II. proposta Tecnológica, com base em projeto de pesquisa científica;
- III. projeto Metodológico Integrado;
- IV. produção de novas tecnologias;
- V. monografia, podendo ter por base um projeto de pesquisa científica e/ou tecnológica;
- VI. artigo científico, podendo ter por base um projeto de pesquisa científica e/ou, extensão ou estudo de caso;
- VII. relatos de experiência de Extensão.

Art. 4º - Os trabalhos indicados nos incisos V e VI do Art. 3º, serão de autoria de um único estudante, os demais trabalhos poderão ser produzidos em coautoria, limitado a três estudantes, no máximo.

§ 1º A modalidade de TCC escolhida, dentre os trabalhos elencados no Art. 3º, é de responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante – NDE, de cada curso.

§ 2º O TCC deverá observar as exigências das normas da ABNT vigentes no ano da defesa e também a institucional, por meio de Resolução específica bem como do manual proposto pelo NDE, aprovado em Colegiado e em Conselho do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS PARA MATRÍCULA, ESCOLHA DO ORIENTADOR E ELABORAÇÃO DO PROJETO

Art. 5º - A matrícula no componente curricular TCC deverá ser realizada conforme estabelece a Resolução nº 185/2022- CONSUN/UEMASUL - Regimento Geral do Ensino de Graduação da Universidade Estadual da Região Tocantina.

Art. 6º - A escolha do orientador dependerá da convergência do objeto de estudo do TCC à linha de pesquisa do docente, a ser aprovada pelo Colegiado de Curso.

§ 1º - Poderão orientar TCC os professores **pertencentes** ao quadro da UEMASUL, e os professores seletivados do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão.

§ 2º - Poderão orientar TCC os professores **não pertencentes** ao quadro da UEMASUL, desde que haja afinidade entre a especialidade do orientador e o tema proposto, e seja comprovada a sua condição de professor universitário, por declaração atualizada da IES de

origem, ficando as despesas advindas dessa orientação sob a responsabilidade do estudante. (Apêndice A, p. 10).

§ 3º - O documento de que trata o parágrafo anterior deverá ser entregue à Coordenação de Curso junto com o projeto de TCC.

§ 4º - Pode haver mudança de orientador, a pedido do discente, e interrupção da orientação pelo professor, desde que justificadas por escrito à Coordenação de Curso.

Art. 7º - O/A discente deverá matricular-se em TCC em dois semestres consecutivos: no VII período, para a elaboração e entrega do projeto de TCC e no VIII, para a elaboração, entrega e defesa do TCC.

§ 1º - Caberá à Coordenação de Curso estabelecer o Cronograma de entrega do projeto e do TCC.

§ 2º **Na primeira fase**, a Coordenação de Curso receberá o projeto de TCC devidamente aprovado pelo professor orientador. (Apêndice B, p. 12).

a) A Coordenação de Curso submeterá ao Colegiado a relação de projetos para a definição de orientadores.

§ 3º **Na segunda fase**, o discente desenvolverá seu projeto de TCC.

§ 4º O aluno somente terá sua matrícula confirmada no componente curricular TCC se o projeto tiver obtido parecer favorável do avaliador.

§ 5º O TCC deverá obedecer aos critérios estabelecidos no §2º, do art. 4º, e obter parecer favorável do orientador.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO/A ORIENTADOR/A DE TCC

Art. 8º - Cabe ao/à orientador/a do TCC:

I – Assinar a Carta de aceite (Apêndice C, p. 15);

II - disponibilizar o número telefônico, e-mail e/ou outras formas de contato;

III – estabelecer, em conjunto com o(s) orientando(s), cronograma das atividades de elaboração do projeto e/ou TCC, além da ficha de acompanhamento de orientação a ser preenchida pelo docente. (Apêndice D, p. 16).

IV – organizar e supervisionar todas as atividades do TCC;

V – orientar o/a discente no desempenho de suas atividades;

VI – fazer cumprir o cronograma e os prazos das atividades do TCC.

VII – preencher a ficha de avaliação de TCC. (Apêndice E, p. 18).

VIII – ata de defesa de TCC. (Apêndice F, p. 19).

CAPÍTULO V

DOS DIREITOS E DEVERES DO DISCENTE MATRICULADO EM TCC

Art. 9º - Além dos previstos nas normas internas da UEMASUL e nas leis pertinentes, são **direitos** dos discentes matriculados na disciplina de TCC:

I - dispor de elementos necessários à execução de suas atividades, dentro das possibilidades científicas e técnicas da Universidade;

II - ser orientado por um/a docente na realização do seu TCC;

III - ser previamente informado pela Coordenação de curso sobre a data, horário e local/link de defesa do TCC;

Art. 10 - Além dos previstos nas normas internas da Universidade e nas leis pertinentes, são **deveres** do discente matriculado na disciplina TCC:

I- cumprir esta Instrução Normativa;

II - cumprir os horários e cronograma de atividades estabelecidos pela Coordenação de Curso e pelo/a docente Orientador/a;

III - responsabilizar-se pelo uso de direitos autorais resguardados por lei a favor de terceiros, quando das citações, cópias ou transcrições de textos de outrem sendo passível de reprovação o não cumprimento, podendo ser caracterizado como plágio, de acordo com a Lei de Direitos Autorais, Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e o Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas atualizações.

CAPÍTULO VI

DOS PROCEDIMENTOS PARA A DEFESA

Art. 11 - Caberá à Coordenação de Curso definir o calendário de defesa do TCC.

§ 1º - O/A docente orientador/a deverá comunicar à Coordenação de Curso que o TCC está aprovado para a defesa.

§ 2º - O TCC, já comprovado a inexistência de plágio pelo orientador, por meio de leitor específico, será enviado pelo discente, por e-mail, ao Coordenador de Curso, sendo um arquivo em programa editável e outro em formato PDF.

§ 3º - O TCC deverá ter, a quantidade de páginas conforme segue, excluindo-se os elementos pré-textuais e pós-textuais:

a) entre 15 e 20 páginas para a modalidade de TCC dos incisos I, VI, VII, do art. 3º;

entre 10 e 15 páginas para a modalidade de TCC dos incisos II, III e IV, do art. 3º; será de 30 a 35 páginas para as modalidades de TCC do inciso V, do art. 3º.

Art. 12 - A Banca Examinadora será composta por 3 (três) professores, sendo presidente o professor orientador, 2 (dois) professores membros e mais 1 (um) professor suplente, todos/as indicados pelo Colegiado do Curso.

§ 1º Na falta ou impedimento do professor orientador ou membro da banca, devidamente justificada, poderá ser designada, pela Coordenação de Curso, a substituição do membro ausente pelo suplente da banca, ou ainda, no caso da falta do orientador, determinar nova data para defesa do trabalho, que não poderá exceder de 5 (cinco) dias úteis.

§ 2º É de responsabilidade do orientando o envio do TCC à Coordenação do Curso, no prazo mínimo de 10 (dez) dias antes da data da defesa.

§ 3º Compete à Coordenação de Curso o envio do TCC para os membros da Banca;

§ 4º A Coordenação de Curso deverá disponibilizar as Portarias, o formulário de Ata de defesa, link/local e horário para a realização dos trabalhos da Banca.

Art. 13 - A avaliação do TCC será constituída da análise da produção textual e da defesa oral e, levará em consideração os seguintes aspectos: conteúdo, redação e normatização conforme ata de apresentação.

Art. 14 - Será aprovado/a no TCC o/a discente que obtiver a média igual ou superior a 7.0 (sete).

Art. 15 - Será automaticamente reprovado o TCC sob acusação de plágio.

§ 1º - Considera-se plágio a apropriação ou cópia de um trabalho de natureza intelectual sem a autorização do autor ou sem citação da verdadeira origem.

§ 2º - Será atribuída nota zero ao TCC sob acusação de plágio.

§ 3º - Constatado o plágio pela Banca Examinadora, de acordo com critérios estabelecidos em norma específica, o estudante estará sujeito às penalidades previstas no inciso III, do art. 182 da Resolução n.º 185/2022 - CONSUN/UEMASUL.

§ 4º - O ato será registrado em protocolo do Curso e anexado ao dossiê do estudante.

Art. 16 - A defesa oral do TCC, consistirá na exposição do conteúdo pelo discente durante 30 minutos. Cada membro terá até 10 minutos para sua arguição, seguida das respostas do/a discente perante a Banca examinadora.

§ 1º - A defesa do TCC poderá ser realizada de forma presencial ou virtual;

§ 2º - Em caso de defesa virtual, deverão ser adotadas as seguintes orientações:

I. é de responsabilidade da Coordenação de Curso o envio do TCC, bem como o formulário, em formato DOC, referente à Ata de Defesa, aos professores que comporão a Banca

Examinadora, com antecedência mínima de 10 dias da data de defesa do TCC;

II. a defesa virtual do TCC deverá ser realizada por meio de plataformas digitais institucionais, podendo ser aberta a convidados externos;

a) A responsabilidade pelo contato, agendamento, interação com os membros da Banca será do orientador;

b) Os membros da Banca deverão ser inseridos na plataforma digital como “participantes” do evento de defesa pelo orientador;

§ 3º Da defesa será emitida uma nota numérica, calculada pela aritmética das notas de apresentação escrita e defesa oral, atribuída por cada membro da Banca;

§ 4º Da defesa será emitida a Ata contendo dados do/a discente, título do trabalho, Banca examinadora, data e hora, tempo de defesa, tempo de arguição e notas da avaliação escrita e da defesa oral do TCC.

§ 5º A Banca Examinadora apresentará, por escrito, as observações relativas à avaliação do TCC, a fim de que o estudante proceda às alterações indicadas, se for o caso.

§ 6º - Após a avaliação da Banca Examinadora, fica o estudante com o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para entregar a versão definitiva, em formato PDF, assinada pelos membros da Banca, à Coordenação de Curso, sob pena de invalidação de nota atribuída ao trabalho.

§ 7º - A versão definitiva será encaminhada pela Coordenação de Curso à Biblioteca Central ou do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão/UEMASUL, com termo de autorização do estudante para compor o Repositório Institucional.

§ 8º - A Coordenação de cada Curso manterá um banco de dados com informações básicas sobre todos os TCC já defendidos e aprovados, devendo conter: autor, título e área temática do trabalho; nome e titulação do professor orientador; data em que se realizou a defesa; número de catálogo na Biblioteca UEMASUL/CAMINHOS DO SERTÃO e membros da Banca Examinadora.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 – Os casos omissos deverão ser discutidos pelo Conselho do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL.

Art. 18 - Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir desta data.

Imperatriz - MA, 27 de junho de 2024.

APÊNDICE A

TERMO DE COMPROMISSO PARA ORIENTAÇÃO EXTERNA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Eu, _____ aluno(a) matriculado(a)
no Curso de _____ da Unidade Avançada de
_____ do Programa de Formação de Professores Caminhos
do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL),
comunico que o(a) professor(a) _____
vinculado(a) à Instituição de Ensino Superior
_____ com área de especialidade
em _____, será meu(a) orientador de Trabalho de
Conclusão de Curso – TCC.

CONDIÇÕES PARA ORIENTAÇÃO EXTERNA

O(a) aluno(a) se compromete a seguir as condições estabelecidas abaixo:

- a) a orientação externa só será permitida se houver afinidade entre a especialidade do(a) orientador(a) externo(a) e o tema proposto para o TCC, a que será avaliada pela Coordenação do Curso.
- b) o(a) aluno(a) deverá apresentar uma declaração atualizada emitida pela instituição de ensino superior de origem do(a) orientador(a) externo(a), comprovando sua condição de professor universitário.
- c) todas as despesas decorrentes da orientação externa serão de inteira responsabilidade do(a) aluno(a), não cabendo à UEMASUL qualquer ônus financeiro relativo à respectiva orientação.

ATRIBUIÇÕES DO ALUNO

O(a) aluno(a) compromete-se a:

- a) seguir as orientações do(a) orientador(a) externo(a) e cumprir com os prazos estabelecidos para a entrega das etapas do TCC;
- b) manter a comunicação regular com o(a) orientador(a) externo(a) e informá-lo(a) sobre qualquer alteração no cronograma ou dificuldades encontradas durante o desenvolvimento do TCC;
- c) entregar a documentação necessária à Coordenação do Curso, comprovando o atendimento às exigências para a orientação externa.

OBRIGAÇÕES DO ORIENTADOR EXTERNO

O(a) orientador(a) externo(a) compromete-se a:



- a) orientar o(a) aluno(a) na elaboração do TCC, conforme as diretrizes e cronogramas estabelecidos pela UEMASUL;
- b) avaliar o trabalho do(a) aluno(a) e fornecer o suporte necessário para o desenvolvimento acadêmico do TCC.

VIGÊNCIA

Este termo de compromisso tem vigência a partir da data de sua assinatura até a data de conclusão e entrega final do TCC.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O(a) aluno(a) declara estar ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas neste termo, responsabilizando-se integralmente pelo cumprimento das mesmas.

Local, data

Aluno(a)

Orientador(a) Externo(a)

Coordenador(a) do Curso

(Anexar à comprovação da condição de professor universitário do orientador externo)



APÊNDICE B – FICHA DE AVALIAÇÃO DE PROJETO DE TCC

DISCENTE: _____

CURSO: _____

ORIENTADOR(A): _____

1. Apreciação geral do projeto de pesquisa:

a) O projeto está adequado a um curso de graduação?

() Sim () Não () Parcialmente

b) O projeto apresenta fundamentação científica e/ou teórica?

() Sim () Não () Parcialmente

c) A contribuição pretendida para a área de conhecimento é significativa?

() Sim () Não () Parcialmente

d) O projeto apresenta viabilidade de execução no prazo previsto?

() Sim () Não () Parcialmente

Sugestões ou modificações propostas:

2. Apreciação dos itens do projeto de monografia:

2.1 Título

a) É claro e suficientemente descritivo?

() Sim () Não () Parcialmente

Sugestões ou modificações propostas:

2.2 Introdução e/ou Revisão de Literatura

a) Focaliza o trabalho a ser desenvolvido?

() Sim () Não () Parcialmente

b) As citações estão relacionadas com o tema proposto?

() Sim () Não () Parcialmente

c) O projeto fornece antecedentes que o justifiquem?

() Sim () Não () Parcialmente

Sugestões ou modificações propostas:

2.3 Objetivos

a) Estão de acordo com o tema proposto?

Sim Não Parcialmente

b) Estão bem definidos?

Sim Não Parcialmente

Sugestões ou modificações propostas:

2.4 Metodologia

a) A metodologia a ser utilizada é adequada?

Sim Não Parcialmente

b) Há informações suficientes sobre a abordagem, os métodos e técnicas de pesquisa, etc.?

Sim Não Parcialmente

Sugestões ou modificações propostas:

2.5 Apreciação do cronograma de trabalho:

a) O cronograma de trabalho apresenta-se adequado?

Sim Não Parcialmente

b) Há recursos adequados e suficientes para a execução do projeto (financeiro, logístico, laboratorial, de pessoal, etc.)?

Sim Não Parcialmente

Sugestões ou modificações propostas:

3. Outras sugestões e críticas ao projeto:



4. Avaliação final:

- () Projeto aprovado sem recomendações.
- () Projeto aprovado com recomendações.
- () Projeto aprovado mediante modificações (sugestões obrigatoriamente incorporadas na versão final).

Avaliador/a (nome e assinatura):

Data:



APÊNDICE C – CARTA DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO

CARTA DE ACEITE

Encaminhar à Coordenação do Curso de.....

Reportamo-nos a V.S^a. para informar que ACEITO orientar os/as discente(s)
....., matrícula(s) n^o..... do Curso de,
....., no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cujo título
é.....
.....

Imperatriz -MA, de de 202__

Assinatura

Orientador(a)



APÊNDICE D – FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ORIENTAÇÃO

Acadêmico (a): (escreva seu nome abaixo em letra de forma) Período:-----

e-mail: _____ Fone: _____

Título do Trabalho de Conclusão de Curso _____

1- Orientação:

1.1- Em ____ / ____ / ____ às ____ h.

Orientação: _____

Acadêmico(a) _____ /Prof. _____

2- Orientação:

2.1- Em ____ / ____ / ____ às ____ h.

Orientação: _____

Acadêmico(a) _____ /Prof. _____

3- Orientação:

3.1- Em ____ / ____ / ____ às ____ h.

Orientação: _____



Acadêmico(a) _____ /Prof. _____

4- Orientação:

4.1- Em ____ / ____ / ____ às ____ h.

Orientação:

Acadêmico(a) _____ /Prof. _____

5- Orientação:

5.1- Em ____ / ____ / ____ às ____ h.

Orientação:

Acadêmico(a) _____ /Prof. _____

6- Orientação:

6.1- Em ____ / ____ / ____ às ____ h.

Orientação:

Acadêmico(a) _____ /Prof. _____

7- Orientação:

7.1- Em ____ / ____ / ____ às ____ h.

Orientação:

Acadêmico(a) _____ /Prof. _____

8- Orientação:

8.1- Em ____ / ____ / ____ às ____ h.

Orientação:

Acadêmico(a) _____ /Prof. _____

APÊNDICE E – FICHA DE AVALIAÇÃO DE TCC DO PROFESSOR/A ORIENTADOR/A

TÍTULO: _____

DISCENTE(S): _____

ORIENTADOR(A): _____

ASPECTOS AVALIATIVOS:

ITEM	VALOR MÁXIMO	VALOR ATRIB.	CRITÉRIOS
TÍTULO Deve ser claro, adequado ao tema, e definir a proposta do estudo.	0,2		Inadequado 0,0 Parcialmente 0,1 Adequado 0,2
TEMA E DEFINIÇÃO DO TEMA Deve ser bem delimitado, ser relevante e adequado a proposta da pesquisa.	0,3		Inadequado 0,0 Parcialmente 0,1 Adequado 0,3
JUSTIFICATIVA OU QUESTÕES NORTEADORAS Devem ser formulados, coerentes com o tema e com os objetivos.	1,5		Inadequado 0,5 Parcialmente 1,0 Adequado 1,5
OBJETIVOS Devem ser viáveis, exequíveis, claros e coerentes com a proposta de estudo.	1,0		Inadequado 0,0 Parcialmente 0,5 Adequado 1,0
METODOLOGIA OU MATERIAL E MÉTODOS Deve ser adequado ao tipo de estudo e descrever com clareza os meios utilizados para responder ao problema e aos objetivos do estudo. O instrumento para coleta de dados devem estar adequado à proposta do estudo.	2,0		Inadequado 0,0 Parcialmente 1,0 Adequado 2,0
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA Deve possuir fontes bibliográficas confiáveis, fundamentando a	2,0		Inadequado 0,0 Parcialmente 1,0

pesquisa e abordando a temática do estudo. As bibliografias devem ser variadas (incluir livros, artigos, dissertações, teses, etc.), ser atualizada podendo conter clássicos.			Adequado 2,0
REDAÇÃO Deve ser clara, coerente, com grafia correta, objetiva e de fácil compreensão.	1,0		Inadequado 0,0 Parcialmente 0,5 Adequado 1,0
FORMATAÇÃO Deve seguir as orientações da Instrução Normativa 04/2024.	0,5		Inadequado 0,0 Parcialmente 0,2 Adequado 0,5
RESULTADOS E CONCLUSÃO O acadêmico deve apresentar domínio de conteúdo, usar corretamente a linguagem: clareza, coerência, coesão e concisão na produção do texto analítico dos dados e informações coletados, bem como ter capacidade de síntese.	1,5		Inadequado 0,0 Parcialmente 1,0 Adequado 1,5
SOMATÓRIO	10,0		

RESULTADO FINAL/PARECER DO PROFESSOR/A - ORIENTADOR/A:

Declaro para os devidos fins que o TCC atende à IN nº 04/2024 do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, está apto para envio à Coordenação de Curso e posterior defesa mediante Banca Examinadora.

Imperatriz - MA, _____ de _____ de _____.

ORIENTADOR(A)

DISCENTE(S)

COORDENAÇÃO

APÊNDICE F – ATA DE DEFESA DE TCC

I-IDENTIFICAÇÃO:

ACADÊMICO (A): _____

CURSO: _____

TÍTULO: _____

II-COMISSÃO EXAMINADORA:

A – ORIENTADOR (A): _____

B - 1º MEMBRO: _____

C - 2º MEMBRO: _____

III- APRESENTAÇÃO:

DATA: _____ HORÁRIO: _____

LOCAL: _____

TEMPO UTILIZADO PARA APRESENTAÇÃO: _____

TEMPO UTILIZADO PARA ARGUIÇÃO: _____

IV- NOTAS E RESULTADOS:

A) Parte Escrita

TCC	COMISSÃO EXAMINADORA			MÉDIA	
	NOTA MÁXIMA	Orientador(a)	1º Membro		2º Membro
Trabalho Escrito					a + b + c /3
CONTEÚDO	5,0				
REDAÇÃO	3,0				
NORMATIZAÇÃO	2,0				
TOTAL	10,0				

B) Parte Oral

DEFESA	COMISSÃO EXAMINADORA			MÉDIA	
	NOTA MÁXIMA	Orientador(a)	1º Membro		2º Membro
Apresentação					a + b + c /3
EXPOSIÇÃO	5,0				
ARGUIÇÃO	5,0				
TOTAL	10,0				

MÉDIA FINAL = (A+B) / 2 =

V-OBSERVAÇÕES:

Imperatriz/MA, ____ / ____ / ____

a) _____

b) _____

c) _____



APÊNDICE E

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO – UEMASUL PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE ACADÊMICA - PROGESA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2024 DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO

Dispõe sobre a reoferta de disciplinas no Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, nas Unidades Avançadas de Amarante do Maranhão, Itinga do Maranhão, Vila Nova dos Martírios e Porto Franco, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º - Regular a reoferta de disciplinas aos (às) discentes dos Cursos de Licenciaturas do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL.

Art. 2º - A Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, no ano de 2022, implantou o Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, destinado a formar professores, inclusive aqueles que não possuem a formação mínima exigida em lei ou atuam fora da área de formação, por meio de Acordo de Cooperação Técnica assinado entre esta Universidade e os municípios de Amarante do Maranhão, Itinga do Maranhão, Porto Franco e Vila Nova dos Martírios, com o objetivo de fortalecer a Educação Básica maranhense.

Parágrafo único. Os cursos de licenciatura do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão Ciências Biológicas Licenciatura, Geografia Licenciatura, Licenciatura em Pedagogia, Matemática Licenciatura e Letras Licenciatura em Língua Portuguesa, têm caráter temporário e são oferecidos, na modalidade presencial, nas Unidades Avançadas dos municípios descritos no *caput*, distribuídos em semestres acadêmicos, em conformidade com o Projeto Pedagógico dos Cursos – PPC e o calendário acadêmico do Programa.

Art. 3º - Os Cursos de licenciaturas presenciais, do Programa Caminhos do Sertão, funcionam de quarta a sexta-feira com aulas assíncronas e dia de sábado (8h às 12h e 14h às 18h) e domingo (8h às 12h) de forma presencial.

CAPÍTULO II

DO REGIME DIDÁTICO DO PROGRAMA

Art. 4º - Nos cursos do Programa de Formação de Professor Caminhos do Sertão as rematrículas são realizadas semestralmente pelo discente e acompanhadas pelo Coordenador de Curso, em consonância com o Calendário Acadêmico específico.

Art. 5º - Por tratar-se de Programa firmado por meio de convênio com a FSADU e com os quatro municípios da Região Tocantina, com oferta não contínua, não serão admitidas as seguintes situações:

I - Reprovação por três vezes numa mesma disciplina;

II - Trancamento de disciplina;

III - Trancamento total de matrícula;

IV - Transferência interna de curso, ou seja, transferência para outro curso regular da UEMASUL, mesmo que afim, do mesmo município e/ou outro município;

V - Transferência externa.

Art. 6º - A avaliação da aprendizagem nos cursos do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão tem como referência os conteúdos programáticos contemplados nas ementas contidas no Projeto Pedagógico dos Cursos.

Parágrafo único. Deverão ser atribuídas, por disciplina, três médias parciais e uma média final, conforme Regimento Geral do Ensino de Graduação da UEMASUL.

Art. 7º - Terá direito à reoferta o/a discente que não for aprovado ao cursar a disciplina na primeira oferta;

Parágrafo único. O direito à reoferta fica restrito ao limite máximo de 04 (quatro) disciplinas curriculares, durante todo o curso, incluídas as reofertas múltiplas.

Art. 8º - A reoferta ocorrerá em período não concomitante aos demais componentes curriculares do curso, preferencialmente ao longo da semana ou período de recesso.

Parágrafo único. O período de reoferta das disciplinas curriculares será definido pela Coordenação de Curso, sob a orientação da Coordenação Pedagógica e da Coordenação Geral do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão.

Art. 9º - A colação de grau e a expedição de diplomas acompanham os procedimentos previstos no Regimento Geral do Ensino de Graduação UEMASUL.

Art. 10 Todos os alunos com as seguintes situações acadêmicas: reprovação por falta, reprovação por média, créditos pendentes, que configurem na não integralização do curso no período determinado pelo convênio entre a UEMASUL, FSADU e os municípios perderão, automaticamente o vínculo acadêmico com a UEMASUL.



CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 - Esta Instrução Normativa poderá ser reformada total ou parcialmente pelo Conselho do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão.

Art. 12 - Os casos omissos serão analisados em primeira instância pelo Colegiado do Curso e /ou Núcleo Docente Estruturante - NDE e, posteriormente pelo Conselho do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão; em última instância, resolvidos pela Pró-Reitoria de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica Ensino - PROGESA, observados os termos do Regimento Geral de Ensino de Graduação da UEMASUL.

Art. 13 Esta Instrução Normativa retroagem seus efeitos a dezembro de 2022, quando da primeira reoferta.

Imperatriz – MA, 27 de junho de 2024.

CLEMILDA IZAIAS SANTOS

CONCILDA CASTRO PINHO DE ALMEIDA

DIANA BARRETO COSTA

DIEME PEREIRA DA SILVA

ELZA RIBEIRO NETA

GILVÂNIA QUEIROZ MADEIRA DE AGUIAR

IRACEMA ROCHA DA SILVA

JEOVANIA OLIVEIRA LIMA

JÚLIO CEZAR DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO

OZIANNE PINHEIRO DE SOUZA

ZUILHO RODRIGUES CASTRO



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

